



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 43/2021

Proponho que o Projeto de Lei de autoria do vereador Irlan Melo e da vereadora Professora Marli que “*Dispõe sobre a política de atenção integral à saúde das pessoas com doenças raras no Município*”, seja baixado em diligência nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno desta Casa para que manifestem de acordo com as suas respectivas competências a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria Municipal de Saúde ou órgãos responsáveis com o objetivo de obter informações sobre os aspectos abaixo mencionados, visando subsidiar o meu parecer.

Considerando o disposto na letra “i”, do inciso I, do art. 2º da Lei Municipal 11.253/2020 que dispõe sobre as prioridades e diretrizes da administração pública quanto ao resultado “Área de Saúde” que prevê a promoção do acesso a ações e serviços para efetivação, **proteção e recuperação da saúde da criança e do adolescente** e o disposto no PL que trata de um modo geral “de pessoas” e, nesse caso, salvo engano, deve-se entender como **criança, adolescente, jovem, adulto e idoso**, solicito informar ou esclarecer o seguinte:

1 – O atendimento além do previsto à criança e adolescente, mas também ao jovem, adulto e idoso ou às pessoas de um modo geral como propõe o Projeto de Lei trará impacto financeiro?

2- Caso a resposta seja sim, este impacto inviabilizaria o projeto de Lei 43/2021?

3 – Há alguma ação do Executivo que contempla o jovem, o adulto e o idoso?

Caso queira complementar a questão acima

mencionada, solicito fazê-lo de acordo com as informações que julgar necessárias.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2021



**ÁLVARO DAMIÃO
VEREADOR – DEM**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

PARECER EM PRIMEIRO TURNO

PROJETO DE LEI Nº 79/2021

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

De autoria do Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Miltinho CGE e Ver.(a) Wesley, o Projeto de Lei nº79/2021 que “Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Município de Belo Horizonte, e dá outras providências.”, com autuação em 31 de março de 2021, tramita em primeiro turno e vem para análise e parecer desta Comissão.

A Comissão de Legislação e Justiça, que teve como relator a vereadora Fernanda Pereira Altoé, apreciou a matéria concluindo em parecer pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei.

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que teve como relator o vereador Wanderley Porto, apreciou a matéria concluindo em parecer pela aprovação do Projeto de Lei.

Na Comissão de Administração Pública, que teve como relator o vereador Wilsinho da Tabu, ocorreu a perda de prazo da apreciação da matéria.

Remetido à esta Comissão e consoante despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente desta Casa, cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas emitir parecer, na forma do art. 52, III, "b" e "c", do Regimento Interno, sobre:

b) repercussão financeira das proposições;

c) compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FUNDAMENTAÇÃO

Em síntese, o projeto tem como objetivo proibir o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Município de Belo Horizonte.

Conforme justificativa dos autores, o Brasil é o segundo maior produtor de fogos de artifício do mundo e a prática de soltar fogos causa diversos malefícios e podem alterar de forma significativa o meio ambiente. Salientam que o material utilizado para fazer os fogos é dificilmente reciclável e essas substâncias tóxicas dificultam o processo. Seu manuseio pode ser danoso à saúde. Defendem os autores que diversas cidades do país e do mundo já proibiram esta prática. Como exemplo destacaram a cidade de São Paulo, que através da Lei Nº 16.897/2018 determinou a proibição do manuseio, da utilização, da queima e da soltura de fogos de estampidos e de artifícios, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso no Município de São Paulo.

Adentrando aos aspectos técnicos desta comissão, acerca da repercussão financeira da proposição, nota-se que a proposta não gerará impacto financeiro, uma vez que o Projeto de Lei não gera acréscimos ou despesas excessivas sobre as contas públicas, portanto, não repercute diretamente nas finanças municipais.

Sobre a compatibilidade da proposição com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, observa-se que o Projeto de Lei não acarreta aumento de despesas, logo, não há que se apresentar estimativa de impacto orçamentário-financeiro, assim, não vislumbro incompatibilidade com as peças orçamentárias citadas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 79/2021.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2021.


Vereador Professor Claudiney Dulim

Vice-Líder de Governo

Líder do AVANTE



ORC

OF. SMGO/DALE Nº 182 /2021

Belo Horizonte, 23 / 06 /2021

Assunto: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 436/2021 – Vereador Wesley – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.293/21, de 12/05/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 436/2021, de autoria do Vereador Wesley, que solicitam informações sobre os Decretos Municipais nº 17.595, de 26 de abril de 2021, nº 17.596, de 26 de abril de 2021, e nº 17.599, de 27 de abril de 2021, que possuem como objetivo a abertura de créditos suplementares.

Consultada, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu resposta por meio do Ofício GAB-SMPOG – Nº 110/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Ofício GAB-SMPOG – Nº 110/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Belo Horizonte, 02 de junho de 2021.

Senhor Diretor,

Com os nossos cumprimentos, em atenção aos Requerimentos de Comissão nº 436/21, de autoria do Vereador Wesley, que “solicita informações sobre os Decretos Municipais 17.595 de 26 de abril de 2021, 17.596 de 26 de abril e 17.599 de 27 de abril de 2021”, encaminhamos a V.Sa. resposta nos termos da Nota Técnica Nº 021/2021, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

ANDRÉ REIS

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao Senhor

GUILHERME DE SOUZA BARCELOS

Diretor de Acompanhamento Legislativo - DALE

Gabinete do Prefeito

BELO HORIZONTE – MG



NOTA TÉCNICA Nº 021/2021

Belo Horizonte, 01 de junho de 2021.

Em resposta à diligência proposta pelo Requerimento 436/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhada por meio do TAG 320329, solicitando informação sobre os Decretos Municipais 17.595 de 26 de abril de 2021, 17.596 de 26 de abril e 17.599 de 27 de abril de 2021, esclarecemos:

1 - Inciso II do anexo único do Decreto Municipal 17.595, traz as dotações orçamentárias anuladas, quais eram as finalidades das dotações anuladas?

As anulações de que trata o Decreto 17.595 referem-se às seguintes despesas:

- Encargos Gerais do Município da Secretaria Municipal de Fazenda nas ações de “Encargos com Débitos Judiciais” e “Reserva de Contingência”;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Serviços Administrativos e Financeiros”.
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A, na ação de “Desenvolvimento e Promoção do Turismo”.
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, na ação de “Promoção do Esporte e do Lazer para Pessoas com Deficiência / Superar”.
- Secretaria Municipal de Educação, na ação de “Administração do Ensino Fundamental”.
- Encargos Gerais do Município da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Encargos com Pessoal Ativo e Inativo do Município”.
- Fundo Municipal de Saúde, nas ações de “Saúde da Família”, “Rede Contratada de Cuidados Especializados Complementares à Saúde – Ambulatorial”, “Rede de Urgência”, “Rede Hospitalar”, “Gestão das Parcerias Público-Privadas” e “Vigilância em Saúde”.



2 - Inciso I do anexo único do Decreto Municipal 17.595 traz as suplementações que serão atendidas, por este motivo pede-se a discriminação das dotações orçamentárias atendidas.

As suplementações de que trata o Decreto 17.595 foram destinadas aos seguintes órgãos e ações orçamentárias:

- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Melhoria da Qualidade do Relacionamento com o Cidadão”;
- Controladoria Geral do Município, na ação de “Serviços de Auditoria do Município”;
- Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A, na ação de “Desenvolvimento e Promoção do Turismo”;
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, na ação de “Implantação, Manutenção e Recuperação de Infraestrutura Esportiva e de Lazer”.
- Encargos Gerais do Município da Secretaria Municipal de Fazenda, na ação de “Encargos com Débitos Judiciais”.
- Secretaria Municipal de Educação, na ação de “Administração da Educação Infantil”.
- Encargos Gerais do Município da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Encargos com Pessoal Ativo e Inativo do Município”.
- Fundo Municipal de Assistência Social, na ação de “Serviços de Proteção Social Básica”.
- Fundo Municipal de Saúde, nas ações de “Rede de Urgência” e “Rede Hospitalar”.

3- Quais as finalidades das dotações orçamentárias realizadas a favor da Fundação Municipal de Parques Municipais e Zoobotânica FPMZB por meio do Decreto Municipal 17.596?

As suplementações ao orçamento da Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica foram registradas nas ações de “Preservação e Conservação do Acervo Florístico”, “Conservação e Manejo do Acervo Faunístico” e “Serviços Administrativos e Financeiros”.



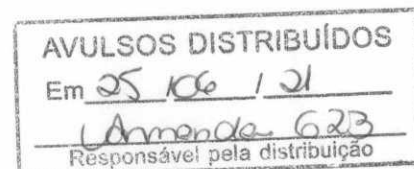
4 - Artigo 2º do decreto municipal 17.599 traz que os recursos serão provenientes de superávit financeiro de exercícios anteriores. Pede-se, as explicações do Inciso I e IV do artigo em discussão;

Os saldos referenciados no inciso I referem-se a recursos arrecadados em exercícios anteriores com receita própria pela Empresa de Transportes e Trânsito De Belo Horizonte - BHTRANS no valor de R\$ 2.745.146,87 para atender despesas com ações trabalhistas; e pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL no valor de R\$ 12.827,45 para compra de material permanente. Já os valores descritos no inciso IV dizem respeito à recursos do convênio firmado entre o Fundo do Idoso e o Fundo Municipal de Saúde para aplicação no combate à pandemia. Parte deste valor repassado em 2020 não foi gasto no exercício em questão, sendo agora devolvidos ao concedente a título de saldo de exercícios anteriores.

5 - Anexo único inciso I discrimina as suplementações contempladas, mas que estão com carência de informações claras pede-se as discriminações das suplementações atendidas pelo Decreto 17.599.

As suplementações de que trata o Decreto 17.599 dizem respeito às seguintes despesas:

- Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte, na ação de “Serviços Administrativos e Financeiros” com aquisição de equipamentos e material permanente.
- Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, na ação de “Gestão da Política de Transporte Urbano e Trânsito” com pagamento de despesas de pessoal.
- Fundo Municipal de Saúde, na ação de “Rede Própria de Cuidados Especializados Complementares à Saúde - Ambulatorial” com despesas com material, bem ou serviço de distribuição gratuita e equipamentos e material permanente; e na ação de “Rede Hospitalar” com pagamento de indenizações e restituições.



Mariana Gomes Mendes
Diretora Central de Coordenação do Orçamento – DCCO



OF. SMGO/DALE Nº 177 /2021

Belo Horizonte, 23/06/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 447/2021** – Vereador **Ciro Pereira** – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.296/21, de 12/05/2021.

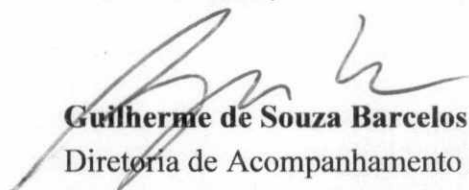
Senhora Presidente,

Reporto-me ao **Requerimento de Comissão nº 447/2021**, de autoria do Vereador **Ciro Pereira**, que solicita informações sobre os valores utilizados em publicidade no primeiro trimestre de 2021.

Consultada, a Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social emitiu resposta por meio do Ofício SMAICS nº 2/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OF SMAICS nº 2 /2021

Belo Horizonte, 24 de maio de 2021.

À Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Assunto: Resposta ao Requerimento de Comissão 447/2021

Prezados,

Em resposta ao requerimento 447/2021, esclarecemos que:

Pergunta “1) Quais foram as ações de publicidade realizadas?”

As ações de publicidade realizadas foram as seguintes:

Pelo contrato da Administração Direta:

IPTU 2021 - Campanha que informa e divulga o desconto de 6% no pagamento do IPTU, oferecido pela Prefeitura para todos os cidadãos que quitarem duas ou mais parcelas até a data determinada de 20 de janeiro de 2021. Além disso, divulga as ações da administração municipal realizadas com os recursos do imposto no combate à Covid-19.

Covid-19 - Campanha para informar e divulgar para a população as ações da Prefeitura de Belo Horizonte no combate à Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus. A campanha também traz importantes orientações aos cidadãos sobre como proceder para diminuir o risco de contágio, como lavar as mãos pelo menos seis vezes ao dia e evitar contato com pessoas que apresentem sintomas de gripe.



Covid Etapa 3 - Campanha para informar e divulgar para a população quais as orientações mais importantes para a prevenção à Covid-19, a saber: necessidade do uso de máscara para transitar em locais públicos; maneira correta de usar a máscara; necessidade de lavar as mãos correta e frequentemente e a importância de ficar em casa sempre que possível.

Canais de Atendimento Covid-19 - Campanha que informa e divulga orientações à população sobre a Covid-19, provocada pelo novo coronavírus. A campanha informa o endereço no portal da Prefeitura criado para reunir o conteúdo sobre a doença. A página pbh.gov.br/saude é um importante canal de atendimento e por meio dela, a população pode tirar dúvidas sobre os sintomas, sobre como se prevenir e saber quando deve procurar uma unidade de saúde. Com a campanha de divulgação pretende-se garantir que seja cada vez maior o número de cidadãos atendidos.

Canais de Atendimento 2021 - Campanha que informa e divulga os canais de atendimento da Prefeitura à população. Ela mostra ao cidadão que ele tem à sua disposição o Portal da PBH na internet, o aplicativo para celulares, o telefone 156 e o atendimento presencial do BH Resolve, situado à Av. Santos Dumont, 363. Por meio destes canais, a população pode tirar dúvidas, fazer reclamações e solicitar vários serviços, como tapa-buraco, troca de lâmpadas queimadas, poda de árvores etc.

PBH Informações e Serviços Covid-19 - Campanha que informa e divulga orientações aos cidadãos de prevenção à Covid 19, doença provocada pelo novo coronavírus. A campanha traz informações importantes para o combate à doença, como a necessidade de lavar as mãos diversas vezes ao dia, evitar aglomerações de pessoas e só sair de casa quando for realmente necessário. Informa também os principais sintomas da Covid 19 e orienta em quais situações os cidadãos devem procurar uma unidade de saúde.

PBH Informações e Serviços 2021 - Campanha que informa e divulga orientações aos cidadãos a possibilidade de solicitar serviços da Prefeitura pela internet, evitando assim deslocamentos e aglomerações desnecessárias. A campanha também traz orientações aos cidadãos sobre condutas necessárias para melhor otimização dos serviços prestados pela



Prefeitura como a maneira correta de disposição do lixo domiciliar, entre outras, de forma a garantir uma convivência melhor para todos na cidade.

PBH Serviços Digitais Covid-19 - Campanha que informa e divulga um importante canal da Prefeitura de conteúdo sobre a prevenção à Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus. É importante que o cidadão saiba como acessar a página no portal da Prefeitura (pbh.gov.br/coronavirus). Com a campanha de divulgação busca-se garantir que seja cada vez maior o número de cidadãos atendidos pelo meio digital, sem a necessidade de deslocamento para atendimento físico nos diversos equipamentos da Prefeitura.

PBH Serviços Digitais 2021 - Campanha que informa e divulga um importante canal da Prefeitura de conteúdo sobre a prevenção à Covid-19, doença provocada pelo coronavírus. É importante que o cidadão saiba como acessar a página no portal da Prefeitura (pbh.gov.br/coronavirus). Com a campanha de divulgação busca-se garantir que seja cada vez maior o número de cidadãos atendidos pelo meio digital, sem a necessidade de deslocamento para atendimento físico nos diversos equipamentos da Prefeitura.

Pelo contrato da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) / Fundo Municipal de Transportes Urbanos (FTU):

Prevenção de Acidentes 2020 - Campanha de conscientização da população de Belo Horizonte sobre a importância da segurança no trânsito para reduzir o índice de acidentes e preservar vidas. O foco da campanha foram os motociclistas e pedestres idosos, que são as vítimas mais frequentes dos acidentes.

Pelo contrato da Empresa Municipal de Turismo (Belotur):

Belo Horizonte 123 Anos - Campanha de comunicação que destaca a data de aniversário de 123 anos de Belo Horizonte, ressaltando e reforçando alguns dos principais atributos naturais da cidade, suas características socioculturais e, também, medidas de proteção para conter o

avanço da Covid-19 no município. São objetivos da campanha: (i) estimular a autoestima da sua população, (ii) orientar a população e esclarecer que o respeito aos protocolos é fundamental para a retomada gradual das atividades da cidade; (iii) ressaltar para os empreendedores, especialmente do setor de turismo, a pertinência de se implementar os protocolos vigentes; (iv) fomentar a atividade econômica na cidade de forma responsável e adequada aos protocolos de proteção.

Fique Em Casa Neste Carnaval - Campanha com objetivo de conscientizar a população da importância de se proteger da pandemia de Covid-19, evitando aglomerações e ficando em casa no período de carnaval.

Pergunta: “2) O Município de Belo Horizonte terá esse gasto aproximado nos próximos semestres?”

Considerando que:

- é dever do Poder Público Municipal prestar contas de todos os atos de Governo, consagrando seu caráter de transparência e publicidade;
- a Prefeitura deve prover à população acesso amplo e confiável a informações que a possibilite acompanhar, acessar e usufruir, de forma mais eficiente e tempestiva, as políticas públicas desenvolvidas na cidade;
- o contexto da Pandemia da COVID-19 ainda demanda ações emergenciais de comunicação, por parte da Prefeitura, para reforçar medidas educativas, orientações de utilidade pública e prestar contas sobre as ações executadas;
- outras iniciativas do Plano Plurianual de Ação Governamental continuam em curso no município e devem, eventualmente, demandar investimentos em comunicação para levar à população orientações e esclarecimentos pertinentes às mesmas;

É justo dizer que, muito provavelmente, o município realizará investimentos em publicidade, sempre à luz da legislação em vigor.

Pergunta: “3) Requer a juntada dos contratos de prestação de serviços.”



Todos os contratos estão disponíveis no portal da Prefeitura para consulta pública. Seguem links para acesso e consulta:

Página para acesso a todos os contratos:

Link: <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-e-contratos>

Página para acesso ao contrato Administração Direta

Link do contrato:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/2020/Contrato%20Perfil%2052%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20Completa%20Ltda-%2001.075.354.19.36.pdf>

Link do primeiro aditivo:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/comunicacao/2-ta-perfil-252-comunicacao-01.075354.19.36.pdf>

Página para acesso ao contrato da Empresa Municipal de Turismo (Belotur):

Link do contrato:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/belotur/dezoito-comunicacao-2020-contrato-25052020134846.pdf>

Link do segundo aditivo:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/belotur/2o-ta-dezoito.pdf>

Página para acesso ao contrato da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) / Fundo Municipal de Transportes Urbanos (FTU):

Link do contrato:

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/transparencia/2020/ct-2566_20.pdf

Link do segundo aditivo:



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/bhtrans/transparencia/2020/2o-ta-ct-2566_20.pdf

Atenciosamente,

Adriana Branco

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social



REGISTRO

Nº Contrato: 2566/2020

Livro: 05 Folha: 63

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

Processo Administrativo nº 01-000.955/20-38

Instrumento Jurídico nº 01 2020 2710 0001 0000

CONTRATANTE: Município de Belo Horizonte – Fundo de Transporte Urbano (FTU), inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Sr. Josué Costa Valadão, CPF nº 009.094.756-87, através da **Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS**, situada na Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Buritis, Belo Horizonte, MG, CEP 30.455-902, inscrito no CNPJ nº 41.657.081/0001-84, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Celio Freitas Bouzada, CPF nº 420.380.816-20.

CONTRATADA: Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda.

Endereço: Rua Antônio de Albuquerque, nº 156, 12º e 14º andares, Savassi, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-010

CNPJ: 22.444.012/0001-48

Representante legal: Simone Moreira de Abreu – Sócia Diretora

CPF: 980.026.946-00

As partes acima qualificadas celebram este Contrato, decorrente da Concorrência Pública nº 001/2019 da Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS, processo administrativo nº 01.075.354/19-36, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 15.113/13, com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965 e seu Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966 e alterações, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão – CENP – e incorporadas ao Sistema Legal por força do Decreto Federal nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002, do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, incorporado ao Sistema Legal por força da Lei nº 4.680/65, bem como a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, os Decretos Municipais nº 10.710, de 28 de junho de 2001, nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013, demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral.

1.1.1. Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução deste contrato;
- b) à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.1.1. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'a' do subitem 1.1.1 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação da CONTRATANTE, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;
- c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a



inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.2. Os serviços previstos no subitem 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.3. A CONTRATADA atuará por ordem e conta da CONTRATANTE, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 1.1.1, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

1.5. As atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral não poderão ser objeto de subcontratação.

1.6. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital e demais documentos vinculados à Concorrência SUCOM nº 001/2019, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA e a legislação de regência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

LOTE	ÓRGÃO	DOTAÇÃO
LOTE 03	BHTRANS/FTU	2710.1100.26.452.060.2.837.0001.339039.64.0300

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O presente contrato reger-se-á pelo regime de "empreitada por preço global", previsto na Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

3.2. O presente contrato tem o valor total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

6.1.1. Excetua-se da regra prevista no item acima o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente, pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

6.2. Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

6.3. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

6.4. Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. O fiscal de contrato indicado pela CONTRATANTE, sob orientação da Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM), será responsável pela coordenação e o acompanhamento dos serviços objeto deste contrato, competindo-lhe, dentre outros atos que envolvam o regular exercício desta função, aprovar previamente e por escrito os trabalhos a serem executados e respectivos custos, sendo a CONTRATANTE responsável por:

7.1.1. Fiscalizar os serviços a serem prestados pela CONTRATADA;

7.1.2. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

7.1.3. Supervisionar e fiscalizar o processo de seleção de fornecedores realizado pela CONTRATADA ou realizar cotação de preços junto a fornecedores;

7.1.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

7.1.5. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.1.6. Fornecer às contratadas relação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens demandados na execução do contrato;

7.1.7. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

7.1.8. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

7.1.9. Analisar as tabelas de preços dos veículos de comunicação apresentadas pela CONTRATADA para fins de verificar o cumprimento do estabelecido no subitem 10.1 deste contrato.

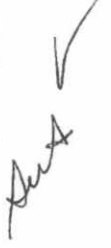
CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das demais obrigações que lhe são atribuídas neste instrumento, competem à CONTRATADA:

8.1. Executar de forma adequada os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, registradas em seu nome e sob a sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos em dia, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica;

8.2. Orientar-se pela disciplina do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de promover uma publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes, com a moral e os bons costumes.

8.3. Manter estrutura de atendimento na Cidade de Belo Horizonte compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados para a CONTRATANTE.



8.4. Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.

8.5. Indicar, por escrito, dois representantes da área de atendimento e um representante da área de planejamento para, em seu nome, coordenarem a execução dos serviços, com poderes para deliberarem, simultaneamente, sobre todas as questões relacionadas a este contrato.

8.6. Utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços a serem prestados, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela CONTRATANTE.

8.7. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a terceiros subcontratados e transferir à CONTRATANTE as vantagens obtidas, incluindo as em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio das contratadas, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

8.8. Submeter à aprovação prévia do fiscal de contrato indicado pela CONTRATANTE, os trabalhos a serem executados, com os respectivos custos.

8.9. Após a finalização de cada campanha, conforme solicitação da CONTRATANTE, encaminhar arquivo digital para a CONTRATANTE com a relação de peças produzidas, tais como: anúncios, spots, VTs e demais peças publicitárias em arquivos na extensão "pdf", para materiais gráficos, e na extensão "mov", para arquivos audiovisuais.

8.9.1. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar a matriz desbloqueada que permita a reprodução de materiais de caráter documental e institucional produzidos, sem ônus para a CONTRATANTE.

8.10. Fazer cotação prévia de preços para todos os serviços e bens fornecidos, junto a pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições a seguir:

8.10.1. Apresentar, no mínimo, 03 (três) propostas, das quais constarão todos os produtos ou serviços que as compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários;

8.10.2. No caso em que o valor do fornecimento de bens ou serviços for superior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor global do contrato, a CONTRATADA deverá proceder à coleta de orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE.

8.10.3. Apresentar propostas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;

8.10.4. Apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, se não houver possibilidade de haver 03 (três) propostas;

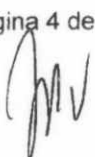
8.10.5. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

8.11. Os documentos citados nos subitens 8.10 ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e à disposição da CONTRATANTE por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

8.12. Submeter à subcontratação de outras empresas, observada a restrição prevista no subitem 1.3 deste contrato, para execução total ou parcial de alguns dos serviços de que trata este contrato, à prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, ressaltando-se que a CONTRATADA permanecerá com todas as suas responsabilidades contratuais perante a CONTRATANTE.

8.12.1. Os serviços afetos à concepção e criação das ações de publicidade não poderão ser objeto de subcontratação.

8.12.2. A CONTRATADA somente poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas que



estejam cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF e apresentem regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, FGTS e INSS.

8.13. Orientar e acompanhar a produção, a impressão e a distribuição de peças gráficas (folhetos, cartazes, adesivos, cartilhas, mala direta e etc.) aprovadas pela SUCOM.

8.14. Orientar e acompanhar a produção e distribuição de peças audiovisuais (filmes, spots, novelinhas e etc.) aprovadas pela SUCOM.

8.15. Definir o material a ser utilizado na distribuição só após sua aprovação pela CONTRATANTE.

8.16. Entregar à CONTRATANTE, conforme solicitação dela, para fins de controle do saldo contratual, relatório de controle dos gastos efetivamente realizados.

8.17. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratadas.

8.18. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

8.19. Não caucionar ou utilizar este contrato como garantia para qualquer operação financeira.

8.20. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.21. Cumprir a legislação trabalhista, securitária e previdenciária com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.

8.22. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

8.23. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

8.24. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

8.25. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e a própria CONTRATANTE.

8.26. Manter, por si, por seus prepostos e subcontratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da CONTRATANTE.

8.27. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços do objeto deste contrato.

8.28. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a CONTRATANTE.

8.29. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais



Y

Aut

C

que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste contrato.

8.30. Adotar as providências necessárias no sentido de preservar a CONTRATANTE e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, e providenciar o devido ressarcimento do pagamento de eventuais importâncias realizadas pela CONTRATANTE, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento, sem prejuízo de ação judicial competente por parte da CONTRATANTE.

8.31. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

8.32. Transferir para o Município de Belo Horizonte os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto deste contrato, inclusive as peças publicitárias.

8.33. Atender aos fornecedores e prestar informações sobre o faturamento e previsão de pagamento.

8.34. Efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros subcontratados até o prazo de 15 (quinze) dias, após o efetivo pagamento pela CONTRATANTE.

8.35. Apresentar periodicamente as tabelas de preços em vigor dos veículos de comunicação.

8.36. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

8.37. A CONTRATADA deverá, durante o período de no mínimo, 5 (cinco) anos, após a extinção deste contrato manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

8.38. Apresentar à CONTRATANTE os custos e as despesas de veiculação, acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes.

8.39. A CONTRATADA somente poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem da CONTRATANTE, se previamente o identificar e tiver sido por ela expressamente autorizado.

CLÁUSULA NONA — DA ANTICORRUPÇÃO

9.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e à CONTRATADA e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no edital;

d) Deixar de conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 16.954/18, cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e não denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante;

e) Manipular ou fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 16.954/18.



CLÁUSULA DÉCIMA – DA REMUNERAÇÃO

10.1. A remuneração da CONTRATADA dar-se-á na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei Federal nº 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66), obedecido ao desconto concedido na sua proposta de preços e, ainda, o seguinte:

10.2. percentual de desconto concedido à CONTRATANTE sob os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais;

10.3. percentual de honorários incidente sob o custo efetivo de serviços realizados por terceiros subcontratados referentes à produção de programas, campanhas, peças e materiais publicitários, ressaltando que não poderá exceder a 15% (quinze por cento);

10.4. serão ajustados entre as partes, o percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços de apoio à gestão de comunicação executados por terceiros, ressaltando-se que não poderá exceder a 10% (dez por cento).

10.5. A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela CONTRATANTE, de créditos que a ela tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCONTO DE AGÊNCIA

11.1. Além da remuneração prevista na Cláusula décima, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº. 4.680/65, não podendo exceder a 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS

12.1. A CONTRATADA cede à CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência dos contratos a serem firmados.

12.2. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nos contratos.

12.3. A CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante as contratadas, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

12.4. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA, mediante prévia definição da CONTRATANTE, poderá solicitar de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um com cessão de direitos por tempo limitado e outro com cessão total e definitiva de tais direitos, para os contratantes.

12.5. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionarão a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o subcontratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pelos contratantes.

12.6. Quando a CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços – cláusulas escritas que:

a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os arquivos magnéticos e os demais trabalhos assemelhados;

b) estabeleçam que a CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

12.7. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

12.8. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros subcontratados, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

a) que a CONTRATANTE poderá solicitar até 02 (duas) cópias em DVD de todo o material bruto produzido;

b) a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material à CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

12.9. A CONTRATANTE será o único e exclusivo proprietário dos resultados oriundos do cumprimento deste contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

12.10. É garantido à CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA, ou a terceiros, antes da assinatura deste contrato.

12.11. É garantida à CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. A entrega do serviço, que se dará sob demanda, será realizada no prazo fixado no documento que detalha a estimativa de custo (EC) e autorizações de publicação (AP), obrigando-se a CONTRATADA a manter a qualidade do serviço e as mesmas condições que a classificaram no processo licitatório.

13.2. O recebimento do serviço estará condicionado às especificações, condições e qualidade previstas nas estimativas de custo (EC) e autorizações de publicação (AP).

13.3. Todos os produtos deverão primar pela qualidade, podendo ser recusados, a qualquer tempo, caso não atendam às especificações exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FATURAMENTO

14.1. A CONTRATADA deverá entregar o faturamento à CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor.

14.2. A Nota Fiscal/Fatura de quaisquer fornecedores será emitida em nome da CONTRATANTE e entregue aos cuidados da CONTRATADA para faturamento, o que não significa ruptura da relação entre a CONTRATADA e seus fornecedores.

14.3. A CONTRATADA deverá discriminar em sua Nota Fiscal/Fatura o nome e o número da



C

NF/Fatura do fornecedor, bem como a discriminação dos serviços prestados e o período correspondente.

14.4. O faturamento deverá vir acompanhado:

14.5. Quando se tratar de veiculação:

a) da Nota Fiscal/Fatura do veículo, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;

b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;

c) dos comprovantes de veiculação;

d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes;

e) de demonstração do valor devido ao veículo;

f) da tabela de preços do veículo;

g) da descrição dos descontos negociados;

h) dos pedidos de inserção correspondentes.

14.6. Quando se tratar de produção:

a) da Nota Fiscal/Fatura do prestador, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;

b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;

c) dos comprovantes da prestação de serviços;

d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

14.7. Outros serviços realizados por terceiros (subcontratados):

a) da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;

b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;

c) dos comprovantes da prestação de serviços/fornecimento;

d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

14.8. Nenhuma despesa será paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo da CONTRATADA ou de seus fornecedores e subcontratados e sem a manifestação de aceitação da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

14.9. No tocante à veiculação, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para a CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

14.10. Para TV, Cinema e Rádio, alternativamente:

a) comprovante de veiculação emitido pela empresa que realizou a veiculação;

b) declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, na qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local e data, nome da peça veiculada, dia e horário da veiculação;



- 14.11. Mídia Exterior: fotos das peças com identificação do local de exibição.
- 14.12. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças.
- 14.13. Mídia impressa: exemplares originais dos títulos.
- 14.14. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 14.15. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 14.16. A CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.
- 14.17. A CONTRATANTE não pagará, sem que tenham autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 14.18. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 14.19. A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE comprovante dos pagamentos realizados a terceiros subcontratados, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.
- 14.20. A CONTRATANTE efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros subcontratados, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais à CONTRATANTE.
- 14.21. Caberá à CONTRATANTE, considerando o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.
- 14.22. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado no item 14.20, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros subcontratados fornecedores ou prestadores de serviço às contratadas, deverão ser repassados à CONTRATANTE.
- 14.23. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.
- 14.24. A CONTRATADA obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO

- 15.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais de cobrança.
- 15.2. Compete à CONTRATANTE considerado o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.
- 15.3. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado nesta cláusula, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros fornecedores ou prestadores de serviços à CONTRATADA, serão repassados à CONTRATANTE.
- 15.4. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados



diretamente, a critério da CONTRATANTE.

15.5. A CONTRATADA se obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE designará um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do §1º do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.2. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

16.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.4. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o presente contrato, o Edital e a legislação própria.

16.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.6. Além das atribuições previstas neste contrato e na legislação aplicável, caberá ao servidor responsável pela fiscalização verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da subcontratação e aos honorários devidos à CONTRATADA.

16.7. A fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

16.8. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da SUCOM.

16.9. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da CONTRATANTE.

16.10. A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, às suas expensas e nos prazos estipulados pela CONTRATANTE.

16.11. A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus subcontratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

16.12. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente à irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

16.13. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela CONTRATANTE.

16.14. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna da CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ele indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à CONTRATANTE.

16.15. À CONTRATANTE é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela CONTRATADA.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

17.1.1. advertência.

17.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

f) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

17.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

17.3. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

17.4. A penalidade de suspensão temporária será aplicada pelo Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social.

17.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social.

17.6. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.7. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.8. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

17.9. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

17.10. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.



17.11. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA

18.1. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento da garantia contratual no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), equivalendo ao percentual de 0,2% (dois décimos percentuais) do valor contratado, a ser recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do início da vigência do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro garantia;

III – fiança bancária.

18.3. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela CONTRATANTE.

18.4. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser obrigatoriamente através de conta bancária da CONTRATANTE.

18.5. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

18.6. A cobertura do seguro garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, que deverá efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, da Circular SUSEP nº 232/03.

18.7. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

18.8. A CONTRATANTE poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.

18.9. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

18.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja, no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

18.11. As modalidades de seguro-garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO / RESCISÃO

19.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

19.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem



como nas hipóteses de a Contratada:

- 19.3. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do contrato;
- 19.4. transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- 19.5. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- 19.6. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- 19.7. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
- 19.8. agir com dolo, imperícia ou imprudência relativamente às obrigações contratuais;
- 19.9. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- 19.10. ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- 19.11. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- 19.12. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.
- 19.13. A rescisão do contrato poderá ser:
- 19.14. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
- 19.15. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 19.16. judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

20.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

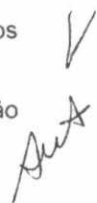
21.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

21.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

21.4. Constituem ônus de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos tributários, obrigações trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato.

21.5. A CONTRATADA obriga-se, durante a vigência do contrato, à manutenção da habilitação requerida para participação no processo licitatório.



21.6. Ressalvados os trabalhos que pela sua natureza reclamem a execução por terceiros, a CONTRATADA obriga-se a não subcontratar os serviços objeto do presente contrato.

21.7. Pertencem à CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra e mídia diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação;

21.8. A CONTRATADA não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivos, eventualmente concedidos por veículo de divulgação, aos interesses da CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com as pesquisas e dados técnicos comprovado sob pena de aplicação da penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com o Município de Belo Horizonte, assegurada a ampla e prévia defesa.

21.9. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATADA, segundo as disposições contidas nas Leis nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM – correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO ANEXO

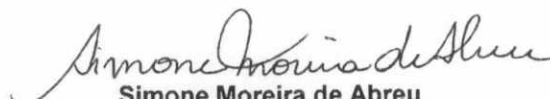
23.1. O presente Contrato está vinculado à Concorrência Pública nº 001/2019 e à proposta da Contratada, que integram este documento, independentemente de transcrição.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO

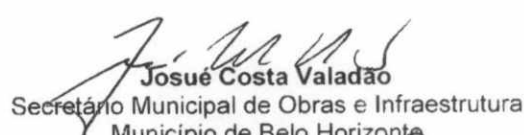
24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2020.


Simone Moreira de Abreu
Sócia Diretora
Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda.


Celio Freitas Bouzada
Presidente
BHTRANS


Josué Costa Valadão
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
Município de Belo Horizonte

Testemunhas:

1. _____


Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:


Iriene Peixoto M. de Azevedo
Chefe da Assessoria Jurídica
OAB/MG 29.360 - BHTRANS

Página 15 de 15


João César da Silva - BT00-12
Superintendente de Administração e Finanças




Patrícia Pereira - BT00-12
Assessora de Planejamento e Gestão
BHTRANS



REGISTRO

Nº Contrato: _____ / _____
Livro: _____ Folha: _____

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2566/20

Processo Administrativo nº 01-000.955/20-38

Instrumento Jurídico nº _____

CONTRATANTE: Município de Belo Horizonte – Fundo de Transporte Urbano (FTU), inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, através da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, situada na Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Buritis, Belo Horizonte, MG, CEP 30.455-902, inscrito no CNPJ nº 41.657.081/0001-84

CONTRATADA: Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda.

Endereço: Rua Antônio de Albuquerque, nº 156, 12º e 14º andares, Savassi, Belo Horizonte, MG, CEP 30.112-010
CNPJ: 22.444.012/0001-48

As partes acima qualificadas celebram este Termo Aditivo sendo o presente regido pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, suas modificações posteriores, e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo está fundamentado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e na Cláusula Quinta do Contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo prorrogar o prazo de vigência do Contrato por 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, com término previsto para 02 de fevereiro de 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

CLÁUSULA QUARTA – FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo serão providas por recursos indicados na Funcional Programática nº 26.452.060.2837, Natureza de Despesa nº 339039, Item 64, Fonte 00.00, Subação 0001, Unidade Orçamentária 2710 e Unidade Administrativa 1100, do Fundo de Transporte Urbano – FTU.

CLÁUSULA QUINTA – GARANTIA

Em cumprimento ao que dispõe a Cláusula Décima Oitava do Contrato original, e sem prejuízo das demais garantias prestadas, a Contratada prestará à Contratante, no ato de assinatura deste Termo Aditivo, garantia no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), correspondentes a 0,2% (cinco por cento) do valor deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do Contrato nº 2566/20 permanecem vigentes e inalteradas.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2021

CARLA MADEIRA
CARNEIRO:692819
04691

Carla Madeira Carneiro

Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda

Diogo Oscar Borges Prosdócimi
BHTRANS

Josué Costa Valadão
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Município de Belo Horizonte

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

Moema R D de
Menezes OABMG
68700

Assinado de forma digital por
Moema R D de Menezes
OABMG 68700
Data: 2021.01.27 10:34:56
0356

2. _____

Nome:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

DOM
Diário Oficial do Município

175
A7

Terça-feira, 9 de Fevereiro de 2021 Ano:???ano.2021??? - Edição N.: 6201

Poder Executivo

AA-Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - BHTRANS

EXTRATOS

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS torna público os seguintes procedimentos:

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 2566/20

Processo Administrativo nº 01-000.955/20-38

Instrumento Jurídico nº 01.2020.2710.0001.0200

Contratante: Município de Belo Horizonte - Fundo de Transporte Urbano (FTU)

Contratada: Lápis Raro Agência de Comunicação Ltda.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por 12 (doze) meses.

Data da assinatura: 27/01/2021.

Vigência: 03/02/2021 a 02/02/2022

Valor: R\$ 3.000.000,00

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato n.º 2359/15

Processo Administrativo nº 01-093.933/15-91

Instrumento Jurídico nº 01.2015.2904.0016.0600

Contratante: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Contratada: Telemar Norte Leste S.A.

Objeto: Adequação do instrumento contratual municipal às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Data da assinatura: 04/02/2021.

Valor: Sem ônus

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 2454/18

Processo Administrativo nº 01-004.780/18-13

Instrumento Jurídico nº 01.2018.2709.0003.0300

Contratante: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Contratada: Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A - PRODABEL

Objeto: Adequação do instrumento contratual municipal às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Data da assinatura: 04/02/2021.

1750

Valor: Sem ônus

Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 2470/18

Processo Administrativo nº 01.034.100/18-96

Instrumento Jurídico nº 01.2018.2709.0033.0300

Contratante: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Contratada: Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A - PRODABEL

Objeto: Adequação do instrumento contratual municipal às disposições da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Data da assinatura: 25/01/2021.

Valor: Sem ônus

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 2571/20

Processo Administrativo nº 01-123.681/19-54

Instrumento Jurídico nº 01.2020.2709.0007.0200

Contratante: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Contratada: CVCTEC Engenharia EIRELI - EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato por 12 (doze) meses; Conceder reequilíbrio econômico financeiro ao contrato, a partir de 4 de março de 2021.

Data da assinatura: 04/02/2021.

Vigência: 04/03/2021 a 03/03/2022

Valor: R\$ 1.266.595,74



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO
HORIZONTE S/A – BELOTUR E A EMPRESA DEZOITO
COMUNICAÇÃO LTDA.

A **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR**, com sede na Rua Espírito Santo, 527, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-031, inscrita no CNPJ sob o nº 21.835.111/0001-98, neste ato representada por seus Diretores *in fine* assinados, doravante denominada CONTRATANTE, e a **EMPRESA DEZOITO COMUNICAÇÃO LTDA.**, estabelecida na Rua Fernandes Tourinho, 735, 11º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-000, CNPJ 01.187.307/0001-06, representada conforme Contrato Social, neste ato denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente da Concorrência 001/2019, processo administrativo nº 01.075.354/19-36, em conformidade com o Decreto Municipal nº 15.113/13 e com a Lei Federal nº 13.303/2016, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR - RILC, a Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965 e seu Decreto Federal nº 57.690, de 1º de fevereiro de 1966 e alterações, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão – CENP – e incorporadas ao Sistema Legal por força do Decreto Federal nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002, do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, incorporado ao Sistema Legal por força da Lei nº 4.680/65, bem como a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, os Decretos Municipais nº 10.710, de 28 de junho de 2001, nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013, demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade pela CONTRATADA à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente, que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral.

1.1.1. Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução deste contrato;
- b) à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.1.1. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'a' do subitem 1.1.1 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do(a) CONTRATANTE, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;
- c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.2. Os serviços previstos no subitem 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.3. A CONTRATADA atuará por ordem e conta do(a) CONTRATANTE, em conformidade com o art. 3º





da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 1.1.1, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.4. A CONTRATADA não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

1.5. As atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral não poderão ser objeto de subcontratação.

1.6. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital e demais documentos vinculados à Concorrência SUCOM nº 001/2019, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA e a legislação de regência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

LOTES	ÓRGÃO	DOTAÇÃO
LOTE 02	BELOTUR	2805.0010.23.695.086.2.900.339039.23/64.0300/

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O presente contrato reger-se-á pelo regime de “empreitada por preço global”, previsto na Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2 O presente contrato tem o valor total de **R\$ 8.500.000,00** (oito milhões e quinhentos mil reais).

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 94 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR.

4.2 A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3 Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual, exigir-se-á reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Oitava deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

5.2 Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

6.1 Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

6.1.1 Excetua-se da regra prevista no item acima o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente,





pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

6.2 Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

6.3 Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

6.4 Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 O fiscal de contrato indicado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR, sob orientação da Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM), será responsável pela coordenação e o acompanhamento dos serviços objeto deste contrato, competindo-lhe, dentre outros atos que envolvam o regular exercício desta função, aprovar previamente e por escrito os trabalhos a serem executados e respectivos custos, sendo a CONTRATANTE responsável por:

7.2 Fiscalizar os serviços a serem prestados pela CONTRATADA;

7.3 Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

7.4 Supervisionar e fiscalizar o processo de seleção de fornecedores realizado pela CONTRATADA ou realizar cotação de preços junto a fornecedores;

7.5 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

7.6 Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

7.7 Fornecer às contratadas relação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens demandados na execução do contrato.

7.8 Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;

7.9 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

7.10 Analisar as tabelas de preços dos veículos de comunicação apresentadas pela CONTRATADA para fins de verificar o cumprimento do estabelecido no subitem 10.1 deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Além das demais obrigações que lhe são atribuídas neste instrumento, competem à CONTRATADA:

8.2 Executar de forma adequada os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, registradas em seu nome e sob a sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade do (a) CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos em dia, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica;

8.3 Orientar-se pela disciplina do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de promover uma publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes, com a moral e os bons costumes.

8.4 Manter estrutura de atendimento na Cidade de Belo Horizonte compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados para os contratantes.

8.5 Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.





8.6 Indicar, por escrito, dois representantes da área de atendimento e um representante da área de planejamento para, em seu nome, coordenarem a execução dos serviços, com poderes para deliberarem, simultaneamente, sobre todas as questões relacionadas a este contrato.

8.7 Utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços a serem prestados, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo(a) CONTRATANTE.

8.8 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a terceiros subcontratados e transferir aos contratantes as vantagens obtidas, incluindo as em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio das contratadas, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

8.9 Submeter à aprovação prévia do fiscal de contrato indicado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR, os trabalhos a serem executados, com os respectivos custos.

8.10 Após a finalização de cada campanha, conforme solicitação da CONTRATANTE, encaminhar arquivo digital para o (a) CONTRATANTE com a relação de peças produzidas, tais como: anúncios, spots, VTs e demais peças publicitárias em arquivos na extensão "pdf", para materiais gráficos, e na extensão "mov", para arquivos audiovisuais.

8.10.1 Sempre que solicitado pelo(a) CONTRATANTE, disponibilizar a matriz desbloqueada que permita a reprodução de materiais de caráter documental e institucional produzidos, sem ônus para o(a) CONTRATANTE.

8.11 Fazer cotação prévia de preços para todos os serviços e bens fornecidos, junto a pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições a seguir:

8.11.1 Apresentar, no mínimo, 03 (três) propostas, das quais constarão todos os produtos ou serviços que as compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários;

8.11.2 No caso em que o valor do fornecimento de bens ou serviços for superior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor global do contrato, a CONTRATADA deverá proceder à coleta de orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização do(a) CONTRATANTE.

8.11.3 Apresentar propostas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;

8.11.4 Apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, se não houver possibilidade de haver 03 (três) propostas;

8.11.5 Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

8.12 Os documentos citados nos subitens 8.10 ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e à disposição do(a) CONTRATANTE por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

8.13 Submeter à subcontratação de outras empresas, observada a restrição prevista no subitem 1.3 deste contrato, para execução total ou parcial de alguns dos serviços de que trata este contrato, à prévia e expressa anuência do(a) CONTRATANTE, ressaltando-se que a CONTRATADA permanecerá com todas as suas responsabilidades contratuais perante o(a) CONTRATANTE.

8.13.1 Os serviços afetos à concepção e criação das ações de publicidade não poderão ser objeto de subcontratação.

8.13.2 A CONTRATADA somente poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas que estejam cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - SUCAF e apresentem regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, FGTS e INSS.

8.14 Orientar e acompanhar a produção, a impressão e a distribuição de peças gráficas (folhetos, cartazes, adesivos, cartilhas, mala direta e etc.) aprovadas pela SUCOM.

8.15 Orientar e acompanhar a produção e distribuição de peças audiovisuais (filmes, spots, novelinhas



4
Ass 6
f



e etc) aprovadas pela SUCOM.

8.16 Definir o material a ser utilizado na distribuição só após sua aprovação pela .

8.17 Entregar ao (à) CONTRATANTE, conforme solicitação dele(a), para fins de controle do saldo contratual, relatório de controle dos gastos efetivamente realizados.

8.18 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do(a) CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratadas.

8.19 Prestar esclarecimentos ao(à) CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

8.20 Não caucionar ou utilizar este contrato como garantia para qualquer operação financeira.

8.21 Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

8.22 Cumprir a legislação trabalhista, securitária e previdenciária com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.

8.23 Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

8.24 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.

8.25 Apresentar, quando solicitado pelo(a) CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.

8.26 Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e o(a) próprio(a) CONTRATANTE.

8.27 Manter, por si, por seus prepostos e subcontratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do(a) CONTRATANTE.

8.28 Responder perante o(a) CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços do objeto deste contrato.

8.29 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o(a) CONTRATANTE.

8.30 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste contrato.

8.31 Adotar as providências necessárias no sentido de preservar o(a) CONTRATANTE e de mantê-lo(a) a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, e providenciar o devido ressarcimento do pagamento de eventuais importâncias realizadas pelo (a) CONTRATANTE, dentro do prazo improrrogável de (10) dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento, sem prejuízo de ação judicial competente por parte do (a) CONTRATANTE.

8.32 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

8.33 Transferir para o Município de Belo Horizonte os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto deste contrato, inclusive as peças publicitárias.





- 8.34 Atender aos fornecedores e prestar informações sobre o faturamento e previsão de pagamento.
- 8.35 Efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros subcontratados até o prazo de 15 (quinze) dias, após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.
- 8.36 Apresentar periodicamente as tabelas de preços em vigor dos veículos de comunicação.
- 8.37 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, no curso da execução do contrato, sendo facultada à contratante o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição, em cumprimento ao disposto no inciso X do art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, obrigando-se, ainda a:
- a) cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional da contratante;
 - b) não utilizar, em qualquer das atividades da empresa, de trabalho infantil nem de trabalho forçado ou análogo à condição de escravo;
- 8.38 A CONTRATADA deverá, durante o período de no mínimo, 5 (cinco) anos, após a extinção deste contrato manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.
- 8.39 Apresentar ao(à) CONTRATANTE os custos e as despesas de veiculação, acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes.
- 8.40 A CONTRATADA somente poderão reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem do(a) CONTRATANTE, se previamente o identificar e tiver sido por ele(a) expressamente autorizado(a).

CLÁUSULA NONA — DA ANTICORRUPÇÃO

- 9.1 Na execução do presente Contrato é vedado à BELOTUR e ao BENEFICIÁRIO(A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:
- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
 - b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
 - c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no edital;
 - d) Deixar de conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 16.954/18, cometer os atos tendentes a lesar a administração pública e não denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante;
 - e) Manipular ou fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 16.954/18.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REMUNERAÇÃO

- 10.1 A remuneração da CONTRATADA dar-se-á na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei Federal nº 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66), obedecidos o desconto concedido na sua proposta de preços e, ainda, o seguinte:
- 10.2 percentual de desconto concedido ao (à) CONTRATANTE sob os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais;
- 10.3 percentual de honorários incidente sob o custo efetivo de serviços realizados por terceiros subcontratados referentes à produção de programas, campanhas, peças e materiais publicitários, ressaltando que não poderá exceder a 15% (quinze por cento);
- 10.4 serão ajustados entre as partes, o percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços de apoio à gestão de comunicação executados por terceiros, ressaltando-se que não poderá exceder a 10% (dez por cento).





10.5 A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelo(a) CONTRATANTE, de créditos que a ele(a) tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DESCONTO DE AGÊNCIA

11.1 Além da remuneração prevista na Cláusula décima, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº. 4.680/65, não podendo exceder a 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS

12.1 A CONTRATADA cede ao(a) CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência dos contratos a serem firmados.

12.2 O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nos contratos.

12.3 O(A) CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante as contratadas, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

12.4 Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA, mediante prévia definição do(a) CONTRATANTE, poderá solicitar de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um com cessão de direitos por tempo limitado e outro com cessão total e definitiva de tais direitos, para os contratantes.

12.5 Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionarão a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o subcontratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pelos contratantes.

12.6 Quando o(a) CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços – cláusulas escritas que:

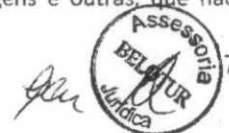
a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os arquivos magnéticos e os demais trabalhos assemelhados;

b) estabeleçam que o(a) CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

12.7 A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

12.8 A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros subcontratados, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:





a) que o (a) CONTRATANTE poderá solicitar até 02 (duas) cópias em DVD de todo o material bruto produzido;

b) a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material a(a) CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

12.9 O(a) CONTRATANTE será o único e exclusivo proprietário dos resultados oriundos do cumprimento deste contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

12.10 É garantido ao(à) CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA, ou a terceiros, antes da assinatura deste contrato.

12.11 É garantida ao(à) CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1 A entrega do serviço, que se dará sob demanda, será realizada no prazo fixado no documento que detalha a estimativa de custo (EC) e autorizações de publicação (AP), obrigando-se a CONTRATADA a manter a qualidade do serviço e as mesmas condições que a classificaram no processo licitatório.

13.2 O recebimento do serviço estará condicionado às especificações, condições e qualidade previstas nas estimativas de custo (EC) e autorizações de publicação (AP).

13.3 Todos os produtos deverão primar pela qualidade, podendo ser recusados, a qualquer tempo, caso não atendam às especificações exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FATURAMENTO

14.1 A CONTRATADA deverá entregar o faturamento ao(à) CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura de quaisquer fornecedores será emitida em nome do(a) CONTRATANTE e entregue aos cuidados da CONTRATADA para faturamento, o que não significa ruptura da relação entre a CONTRATADA e seus fornecedores.

14.3 A CONTRATADA deverá discriminar em sua Nota Fiscal/Fatura o nome e o número da NF/Fatura do fornecedor, bem como a discriminação dos serviços prestados e o período correspondente.

14.4 O faturamento deverá vir acompanhado:

14.5 Quando se tratar de veiculação:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do veículo, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes de veiculação;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes;
- e) de demonstração do valor devido ao veículo;
- f) da tabela de preços do veículo;
- g) da descrição dos descontos negociados;
- h) dos pedidos de inserção correspondentes.

14.6 Quando se tratar de produção:





a) da Nota Fiscal/Fatura do prestador, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;

b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;

c) dos comprovantes da prestação de serviços;

d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

14.7 Outros serviços realizados por terceiros (subcontratados):

a) da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;

b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;

c) dos comprovantes da prestação de serviços/fornecimento;

d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

14.8 Nenhuma despesa será paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo da CONTRATADA ou de seus fornecedores e subcontratados e sem a manifestação de aceitação da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

14.9 No tocante à veiculação, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

14.10 Para TV, Cinema e Rádio, alternativamente:

a) comprovante de veiculação emitido pela empresa que realizou a veiculação;

b) declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, na qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local e data, nome da peça veiculada, dia e horário da veiculação;

14.11 Mídia Exterior: fotos das peças com identificação do local de exibição.

14.12 Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças.

14.13 Mídia impressa: exemplares originais dos títulos.

14.14 Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, o(a) CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

14.15 Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

14.16 O(A) CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.

14.17 O(A) CONTRATANTE não pagará, sem que tenham autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

14.18 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

14.19 A CONTRATADA apresentará ao(a) CONTRATANTE comprovante dos pagamentos realizados a terceiros subcontratados, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

14.20 O(A) CONTRATANTE efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros subcontratados, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais ao(a) CONTRATANTE.

14.21 Caberá ao (à) CONTRATANTE, considerando o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.





14.22 Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado no item 13.20, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros subcontratados fornecedores ou prestadores de serviço às contratadas, deverão ser repassados ao(à) CONTRATANTE.

14.23 Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

14.24 A CONTRATADA obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

15.1 O(A) CONTRATANTE efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais de cobrança.

15.2 Compete ao(à) CONTRATANTE considerado o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.

15.3 Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado nesta cláusula, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros fornecedores ou prestadores de serviços à CONTRATADA, serão repassados ao(à) CONTRATANTE.

15.4 Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município – SUCOM.

15.5 A CONTRATADA se obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A CONTRATANTE designará um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.2 Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pelo(a) CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

16.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.4 O(A) CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o presente contrato, o Edital e a legislação própria.

16.5 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o(a) CONTRATANTE.

16.6 Além das atribuições previstas neste contrato e na legislação aplicável, caberá ao servidor responsável pela fiscalização verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da subcontratação e aos honorários devidos à CONTRATADA.

16.7 A fiscalização pelo(a) CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

16.8 A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após aprovação formal da SUCOM.

16.9 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do(a) CONTRATANTE.

16.10 A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de





veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, às suas expensas e nos prazos estipulados pelo(a) CONTRATANTE.

16.11 A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus subcontratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

16.12 A ausência de comunicação por parte do(a) CONTRATANTE, referente à irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

16.13 A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pelo(a) CONTRATANTE.

16.14 A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna do(a) CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ele indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados ao(a) CONTRATANTE.

16.15 Ao(À) CONTRATANTE é facultado(a) o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

17.1.1 advertência.

17.1.2 multas, nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

17.1.3 suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal.

17.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2 As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

17.3 Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

17.4 A penalidade de suspensão temporária será aplicada pelo Diretor-Presidente da BELOTUR.

17.5 A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor-Presidente da BELOTUR.

17.6 Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária, será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

17.7 Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa





prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.8 No caso de aplicação das penalidades previstas, será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

17.9 As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

17.10 Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

17.11 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA

18.1 A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento da garantia contratual no valor de **R\$17.000,00 (dezesete mil reais)**, equivalendo ao percentual de 0,2% (dois décimos percentuais) do valor contratado, a ser recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do início da vigência do presente contrato.

18.2 A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – seguro garantia;

III - fiança bancária.

18.3 A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela CONTRATANTE.

18.4 Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser feito obrigatoriamente no Banco/agência/conta informados pela CONTRATANTE.

18.5 A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

18.6 A cobertura do seguro garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, que deverá efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, da Circular SUSEP nº 232/03.

18.7 A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.

18.8 A CONTRATANTE poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.

18.9 O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

18.10 A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja, no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

18.11 As modalidades de seguro-garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO / RESCISÃO

19.1 O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

19.2 O presente poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a





CONTRATADA:

- a) infringir quaisquer das cláusulas ou condições do contrato;
- b) transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte;
- c) entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- d) recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- e) deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;
- f) agir com dolo, imperícia ou imprudência relativamente às obrigações contratuais;
- g) deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;
- h) ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- i) subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- j) associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.

19.3 A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

20.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à CONTRATADA, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no Art. 81, §1º, da Lei Federal nº 13.303/ 2016, combinado com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR.

21.2 A tolerância da CONTRATANTE, com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

21.3 A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

21.4 Constituem ônus de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos tributários, obrigações trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato.

21.5 A CONTRATADA obriga-se, durante a vigência do contrato, à manutenção da habilitação requerida para participação no processo licitatório.

21.6 Ressalvados os trabalhos que pela sua natureza reclamem a execução por terceiros, a CONTRATADA obriga-se a não subcontratar os serviços objeto do presente contrato.

21.7 Pertencem à CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra e mídia diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.





21.8 A CONTRATADA não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivos, eventualmente concedidos por veículo de divulgação, aos interesses do(a) CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com as pesquisas e dados técnicos comprovado sob pena de aplicação da penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com o Município de Belo Horizonte, assegurada a ampla e prévia defesa.

21.9 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATADA, segundo as disposições contidas nas Leis nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Empresa da BELOTUR e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM – correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS ANEXOS

23.1 Vincula-se ao presente contrato a proposta da CONTRATADA, nos termos do inciso IX do art. 93 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BELOTUR, e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte:


1. Anexo I – Projeto Básico;
2. Anexo II – Modelo de Procuração.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2020.


Alexis Oliveira Jacinto - Mat. 80029-0
Diretor de Administração e Finanças
DRAF-BL


Gilberto César C. de Castro - Mat. 80025-0
Diretor Presidente da BELOTUR
DPE-BL


Leonardo B. Nunes Menezes - Mat. 08003-1
Diretor de Marketing e Promoção Turística
DPMAT-BL


DEZOITO COMUNICAÇÃO LTDA.





ANEXO I - PROJETO BÁSICO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº.: 001/2019**

1. Objeto da contratação

1.1. O objeto da concorrência é seleção de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade.

1.2. Considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral.

§ 1º – Poderão ser incluídos como atividades complementares aos serviços de publicidade contratados, os serviços especializados pertinentes:

I – ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.232/2010;

II – à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III – à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

§ 2º – É vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização ou patrocínio de eventos festivos de qualquer natureza.

1.3. Os serviços abrangem as ações de publicidade de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou de interesse do Município de Belo Horizonte.

1.4. As atividades previstas no subitem 1.2 não poderão ser objeto de subcontratação.

1.5. Os serviços de comunicação social terão caráter educativo, informativo, de orientação social ou de utilidade pública, deles não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (§1º art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 28 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte).

1.6. O público prioritário das campanhas e ações publicitárias a serem empreendidas é a população de Belo Horizonte.

1.6.1. São também públicos a serem atingidos por campanhas e ações publicitárias, os que se constituírem de interesse da Administração Municipal pelo potencial que representam para o desenvolvimento do Município, sejam por aspectos econômicos, culturais, turísticos ou sociais.

1.7. Todos os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto da Licitação, inclusive as peças publicitárias, pertencerão aos Contratantes.

1.8. Os serviços, objeto desta licitação, serão adjudicados às 3 (três) primeiras classificadas, na ordem decrescente de pontuação, correspondente a 3 (três) lotes, conforme definido a seguir:

a) Lote 1 – 1ª Classificada.

Órgãos e entidades integrantes: Administração Direta, Autarquias e Fundações.

Valor: R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais).

a) Lote 2 – Adjudicado à 2ª classificada:

Entidade integrante: BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A.

Valor: R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais).

b) Lote 3 – Adjudicado à 3ª classificada:

Entidade integrante: BHTRANS/FTU - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A./ Fundo de Transporte Urbano.

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

2. Justificativas



2.1. O direito à informação é assegurado a todo cidadão pela Constituição da República Federativa do Brasil/88. Para garantir o efetivo exercício desse direito, o Município de Belo Horizonte instituiu a Subsecretaria de Comunicação Social – SUCOM–, que tem como tarefa informar a população sobre as ações, os programas e os serviços prestados pela Administração Municipal.

É dever do Poder Público Municipal prestar contas de todos os atos de Governo, consagrando seu caráter de transparência e publicidade. Ademais, é dever do Poder Público Municipal prestar ao cidadão todas as informações que considere de interesse público e que facilitem ou melhorem a convivência na cidade e na vida das pessoas.

Assim, a política de comunicação social da Administração Municipal de Belo Horizonte deve constituir-se de planejamento, definição e utilização dos instrumentos e canais de comunicação que garantam o direito à informação qualificada e orientada do cidadão. Sua eficácia pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de estratégias e de ações táticas que visem a dar visibilidade e reforçar a imagem dos projetos, programas e atividades do Governo, sob a ótica da transparência e do interesse público.

Para fins de garantir a eficácia da política de comunicação social empreendida no âmbito do Município de Belo Horizonte, vislumbra-se, ainda, implementar novos esforços de comunicação, baseados no Plano Plurianual de Ação Governamental –PPAG – vigente.

Em conclusão, a contratação dos serviços especializados de publicidade justifica-se, sobretudo, pela necessidade da Administração Municipal prover à população acesso amplo e confiável a informações que a possibilite acompanhar, acessar e usufruir, de forma mais eficiente e tempestiva, as políticas públicas desenvolvidas em Belo Horizonte.

3. Caracterização

3.1. A história de Belo Horizonte começa em 1701 com a fundação do Arraial Curral del Rei, pelo bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz. Em 1893 foi escolhida para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, substituindo Ouro Preto, cabendo o planejamento urbano a cargo do Engenheiro Aarão Reis, chefe da Comissão de Construção da Nova Capital. Primeira cidade planejada do Brasil, inspirada em Paris e Washington, em 1897, ganhou o nome de Cidade de Minas e somente em 1901 passou a ser chamada de Belo Horizonte, cuja população prevista seria de 300 mil pessoas e dentro dos limites da Avenida do Contorno.

De acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2018, a população atual é de 2.501.576 habitantes, sexta maior do Brasil. A Região Metropolitana, com seus 5.916.189 habitantes, é a terceira maior do país. Nestes 121 anos como capital do estado, a cidade passou por transformações que a tornou referência econômica, cultural e tecnológica.

As principais atividades econômicas do município são comércio, prestação de serviços e indústria. É importante dizer que o seu PIB, em 2016, foi de 88,3 bilhões de reais. O município de Belo Horizonte é totalmente urbano.

Com um território de apenas 331 quilômetros quadrados, na década de 1920, a cidade recebia grande fluxo migratório por ter se consolidado como centro administrativo, de serviços e de cultura. A ocupação de seu território passou a ocorrer de forma desordenada, sem a necessária contrapartida em infraestrutura.

O processo de formação de favelas se intensificou. A estruturação urbana da cidade foi sendo marcada pela concentração de bens e serviços e a exclusão das classes menos favorecidas.

Nos anos 1950, o processo de urbanização, que ocorria em nível nacional, acentuou o movimento migratório, também impulsionado pela industrialização presente nos seus municípios vizinhos. Nos anos 1970, a ocupação de Belo Horizonte já ocorria em quase todo seu território, desacompanhada de políticas públicas capazes de lhe oferecer serviços e infraestrutura necessários e condizentes.

Como resultado, nos anos 1990, Belo Horizonte exibia o mesmo quadro caótico das demais metrópoles brasileiras, formado por desigualdades crescentes nas condições de moradia e no tratamento das áreas centrais e periféricas; espaços públicos insuficientes e uso inadequado dos existentes; congestionamento do sistema viário e de transporte; e crescente degradação ambiental.

Com o retorno da democracia ao Brasil, em 1985, a cidade passa a eleger seus prefeitos e, nesse processo, deu-se início a um ciclo de gestões participativas que começaram a enfrentar uma herança histórica de problemas que se acumularam em todas as áreas e regiões.



Sem descuidar de qualquer segmento da população, o Executivo Municipal busca gerir a cidade com base em uma lógica mais inclusiva, de forma a assegurar a todos o acesso aos serviços públicos e viabilizar melhor qualidade de vida para os moradores.

3.2. Estrutura da Administração Municipal

3.2.1. A estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte é formada por órgãos da Administração Direta e Indireta.

3.2.2. Nos termos da Lei Municipal nº 11.065, de 1º de Agosto de 2017, a Administração Direta compreende:

- I – o Gabinete do Prefeito;
- II – o Gabinete do Vice-Prefeito;
- III – as secretarias municipais;
- IV – os órgãos autônomos;
- V – os órgãos colegiados.

3.2.3. Compõem a estrutura organizacional da administração direta as seguintes secretarias:

- I – a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC;
- II – a Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS;
- III – a Secretaria Municipal de Cultura – SMC;
- IV – a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE;
- V – a Secretaria Municipal de Educação – SMED;
- VI – a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL;
- VII – a Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA;
- VIII – a Secretaria Municipal de Governo – SMGO;
- IX – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;
- X – a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI;
- XI – a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG;
- XII – a Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU;
- XIII – a Secretaria Municipal de Saúde – SMSA;
- XIV – a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP.

3.2.4. São órgãos autônomos do Poder Executivo, subordinados diretamente ao Prefeito:

- I – a Procuradoria-Geral do Município – PGM;
- II – a Controladoria-Geral do Município – CTGM.

3.2.5. A administração indireta constitui-se de entidades com personalidade jurídica, dotadas de autonomia administrativa, financeira e funcional, criadas ou autorizadas para fins definidos em leis específicas, nos termos da Lei Orgânica do Município. A administração indireta compreende:

- I – as fundações;
- II – as autarquias;
- III – as empresas públicas;
- IV – as sociedades de economia mista;
- V – demais entidades de direito privado, sob o controle direto ou indireto do Município.

3.2.6. As competências dos órgãos municipais estão previstas na referida lei.

3.3. Atuação da administração atual

3.3.1. A gestão municipal de Belo Horizonte estabeleceu importantes compromissos voltados a atender a população mais vulnerável, enquanto público prioritário das políticas públicas municipais, e a otimizar a prestação dos serviços que são responsabilidade da Prefeitura.

A partir desses compromissos, a dimensão estratégica das políticas públicas municipais foi construída de modo a expressar a visão de futuro do Município, os planos de desenvolvimento do governo e os macrodesafios a serem superados, além de induzir a cooperação e a sinergia das secretarias na formulação e implementação de suas iniciativas.

O compromisso de otimizar os serviços oferecidos pela Prefeitura exprime a visão do que é prioritário dentro da administração municipal: facilitar a vida dos cidadãos, prestando serviços com mais qualidade, menos burocracia e mais eficiência da gestão pública municipal.



O compromisso de atender com prioridade a população mais vulnerável de Belo Horizonte, sem descuidar de qualquer segmento da cidade, visa acelerar o alcance por equidade e acesso a direitos fundamentais por toda a população de Belo Horizonte, respeitando as características e urgências particulares de cada território e, progressivamente, mitigando desequilíbrios históricos do desenvolvimento da cidade.

3.3.2. Os principais programas e ações desenvolvidos pelo Município de Belo Horizonte, que são também temas recorrentes de suas campanhas publicitárias, são aqueles identificados como projetos estratégicos e projetos transformadores.

Projetos estratégicos sintetizam as prioridades de cada política pública em andamento no município; já os projetos transformadores são um subconjunto de ações vinculados aos projetos estratégicos.

A seguir, estão especificados o nome e o respectivo objetivo de cada um dos projetos estratégicos e transformadores, distribuídos por área de resultado:

3.3.2.1. Área de Resultado: Segurança

Policiamento em áreas prioritárias e em unidades de atendimento à população

Promover a segurança no ambiente escolar, nas unidades de saúde, nas unidades de assistência social e nos espaços públicos de convivência comunitária e grande circulação de pessoas, além de reduzir os índices de criminalidade em relação aos anos anteriores, possibilitando significativa melhora na sensação de segurança.

Prevenção da violência em áreas de vulnerabilidade social

Promover intervenção qualificada em fatores de risco à violência e de proteção, desenvolvendo ações locais de prevenção aos homicídios, articulando redes de proteção e ofertas de serviços para jovens em territórios de maior vulnerabilidade e atendimento às pessoas expostas a fatores de risco de violência doméstica, de gênero, sexual, contra crianças e à população em situação de rua.

Promoção da gestão integrada na resposta a emergências

Promover, por meio do Centro de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), ação integrada e coordenada das instituições responsáveis pelos eventos e incidentes relevantes, situação de emergência e crise, visando prevenir, mitigar riscos e aperfeiçoar a pronta resposta. Contribuir para a segurança da população do município de Belo Horizonte, utilizando tecnologias de cidade inteligente.

3.3.2.2. Área de Resultado: Saúde

Ampliar e qualificar o atendimento hospitalar e de urgência e emergência

Propiciar serviço qualificado de assistência médica-hospitalar aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Fortalecimento da atenção primária em saúde

Promover o cuidado integral na Atenção Primária à Saúde de forma humanizada, oportuna, resolutiva, segura e de qualidade, fortalecendo a Estratégia de Saúde da Família e assegurando a cobertura adequada.

Implantação da gestão de custos em hospitais e unidades próprias de saúde

Implantar a gestão de custos com a finalidade de gerar relatórios com informações sobre os custos de cada unidade de saúde, permitindo aos gestores agir para melhorar a eficiência dos hospitais, unidades de pronto atendimento e centros de saúde, bem como oferecer informações estratégicas para tomada de decisão pela Secretaria Municipal de Saúde.

Qualificação das ações de prevenção e controle de doenças e redução do risco sanitário

Realizar o monitoramento sistemático do estado de saúde no território, tendo como estratégia prioritária a efetivação das ações de Vigilância em Saúde no Município.

Cenar de uso de crack e outras drogas

Revitalizar o espaço urbano caracterizado por cenas de uso do crack e outras drogas. Construir uma intervenção em rede e intersetorial para os usuários de crack e outras drogas. Buscar ações articuladas e uma gestão coordenada, baseada nos direitos humanos, na articulação entre as autoridades representantes das três esferas de Governo, de Justiça e de proteção social.

3.3.2.3. Área de Resultado: Sustentabilidade ambiental

Ampliação e qualificação do serviço de limpeza urbana



Ampliar e aumentar a qualidade dos serviços de limpeza urbana, proporcionando a universalização do acesso a esses serviços a todas as vilas do município, e aumentar também a população atendida pelo serviço de coleta seletiva municipal, utilizando-se inclusive de mecanismos de logística reversa.

Modernização do processo de licenciamento ambiental

Estruturar novo modelo processual de licenciamento ambiental que garanta eficiência e celeridade na análise, atraindo empreendedores e contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável do município de Belo Horizonte.

BH Verde: bem-estar e sustentabilidade

Implementar ações com foco no desenvolvimento sustentável ambientalmente correto do município. Para isto, serão estruturadas ações focadas na sustentabilidade ambiental, no monitoramento e gestão da flora e fauna silvestres e domésticas, e na formação de cidadãos preocupados com a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Recuperação ambiental em áreas degradadas, encostas, drenagem, tratamento de córregos e de fundo de vale

Atuar em áreas de risco do município com o objetivo de garantir a correta gestão ambiental e prevenir a ocorrência de desastres naturais que propiciem risco à segurança da população.

Revitalização ambiental e desenvolvimento do potencial turístico dos parques, zoológico e Jardim Botânico

Potencializar o fluxo de frequentadores dos parques municipais e zoológico, por meio da melhoria da qualidade de serviços, informações, segurança e revitalização ambiental nesses equipamentos públicos.

3.3.2.4. Área de Resultado: Mobilidade Urbana

Qualidade do transporte coletivo: um direito de todos

Oferecer um serviço de transporte coletivo público de qualidade, que garanta menor tempo de viagem, conforto, segurança e confiabilidade nos deslocamentos de usuários.

BH inclusiva, segura e cidadã

Promover a segurança no trânsito com foco na melhoria da saúde, garantia da vida e melhoria da qualidade de vida urbana por meio de intervenções no sistema de mobilidade, com estímulo aos meios não motorizados. Estimular e aumentar a participação popular na definição e no acompanhamento de ações relacionadas à mobilidade urbana, visando a criação de um ambiente social propício para a construção de um Compromisso pela Mobilidade Sustentável.

Mobilidade – atendimento, operação, fiscalização e modernização tecnológica

Incorporar novas metodologias e tecnologias às atividades da BHTRANS/FTU para aprimorar o atendimento, a operação, a fiscalização e as informações de mobilidade, com participação social, com a finalidade de torná-las mais efetivas e transparentes.

3.3.2.5. Área de Resultado: Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano

Regularização fundiária e urbanização em áreas de interesse social

Regularizar assentamentos de interesse social, com foco na população de baixa renda moradora do município, para inseri-la na malha oficial da cidade e garantir, ao munícipe, desde a valorização do imóvel até sua regularização documental em vários setores. Promover a urbanização dos assentamentos em áreas de interesse social regularizadas cuja infraestrutura básica é insuficiente, com objetivo de garantir condições mínimas de habitabilidade e do direito à moradia.

Gestão e redução do risco geológico em assentamentos de interesse social

Prevenir, mitigar, reduzir e controlar situações de risco geológico em assentamentos de interesse social.

Provisão habitacional no município

Desenvolver alternativas diversificadas destinadas a combater o déficit e a inadequação habitacional.

Simplificar, democratizar e modernizar a legislação urbanística e os serviços de licenciamento urbano

Tornar as diretrizes de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial transparentes e acessíveis a todo cidadão. Qualificar a prestação de serviços ao munícipe e a manutenção da cidade.

Regularização urbanística de assentamentos informais de interesse social

Promover a regularização de assentamentos informais ocupados predominantemente por famílias de baixa renda.

Melhoria do ambiente urbano



Proporcionar que logradouros públicos sejam espaços mais propensos à sociabilidade e que os terrenos estejam mantidos em condições de salubridade e segurança.

3.3.2.6. Área de Resultado: Educação

Ampliação da Educação Infantil

Criar vagas na Educação Infantil para ampliação do atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

Reorganização, Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental e da Escola Integrada

Reorganizar o ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino (RME/BH) revendo tempos escolares, currículo, processos de avaliação e articulação do currículo regular com as propostas do programa escola integrada e ampliar vagas nos programas Escola Integrada e Escola Aberta.

Reorganização, Expansão e Redução da Evasão do Ensino de Jovens e Adultos (EJA)

Identificar os fatores que contribuem para a permanência e aprendizagem dos estudantes do EJA, criando estratégias e meios com vistas a diminuir a evasão escolar e assegurar a ampliação ao direito à educação a todos os cidadãos, em conformidade com as estratégias indicadas no Plano Nacional de Educação.

Promoção de Políticas de Educação Inclusiva

Assegurar que a Rede Municipal de Educação promova a inclusão de todos os estudantes em igualdade de condições, desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas. Criação de equipamento intersetorial de atendimento educacional aos jovens e adultos com deficiência.

Melhoria da Convivência e da Segurança no Ambiente Escolar

Implementar o Plano de Convivência Escolar nas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte – RME/BH, pautando a convivência com os diversos segmentos da comunidade escolar de modo que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas que resultem na melhoria do clima escolar e assegurando que tenham condições de implementar a cultura da mediação de conflitos.

Desenvolvimento Profissional e Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Ampliar o acesso dos profissionais da educação a cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), bem como a participação deles em diversos processos formativos (presenciais e/ou a distância). Construir novo modelo de avaliação de desempenho e estágio probatório dos profissionais da educação, implantar uma política de incentivo de desenvolvimento profissional e reduzir o absenteísmo.

3.3.2.7. Área de Resultado: Cultura

Fortalecimento da cultura e do turismo na Pampulha

Executar exposições e ações em cada equipamento cultural da Pampulha, bem como ações de fortalecimento da estrutura turística e medidas que atendam as condicionantes para manter e fortalecer o título de Patrimônio Mundial.

Formação em política cultural

Fortalecer a estrutura da Escola Livre de Artes, por meio de parceria com a Educação, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN – e executar políticas sociais para melhor estruturação da política de formação na cidade.

Execução de festivais de política pública de cultura

Priorizar parcerias para a realização dos 11 festivais previstos na política cultural do município.

3.3.2.8. Área de Resultado: Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes

Qualificação e expansão do atendimento à População em Situação de Rua (SUAS/POP Rua)

Promover a (re)construção de vínculos sociais, comunitários e familiares, possibilitando a superação de extrema vulnerabilidade e risco social e pessoal, presentes na vivência da situação de rua.

Promoção de direitos e cidadania a população com maior vulnerabilidade social

Promover ações para a promoção, garantia e defesa de direitos de cidadania, possibilitando o protagonismo e o empoderamento da população, visando a desenvolvimento de uma cultura de respeito e dignidade a todos os segmentos da população.

Fortalecimento da proteção social básica (BH-protege)

Prevenir as situações de vulnerabilidade, risco social e pessoal, violação de direitos e ampliar a capacidade protetiva familiar e comunitária nos territórios de referência das unidades de proteção social (CRAS).

Expansão da oferta de serviços no BH cidadania e em outros espaços públicos



Promover a convergência de áreas essenciais das políticas públicas do município de Belo Horizonte, em territórios vulneráveis, visando à proteção social, a defesa de direitos, o acesso a bens e serviços públicos e promoção da cidadania.

BH cidade sustentável: mobilizar, educar e cultivar alimentação saudável

Promover a segurança alimentar e nutricional por meio das práticas de mobilização, formação e educação alimentar, produção e comercialização de alimentos no município de Belo Horizonte, prioritariamente em territórios com alto grau de vulnerabilidade social.

Democratização do Esporte e do Lazer

Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer por meio do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis, educativos e seguros.

3.3.2.9. Área de Resultado: Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública

Modernização dos processos de arrecadação tributária

Modernizar os processos de arrecadação tributária, incrementando a arrecadação com economia de recursos.

Reformulação da política de compras e contratos do município

Fazer com que a Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA) exerça a função de órgão central de licitações do Município para aquisição de materiais de consumo de uso comum e específico, materiais permanentes e contratação de serviços, além de gerenciamento dos estoques. Promover o controle dos custos de todos os contratos de locação de imóveis, obter receita com a venda de áreas remanescentes e consolidar a propriedade e a posse dos imóveis.

Modernização da transparência, automação dos processos de auditoria e fomento ao controle social

Fortalecer o controle social, a transparência e a atividade de auditoria por meio da sistematização, cruzamento e publicização de dados.

Aprimoramento do relacionamento entre cidadão e Prefeitura

Desburocratizar, otimizar e ampliar os serviços de atendimento, proporcionando maior facilidade, conforto e agilidade para o cidadão.

Modernização e automação de processos internos da PBH

Simplificar os processos internos e integrar as informações, proporcionando redução dos custos e dos prazos de execução, aumento do grau de confiabilidade e melhoria da gestão e dos serviços prestados ao cidadão.

Gestão estratégica de pessoas e valorização do servidor e do segurado

Integrar e automatizar os processos de gestão previdenciária e de recursos humanos, buscando agilidade, transparência e assertividade na gestão da vida funcional do servidor, bem como redução dos prazos de concessão de sua aposentadoria e pensão.

3.3.2.10. Área de Resultado: Desenvolvimento Econômico e Turismo

Atração de investimentos para a cidade e fomento à tecnologia da informação

Investir em ações e produtos para a atração de investimentos nacionais e internacionais. Apoiar e aquecer o setor de tecnologia da informação (TI) na cidade por meio da capacitação, da melhoria do ambiente de negócios e do intercâmbio com outros centros tecnológicos.

Fomento ao empreendedorismo, à economia criativa e à economia solidária

Oferecer melhores condições para que os empreendedores da cidade possam crescer. Prestar suporte técnico e orientação para a população que exerça algum tipo de atividade nas áreas de confecção, artesanato ou alimentação, dando opção de comercialização de produtos em feiras esporádicas e/ou permanentes.

BH destino turístico inteligente

Tornar a cidade de Belo Horizonte reconhecida nos mercados nacional e internacional como destino turístico inteligente, atrativo e competitivo.

Belo Horizonte Cidade Inteligente

Utilizar intensivamente tecnologias de comunicação e informação sensíveis ao contexto (IoT) e de gestão urbana e ação social dirigidos por dados, no espaço urbano de Belo Horizonte, para que sejam a base de uma gestão integrada entre as diversas áreas da administração e para que os serviços públicos disponham de mais informações qualificadas para melhorar sua qualidade e eficiência. Conectar o cidadão aos serviços e recursos municipais.



Melhoria do ambiente de negócios

Gerar aumento estrutural da produtividade e da competitividade para geração de emprego em Belo Horizonte e aumento da atração de investimentos na cidade, por meio da avaliação e revisão de processos de licenciamento e regularização, que facilite as atividades das empresas.

3.4. Pesquisas e outras informações

3.4.1. www.pbh.gov.br

3.4.2. <https://www.facebook.com/prefeiturabh>

3.4.3. <https://www.instagram.com/prefeiturabh/>

3.4.4. <https://www.youtube.com/user/videospbh>

3.5. Princípios da gestão da política de comunicação do Município

3.5.1. A gestão da política municipal de comunicação social constitui-se do planejamento, definição e utilização dos instrumentos e canais de comunicação contemporâneos com vistas a assegurar a circulação e o acesso a informações qualificadas, de interesse público, sobre o Poder Executivo e o Município. A política de comunicação desenvolvida pela Subsecretaria de Comunicação Social do Município – SUCOM com a sociedade respeita os princípios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A atuação da SUCOM é pautada pelo respeito à diversidade social, cultural, etária, religiosa e étnica da população.

A SUCOM valoriza a publicidade de todos os atos do governo como estratégia para informar o cidadão sobre cotidiano da cidade, a implementação e desenvolvimento de políticas públicas e a gestão do espaço urbano. Sua política de comunicação também estimula valores como a boa convivência urbana, o respeito ao patrimônio público e ao meio ambiente.

3.6. Escopo do trabalho de comunicação a ser empreendido

3.6.1. Acesso à informação e ao conhecimento são fundamentais para consolidação de uma sociedade pautada pela equidade e pela promoção de oportunidades para todos. Logo, objetiva-se, por intermédio de ações de comunicação social, oferecer à população informações e dados cada vez mais relevantes e tempestivos sobre o papel do Poder Executivo municipal e sua relação com o cotidiano da cidade.

Para consolidar esse objetivo, a Subsecretaria de Comunicação Social empenha esforços para que a publicidade e a transparência dos atos do poder público municipal não se restrinjam à publicação em meios formalmente burocráticos (que consolidam os ritos legislativos, mas que, pelo seu alto grau de complexidade, muitas vezes, se tornam inacessíveis ou de difícil compreensão à grande parte da população). Por meio de um trabalho estratégico de comunicação, a Prefeitura busca ampliar seu contato com a população, mantendo-a informada, de maneira clara e objetiva, sobre assuntos pertinentes à municipalidade, com observância, evidentemente, dos cuidados em face de limites que o direito apresenta.

Nesse sentido, a política de comunicação social da Prefeitura de Belo Horizonte está em constante processo de revisão e inovação de seus formatos e linguagens, levando em conta, em primeiro lugar, o interesse público e contribuindo para que, por meio de todas essas ferramentas e instrumentos, os cidadãos sejam bem informados sobre as ações e os serviços prestados pela Prefeitura.

Essa comunicação será direcionada ao estrito interesse da sociedade. Sua forma deverá adotar critérios que privilegiem a clareza e a objetividade das mensagens. Todas as campanhas e ações a serem empreendidas divulgarão ações de governo e informações de utilidade e interesse público, visando facilitar e melhorar a vivência coletiva na cidade de Belo Horizonte.

Todos os recursos disponíveis no campo da publicidade deverão ser utilizados, conforme demanda, de forma otimizada para garantir a divulgação institucional dos conteúdos definidos em todas as mídias e de todas as formas possíveis (rádio, televisão, jornais, mobiliário urbano, mídias disponíveis em transporte público, portais, sites, redes sociais, revistas, manuais, cartilhas, material educativo, folheteria diversas, novas mídias eletrônicas, dentre outros).

Os conteúdos a serem definidos pela SUCOM, objeto de cada campanha e cada peça publicitária, serão pautados em consonância com os Projetos Estratégicos e Projetos Transformadores apresentados no PPAG vigente, no qual foram definidas dez Áreas de Resultado que explicitam os



objetivos estratégicos dos vários campos de atuação da Prefeitura e que agrupam os programas, projetos e ações municipais. As Áreas de Resultado, que estão sob a égide dos compromissos da gestão são:

- A. Saúde
- B. Educação
- C. Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes
- D. Cultura
- E. Segurança
- F. Desenvolvimento Econômico e Turismo
- G. Mobilidade Urbana
- H. Sustentabilidade Ambiental
- I. Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano
- J. Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública

3.6.2. Esforços anteriores de comunicação – Principais temas das campanhas publicitárias executadas no período de 2017-2019

IPTU – Campanha para informar sobre a obrigatoriedade, descontos e prazos para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU. A campanha aborda também a correta gestão dos recursos públicos e sua destinação em ações, obras, programas e políticas públicas do município.

EDUCAÇÃO – Campanha que trata da política municipal para a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos, apresentado os serviços disponíveis para os munícipes, nos mais de 500 estabelecimentos que compõem a Rede Municipal de Educação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – Campanha que faz um balanço da performance da Prefeitura e apresenta à população as principais ações realizadas em suas diversas áreas de atuação: saúde, educação, obras, segurança, manutenção urbana etc.

OBRAS – Campanha que tem por objetivo informar à população sobre o andamento das ações de manutenção e das obras da Prefeitura, em especial as de mobilidade, gestão hídrica, urbanização de vilas e favelas, iluminação e segurança pública.

CANAIS DE ATENDIMENTO – Campanha que informa os principais canais de atendimento da Prefeitura. Ela mostra que falar com a Prefeitura é fácil e rápido e que o cidadão dispõe de canais digitais, telefônicos e presenciais para esclarecer dúvidas, fazer reclamações e solicitar serviços.

SAÚDE – As campanhas de saúde informam sobre as ampliações e as novas unidades abertas para a população, bem como os serviços disponíveis no sistema de saúde municipal e a sua melhor forma de utilização. Também são apresentadas as ações que visam garantir os recursos materiais e humanos adequados para a correta prestação dos serviços.

CEROL E LINHA CHILENA – Campanha educativa sobre a proibição do uso de cerol e de linha chilena para soltar papagaios. Mostra que usá-los é considerado crime, e convoca toda a população a colaborar com o poder público, disponibilizando canal de comunicação para denúncias.

LIMPEZA URBANA – Campanha cujo objetivo é mostrar os recursos humanos, materiais e técnicos que são disponibilizados pela Prefeitura para manter a cidade limpa e destinar adequadamente os resíduos urbanos. A Campanha também destaca a importância e a responsabilidade de todos os cidadãos no processo de manutenção da limpeza da cidade.

VACINAÇÃO SARAMPO E POLIOMIELITE – Campanha que esclarece a importância de vacinar crianças de uma faixa etária específica contra o sarampo e a poliomielite. Ela informa o período e em quais equipamentos públicos municipais de saúde a vacina pode ser tomada.

PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES E DE ACIDENTES EM CASO DE CHUVAS FORTES – A campanha mostra que, embora a Prefeitura invista continuamente em obras e na limpeza de córregos, galerias e bocas de lobo, a cidade enfrenta alagamentos nos períodos de chuvas fortes - muitas vezes causados pela disposição inadequada de lixo - que podem causar acidentes. Ela alerta sobre a importância de todos colaborarem, descartando corretamente seus resíduos e informa sobre os procedimentos em caso de chuvas fortes e alagamentos.

BELO HORIZONTE SURPREENDENTE – Campanha com o objetivo de divulgar Belo Horizonte como uma cidade pulsante, cosmopolita, urbana, moderna e inovadora que se consolida como um

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
fc



importante destino turístico para quem mora fora e também como uma cidade que possui muitos motivos pelos quais seus moradores podem se orgulhar. A campanha destaca os seguintes aspectos: moda, design, esportes, lazer, gastronomia, negócios, tecnologia inovação, arte e cultura. **ARRAIAL DE BELO HORIZONTE** – A campanha divulga o tradicional Arraial de Belo Horizonte, um dos principais festejos juninos do país. Ela mostra as principais atrações artísticas, informa sobre os concursos de quadrilhas e convida toda a população a participar do evento e experimentar a gastronomia típica.

CARNAVAL – As campanhas de carnaval, além de apresentar as principais informações sobre a programação na cidade, divulgam mensagens educativas sobre aspectos variados que buscam desde garantir a segurança dos foliões e o respeito ao patrimônio público, até combater a exploração do trabalho infantil, o assédio, o preconceito e a violência.

GENTILEZA E RESPEITO NO TRÂNSITO – Campanha educativa cujo objetivo é incentivar a reflexão e a adoção de comportamentos mais responsáveis no trânsito em motoristas, pedestres, ciclistas e motociclistas.

NOVA FROTA – Campanha informativa sobre a operação dos novos ônibus convencionais equipados com ar-condicionado e suspensão a ar que garantem mais conforto para os usuários do transporte coletivo de Belo Horizonte.

OPERAÇÃO VIDA NO TRÂNSITO – Campanha educativa que mostra os riscos da imprudência no trânsito, principalmente para pedestres e motociclistas. Ela informa o número de acidentes por ano na cidade e alerta a população sobre a necessidade de mudança de comportamento.

ROTATIVO DIGITAL – Campanha sobre a mudança do sistema de estacionamento rotativo que era feito através de talão. Ela informa sobre o novo sistema digital e ensina como usá-lo, além de mostrar os avanços e benefícios do novo sistema para os motoristas.

SIU MOBILE – Campanha sobre as funcionalidades do aplicativo SIU Mobile que disponibiliza informações diversas sobre o transporte coletivo da cidade. Por meio do aplicativo, os usuários do transporte coletivo podem obter informações sobre a previsão dos horários de chegada do ônibus nos pontos de espera das diversas linhas municipais.

FESTIVAIS E ATIVIDADES DA ÁREA CULTURAL (FIQ - Festival Internacional de Quadrinhos, FIT - Festival Internacional de Teatro, FAN - Festival de Arte Negra, Virada Cultural, Descontorno Cultural, Noturno nos Museus etc) – As campanhas das ações e eventos realizados na área cultural tem por objetivos informar as respectivas programações e convidar a população para participar das atividades oferecidas.

3.7. Públicos

3.7.1. O público prioritário das campanhas e ações publicitárias a serem empreendidas é a população de Belo Horizonte.

3.7.2. São também públicos a serem alcançados por campanhas e ações publicitárias específicas, os que se constituírem de interesse da Administração Municipal pelo potencial que representam para o desenvolvimento do Município, seja por aspectos econômicos, culturais, turísticos ou sociais.

3.8. Período

3.8.1. Os períodos e datas de realização das campanhas e peças publicitárias serão definidos de acordo com a necessidade da Administração Municipal e em consonância com o andamento das ações governamentais, durante a vigência dos contratos a serem firmados entre CONTRATANTES e CONTRATADAS.

3.9. Briefing

Para efeito de avaliação os Licitantes deverão apresentar uma campanha simulada dentro do tema "PREVENÇÃO DE ENCHENTES".

A ocorrência de enchentes e inundações é um dos problemas mais dramáticos nas grandes cidades brasileiras, pois provocam estragos, perdas materiais e, em alguns casos, irreparáveis, perda de vidas. Com o acelerado desenvolvimento urbano e a sua crescente complexidade, entidades e estudos internacionais¹ alertam governos e sociedade civil sobre a importância de ambos trabalharem em sinergia para tornar as cidades cada vez

¹

Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015.



mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para todos. Assegurando maior eficiência na gestão dos recursos, melhor capacidade de resposta e adaptação às mudanças climáticas e reduzindo significativamente o número de mortes e o número de pessoas atingidas por catástrofes relacionadas à gestão das águas.

Nesse sentido, o poder público municipal deve atuar na gestão e desenvolvimento da zona urbana com o objetivo de identificar os problemas e propor soluções e formas de gestão em consonância tanto com as metas acima delineadas quanto com particularidades de cada comunidade envolvida.

Durante todo o ano, a Prefeitura de Belo Horizonte desenvolve ações permanentes para redução de riscos de enchentes e para a proteção da população contra desastres. Esse esforço envolve um trabalho integrado que contempla as nove regionais da cidade e diversos órgãos da administração municipal. São realizadas: vistorias e ações de monitoramento constantes; obras de contenção de encostas; limpezas de galerias, bocas de lobo e fundos de vales de córregos; construção e manutenção de bacias de retenção e detenção de águas pluviais; ampliação de redes de microdrenagem; intensificação dos serviços básicos de zeladoria da cidade, tais como poda, capina e roçagem; indução à recuperação e revegetação de áreas degradadas; urbanização de vias públicas em vilas e favelas, cujas intervenções visam à correção de riscos geológicos e à instalação adequada de redes de água e esgoto; ampliação das áreas com serviço de coleta de lixo domiciliar; ampliação das soluções para coleta seletiva e gestão de resíduos especiais; ações de combate e fiscalização a depósitos clandestinos de lixo e entulhos; atendimento especializado e multidisciplinar a famílias em situação de vulnerabilidade e a capacitação dos moradores que residem em áreas de risco existentes na cidade.

Nota-se que o conjunto de ações é amplo, complexo e disseminado por toda a cidade. Por isso, dentre todas as atividades realizadas pelo governo municipal, alguns projetos e ações, dada a sua relevância para o desenvolvimento sustentável e seguro da cidade, demandam maior esforço de comunicação para seu acompanhamento e reconhecimento por parte da população.

Nesse sentido, o Município de Belo Horizonte almeja, por meio dessa campanha de comunicação:

- A. Apresentar à população alguns dos principais problemas históricos e sociais relacionados à ocorrência de enchentes e gestão das águas na cidade (detalhamentos no apêndice I);
- B. Prestar contas à população de Belo Horizonte apresentando e detalhando dois empreendimentos específicos desenvolvidos pela Prefeitura que objetivam melhorias na capacidade de drenagem e escoamento de águas na cidade (detalhamentos sobre os empreendimentos no apêndice I);
- C. Apresentar à população os principais benefícios desses investimentos (detalhamentos sobre os empreendimentos no apêndice I);
- D. Incentivar a compreensão e a responsabilidade por parte do cidadão ao que se refere à destinação responsável de resíduos sólidos, esclarecendo que práticas irregulares e descompromissadas com a preservação do meio ambiente, promovem estragos e prejuízos diversos a toda a população.
- E. Instruir a população sobre como proceder responsabilmente em casos de chuvas e enchentes (detalhamentos sobre os procedimentos recomendados no apêndice II).

Público-alvo: população de Belo Horizonte.

Verba referencial: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Período: 30 dias corridos.

4. Metas físicas

- 4.1. Os serviços, objeto desta contratação, serão divididos em 03 (três) lotes, conforme definido a seguir:
 - a) Lote 01: Administração Direta, Autarquias e Fundações.
 - b) Lote 02: Órgão integrante: BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A.
 - c) Lote 03: Órgãos integrantes: BHTRANS/FTU - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A./Fundo de Transporte Urbano.
- 4.2. O objeto da presente Concorrência será adjudicado a 03 (três) agências, obedecida a ordem de classificação, as quais serão contratadas mediante instrumentos contratuais, da seguinte forma:
 - 4.2.1. A agência adjudicada para o Lote 01 firmará contrato individual com o Município de Belo Horizonte.
 - 4.2.2. As agências adjudicadas para o Lote 02 e 03 firmarão contratos individuais com cada entidade da Administração Indireta.
- 4.3. As contratadas atuarão de acordo com solicitação da Subsecretaria de Comunicação Social - SUCOM.

5. Vigência contratual

8

h
lc



- 5.1. Os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas terão duração de doze meses, contados a partir da data da sua assinatura, prorrogáveis por períodos inferiores ou iguais, a critério do Município de Belo Horizonte, mediante termo aditivo devidamente formalizado, observada a legislação pertinente e o prazo máximo neles fixados.

6. Valor estimado da contratação

- 6.1. O valor global dos contratos a serem firmados com as futuras contratadas pelo período de 12 (doze) meses está estimado em R\$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo o instrumento celebrado individualmente pelo Município (Lote 1) estimado em R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais); o celebrado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. – BELOTUR (Lote 2) estimado em R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), os celebrados pela Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS/FTU (Lote 3) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).
- 6.2. Os recursos para a execução dos serviços relativos à BELOTUR correrão pelas seguintes dotações orçamentárias definidas para o exercício de 2019:

LOTES	ÓRGÃO	DOTAÇÃO	VALOR(R\$)
LOTE 02	BELOTUR	2805.0010.23.695.086.2.900.339039.23/64.0300/	8.500.000,00

- 6.3. O Município de Belo Horizonte não se compromete a realizar os gastos estimados em sua totalidade.

7. Caracterização dos serviços

- 7.1. Os serviços a serem realizados na vigência dos contratos são os seguintes:

- a) Serviços executados pelas próprias agências.
b) Serviços executados por terceiros e supervisionados pelas agências:

- para veiculação de peças e materiais que proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;
- para a produção de peças e materiais que não proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;
- de apoio direto à gestão de comunicação que não proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

8. Apresentação dos documentos e propostas

- 8.1. As regras de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preço encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Proposta Técnica

- 8.2.1. Os critérios para elaboração, julgamento e pontuação das Propostas Técnicas encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

8.3. Proposta de Preço

- 8.3.1. Os critérios para elaboração, julgamento e pontuação das Propostas de Preço encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e na aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

- 8.3.2. O julgamento final da concorrência será feito de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações para o tipo Técnica e Preço.

- 8.3.3. As agências concorrentes serão classificadas em ordem decrescente de pontuação, aferida mediante aplicação de fórmula descrita no edital.

8.4. Comissão de julgamento

O procedimento licitatório será processado e julgado por Comissão Especial de Licitação, com exceção das Propostas Técnicas que serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica.

8.5. Remuneração das CONTRATADAS

- 8.5.1. A remuneração das contratadas ocorrerá na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei Federal nº 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66), obedecido ao desconto concedido na sua proposta de preços e, ainda, o seguinte:

- a) percentual de desconto concedido aos contratantes sob os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais;



b) percentual de honorários incidente sob o custo efetivo de serviços realizados por terceiros referentes à produção de programas, campanhas, peças e materiais publicitários, ressaltando que não poderá exceder a 15% (quinze por cento);

c) serão ajustados entre as partes, o percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços de apoio à gestão de comunicação executados por terceiros, ressaltando-se que não poderá exceder a 10% (dez por cento).

8.5.2. As contratadas não farão jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelos contratantes, de crédito que a eles tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente aos contratos a serem firmados.

9. Forma de faturamento e pagamento

9.1. As contratadas deverão entregar o faturamento aos contratantes no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor.

9.2. A Nota Fiscal/Fatura de quaisquer fornecedores será emitida em nome dos contratantes e entregue aos cuidados da contratada para faturamento, o que não significa ruptura da relação entre a contratada e seus fornecedores.

9.3. As contratadas deverão discriminar em sua Nota Fiscal/Fatura o nome e o número da NF/Fatura do fornecedor, bem como a discriminação dos serviços prestados e o período correspondente.

9.4. O faturamento deverá vir acompanhado:

9.4.1. Quando se tratar de veiculação:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do veículo, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes de veiculação;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes;
- e) de demonstração do valor devido ao veículo;
- f) da tabela de preços do veículo;
- g) da descrição dos descontos negociados;
- h) dos pedidos de inserção correspondentes.

9.4.2. Quando se tratar de produção:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do prestador, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

9.4.3. Outros serviços realizados por terceiros (subcontratados):

- a) da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços/fornecimento;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

9.5. Nenhuma despesa será paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo das contratadas ou de seus fornecedores e subcontratados e sem a manifestação de aceitação da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

9.6. No tocante à veiculação, as contratadas ficam obrigadas a apresentar, sem ônus para os contratantes, os seguintes comprovantes:

9.6.1. Para TV, Cinema e Rádio, alternativamente:

- a) comprovante de veiculação emitido pela empresa que realizou a veiculação;
- b) declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, na qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local e data, nome da peça veiculada, dia e horário da veiculação;

9.6.2. Mídia Exterior: fotos das peças com identificação do local de exibição.

9.6.3. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças.



9.6.4. Mídia impressa: exemplares originais dos títulos.

9.7. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, os contratantes, a seu critério, poderão devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.8. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.9. Os contratantes não pagarão nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte das contratadas, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.

9.10. Os contratantes não pagarão, sem que tenham autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhes venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

9.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros decorrentes da inobservância, pelas contratadas, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.12. As contratadas apresentarão aos contratantes comprovante dos pagamentos realizados a terceiros subcontratados, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

9.13. Os contratantes efetuarão o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pelas contratadas, inclusive por terceiros subcontratados, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais aos contratantes.

9.14. Caberá aos contratantes, considerando o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.

9.15. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado no item 9.13, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros subcontratados fornecedores ou prestadores de serviço às contratadas, deverão ser repassados aos contratantes.

9.16. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

9.17. As contratadas se obrigam a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelos contratantes.

10. Entrega e Recebimento dos Serviços

10.1. A entrega do serviço, que se dará sob demanda, será realizada no prazo fixado no documento que detalha a estimativa de custo (EC) e autorizações de publicação (AP), obrigando-se a CONTRATADA a manter a qualidade do serviço e as mesmas condições que a classificaram no processo licitatório.

10.2. O recebimento do serviço estará condicionado às especificações, condições e qualidade previstas nas estimativas de custo (EC) e autorizações de publicação (AP).

10.3. Todos os produtos deverão primar pela qualidade, podendo ser recusados, a qualquer tempo, caso não atendam às especificações exigidas.

11. Obrigações dos CONTRATANTES

11.1. A Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM) será responsável pela coordenação e acompanhamento dos serviços, competindo-lhe, dentre outros atos que envolvam o regular exercício dessa função, aprovar previamente e por escrito os trabalhos a serem executados e os respectivos custos, sendo os contratantes responsáveis por:

11.2. Fiscalizar os serviços a serem prestados pelas contratadas.

11.3. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros subcontratados em relação ao mercado.

11.4. Supervisionar e fiscalizar o processo de seleção de fornecedores realizado pelas contratadas ou realizar cotação de preços juntos a fornecedores.

11.5. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com as contratadas.

11.6. Fornecer e colocar à disposição das contratadas todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

11.7. Fornecer às contratadas relação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens demandados na execução do contrato.



11.8. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços.

11.9. Notificar, formal e tempestivamente, as contratadas sobre as irregularidades observadas no cumprimento dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.

11.10. Analisar as tabelas de preços dos veículos de comunicação para fins de verificar o cumprimento do estabelecido no item 12.7.

12. Obrigações das CONTRATADAS

12.1. Executar de forma adequada os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, registradas em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade dos contratantes, cabendo-lhes efetuar todos os pagamentos em dia, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda com relação ao contingente alocado, responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica.

12.2. Orientar-se pela disciplina do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de promover publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes, com a moral e os bons costumes.

12.3. Manter estrutura de atendimento na Cidade de Belo Horizonte compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados para os contratantes.

12.4. Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.

12.5. Indicar, por escrito, dois representantes da área de atendimento e um representante da área de planejamento para, em seu nome, coordenarem a execução dos serviços, com poderes para deliberarem, simultaneamente, sobre todas as questões relacionadas aos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.

12.6. Utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços a serem prestados, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelos contratantes.

12.7. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a terceiros subcontratados e transferir aos contratantes as vantagens obtidas, incluindo aquelas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio das contratadas, abarcados os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

12.8. Submeter à aprovação prévia da Subsecretaria de Comunicação Social – SUCOM – os trabalhos a serem executados, com os respectivos custos.

12.9. Após a finalização de cada campanha, conforme solicitação da CONTRATANTE, encaminhar arquivo digital para o (a) CONTRATANTE com a relação de peças produzidas, tais como: anúncios, spots, VTs e demais peças publicitárias em arquivos na extensão “pdf”, para materiais gráficos, e na extensão “mov”, para arquivos audiovisuais.

12.9.1. Sempre que solicitado pelo(a) CONTRATANTE, disponibilizar a matriz desbloqueada que permita a reprodução de vídeos de caráter documental e institucional produzidos, sem ônus para o(a) CONTRATANTE.

12.10. Fazer cotação prévia de preços para todos os serviços e bens fornecidos, junto a pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições a seguir:

12.10.1. Apresentar no mínimo 03 (três) propostas, das quais constarão todos os produtos ou serviços que as compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários;

12.10.2. No caso em que o valor do fornecimento de bens ou serviços for superior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor global do contrato, as contratadas deverão proceder à coleta de orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização dos contratantes.

12.10.3. Apresentar propostas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;

12.10.4. Apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, se não houver possibilidade de haver 03 (três) propostas;



- 12.10.5. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;
- 12.10.6. Os documentos citados nos subitens 12.10.1 a 12.10.3 ficarão sob a responsabilidade das contratadas e à disposição dos contratantes por um período mínimo de 5 (cinco) anos.
- 12.11. Submeter à subcontratação de outras empresas, observada a restrição prevista no subitem 1.2, para execução total ou parcial de alguns dos serviços de que tratam os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, à prévia e expressa anuência dos contratantes, ressaltando-se que as contratadas permanecerão com todas as suas responsabilidades contratuais perante os contratantes.
- 12.11.1. Os serviços afetos à concepção e criação das ações de publicidade não poderão ser objeto de subcontratação.
- 12.11.2. As contratadas somente poderão contratar pessoas físicas ou jurídicas que estejam cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF – e apresentem regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, ao FGTS e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- 12.12. Orientar e acompanhar a produção, a impressão e a distribuição de peças gráficas (folhetos, cartazes, adesivos, cartilhas, mala direta e etc.) aprovadas pela SUCOM.
- 12.13. Orientar e acompanhar a produção e distribuição de peças audiovisuais (filmes, spots, novelinhas e etc) aprovadas pela SUCOM.
- 12.14. Definir o material a ser utilizado na distribuição só após sua aprovação pela SUCOM.
- 12.15. Entregar ao(à) CONTRATANTE, conforme solicitação dele(a), para fins de controle do saldo contratual, relatório de controle dos gastos efetivamente realizados
- 12.16. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação dos contratantes, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários das contratadas pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pelas próprias contratadas ou por terceiros por elas contratadas.
- 12.17. Prestar esclarecimentos aos contratantes sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam as contratadas, independentemente de solicitação.
- 12.18. Não caucionar ou utilizar os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas como garantia para qualquer operação financeira.
- 12.19. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 12.20. Cumprir a legislação trabalhista, securitária e previdenciária com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.
- 12.21. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 12.22. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 12.23. Apresentar, quando solicitado pelos contratantes, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 12.24. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e os próprios contratantes.
- 12.25. Manter, por si, por seus prepostos e subcontratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação dos contratantes.
- 12.26. Responder perante os contratantes e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços de objeto dos contratos a serem firmados entre os contratantes e contratadas.
- 12.27. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para os contratantes.



12.28. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

12.29. Adotar as providências necessárias no sentido de preservar os contratantes e de mantê-los a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, e providenciar o devido ressarcimento do pagamento de eventuais importâncias realizadas pelos contratantes, dentro do prazo improrrogável de (10) dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento, sem prejuízo de ação judicial competente por parte dos contratantes.

12.30. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.

12.31. Transferir para o Município de Belo Horizonte os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, inclusive as peças publicitárias.

12.32. Atender aos fornecedores e prestar informações sobre o faturamento e a previsão de pagamento.

12.33. Efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias, após o efetivo pagamento pelos contratantes.

12.34. Apresentar periodicamente as tabelas de preços em vigor dos veículos de comunicação.

12.35. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

12.36. As contratadas deverão, durante o período de no mínimo 5 (cinco) anos, após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

12.37. Apresentar aos contratantes os custos e as despesas de veiculação, acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes.

12.38. As contratadas somente poderão reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem dos contratantes, se previamente os identificar e tiver sido por eles expressamente autorizado.

13. Forma e regime de execução

Os serviços serão realizados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

14. Garantia

Para assegurar a execução contratual, os licitantes vencedores deverão apresentar garantia correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor estimado da contratação, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, à escolha dos licitantes vencedores.

15. Fiscalização

15.1. Os contratantes designarão um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, nos termos do §1º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2. Da mesma forma, as contratadas deverão indicar um preposto para, se aceito pelos contratantes, representá-las na execução dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

15.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.3. Os contratantes se reservam o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o contrato, o edital e a legislação própria.



15.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerente ao objeto dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, deverão ser prontamente atendidas pelas contratadas, sem ônus para os contratantes.

15.5. Além das atribuições previstas nos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas e na legislação aplicável, caberá ao servidor responsável pela fiscalização verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da subcontratação e aos honorários devidos às contratadas.

15.6. A fiscalização pelos contratantes em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, das contratadas pela perfeita execução dos serviços.

15.7. As contratadas somente poderão executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal dos contratantes.

15.8. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância dos contratantes.

15.8.1. As contratadas adotarão as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, às suas expensas e nos prazos estipulados pelos contratantes.

15.9. A aprovação dos serviços executados pelas contratadas ou por seus subcontratados não as desobrigará de suas responsabilidades quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

15.10. A ausência de comunicação por parte dos contratantes, referente à irregularidade ou falhas, não eximem as contratadas das responsabilidades determinadas nos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

15.11. As contratadas permitirão e oferecerão condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência dos contratos, fornecendo informação, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pelos contratantes.

15.12. As contratadas se obrigam a permitir que a auditoria interna dos contratantes e/ou auditoria externa por eles indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados aos contratantes.

15.13. Aos contratantes é facultado o acompanhamento de todos os serviços dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, juntamente com representantes indicados pelas contratadas.

16. Direitos autorais

16.1. As contratadas cedem aos contratantes, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência dos contratos a serem firmados.

16.2. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nos contratos.

16.3. Os contratantes poderão, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante as contratadas, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

16.4. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, as contratadas, mediante prévia definição dos contratantes, poderão solicitar de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um com cessão de direitos por tempo limitado e outro com cessão total e definitiva de tais direitos, para os contratantes.

16.4.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, as contratadas utilizarão os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionarão a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o subcontratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pelos contratantes.



16.4.2. Quando os contratantes optarem pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, as contratadas se comprometem a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços – cláusulas escritas que:

- a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo ea execução de trilha sonora, as matrizes, os arquivos magnéticos e os demais trabalhos assemelhados;
- b) estabeleçam que os contratantes poderão, a seu juízo, utilizarem referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;
- c) qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.5. As contratadas se comprometem a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

16.6. As contratadas se comprometem a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros subcontratados, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

- a) que os contratantes poderão solicitar até 02 (duas) cópias em DVD de todo o material bruto produzido;
- b) a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material aos contratantes, que poderão, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos a serem firmados e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;
- c) que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.7. Os contratantes serão os únicos e exclusivos proprietários dos resultados oriundos do cumprimento dos contratos a serem firmados, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

16.8. É garantido aos contratantes o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos às contratadas, ou a terceiros, antes da assinatura dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

16.9. É garantida aos contratantes a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

Subsecretaria de Comunicação - Município de Belo Horizonte



APÊNDICE I

Informações sobre os empreendimentos em andamento na cidade a serem abordados na proposta.

1. Contexto histórico

Belo Horizonte, bem como a maioria das grandes cidades brasileiras, vem experimentando ao longo dos últimos anos os efeitos negativos da expansão urbana acelerada, que resulta, entre outras coisas, na ocorrência de inundações frequentes, com prejuízos econômicos, financeiros e, principalmente, sociais. O avanço da urbanização e o consequente uso do solo provocaram a redução do armazenamento natural do escoamento fluvial, os quais se transferiram para outros locais no interior da cidade e geraram novas ocorrências de inundações; repetidas a cada estação chuvosa e sempre de forma evolutiva.

Diante desse contexto, a Administração Municipal, preocupada em mitigar as inundações na cidade e aprimorar a eficiência dos sistemas de drenagem de águas, vem investindo em diversas ações, com resultados programados para curto, médio e longo prazo. Do ponto de vista do planejamento das políticas públicas municipais podemos destacar: (i) o *Plano Diretor de Drenagem*; (ii) o *Plano de Obras* da cidade; o (iii) *Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (Drenurbs)*; (iv) a elaboração de *Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem de BH*; (v) a elaboração da *Carta de Inundações de BH*; (vi) o *Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte*; (vii) a criação dos *Núcleos de Alerta de Chuvas*; (viii) a instalação de *Placas Educativas* em áreas de risco; (ix) a implementação de *Sistema de Alertas* à população; e (x) a implantação do *Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra Inundações de BH*. Todos esses instrumentos, trabalhados de maneiras integrada, orientam os projetos desenvolvidos e os financiamentos captados pela Prefeitura para realização de obras estruturantes e/ou corretivas na cidade. De uma forma geral, as intervenções estruturantes são classificadas em três eixos principais de atuação:

1. Urbanização de Vilas e Favelas;

Que incluem a construção de vias, espaços públicos e novas moradias, intervenções que visam à correção de riscos geológicos e a instalação adequadas de redes de água, esgoto, energia e iluminação pública.

2. Tratamentos de Fundo de Vale e Saneamento Integrado;

Que incluem intervenções subterrâneas, ampliação de redes de microdrenagem e limpeza de cursos de água a céu aberto.

3. Implantação de dispositivos de Controle de Cheias e Redução do Risco de Inundações.

Que incluem a construção e manutenção de bacias de retenção e detenção de águas pluviais; obras de contenção de encostas; implantação de parques ciliares; dentre outros.

i. Paralelamente aos projetos de longo prazo, outras diversas ações são realizadas no cotidiano da cidade, tais como:

- (i) vistorias e ações de monitoramento constantes;
- (ii) limpezas de galerias, bocas de lobo e fundos de vales de córregos;
- (iii) intensificação dos serviços básicos de zeladoria da cidade, tais como poda, capina e roçagem;
- (iv) indução à recuperação e revegetação de áreas degradadas;
- (v) ampliação das áreas com serviço de coleta de lixo domiciliar;
- (vi) ampliação das soluções para coleta seletiva e gestão de resíduos especiais;
- (vii) ações de combate e fiscalização a depósitos clandestinos de lixo e entulhos;
- (viii) atendimento especializado e multidisciplinar a famílias em situação de vulnerabilidade;
- (ix) capacitação dos moradores que residem em áreas de risco existentes na cidade.

Nos últimos anos, estima-se que Belo Horizonte já tenha investido, aproximadamente, 1,14 bilhão de reais em empreendimentos que atuam na prevenção e resposta emergencial a inundações. Hoje, por meio do PAC 2, do Governo Federal, a Prefeitura possui cerca de R\$ 290 milhões assegurados para elaboração de projetos executivos e novas obras. Contudo, estima-se que ainda serão necessários cerca de R\$ 5 bilhões para solucionar os problemas sanitários históricos da cidade, incluindo aqueles relativos à drenagem urbana.

É importante entender que em qualquer ambiente natural, no período de chuvas intensas, as vazões de água podem atingir tal magnitude que chegam, eventualmente, a superar a capacidade de escoamento da calha do curso d'água e, por isso, extravasam para áreas marginais habitualmente não ocupadas pelas águas. Nesse



sentido, é fundamental que se entenda que, apesar dos prejuízos diversos, as inundações são eventos naturais. Assim, não é possível realizar obras que eliminem por completo os riscos dessas ocorrências.

Cada obra terá sempre seu limite de capacidade de resposta, que deverá ser aquele que venha a mitigar adequadamente os efeitos das inundações, tornando-as menos frequentes e garantindo resiliência às áreas de risco. Nesse sentido, além do trabalho de planejamento sustentável e eficiente da cidade, é muito importante que a população se conscientize sobre o manejo adequado de resíduos sólidos no espaço urbano. Práticas irregulares e irresponsáveis - tais como: descarte de lixo e entulho em ruas, lotes vagos, leitos de rio, barragens ou canais - impactam muito no funcionamento da cidade, pois comprometem a capacidade de escoamento e drenagem de águas, potencializam a proliferação de doenças e pragas urbanas, dentre outros problemas sanitários.

2. Detalhamento sobre empreendimentos da Prefeitura a serem destacados na campanha simulada:

Obs.: Os dados apresentados neste apêndice visam exclusivamente fundamentar os objetivos técnicos específicos desta licitação: avaliação da capacidade técnica dos seus concorrentes no desenvolvimento de uma campanha publicitária dentro da temática "prevenção de enchentes". Assim, para efeito de análise, os números, as representações imagéticas ou os dados sobre os empreendimentos podem ser trabalhados de forma figurativa ou meramente ilustrativa. Deve-se observar, evidentemente, coerência ao tema proposto e adequação aos critérios de análise apresentados no Edital.

2.1. Identificação e Localização das Grandes Bacias Hidrográficas e Hidrografia de Belo Horizonte:

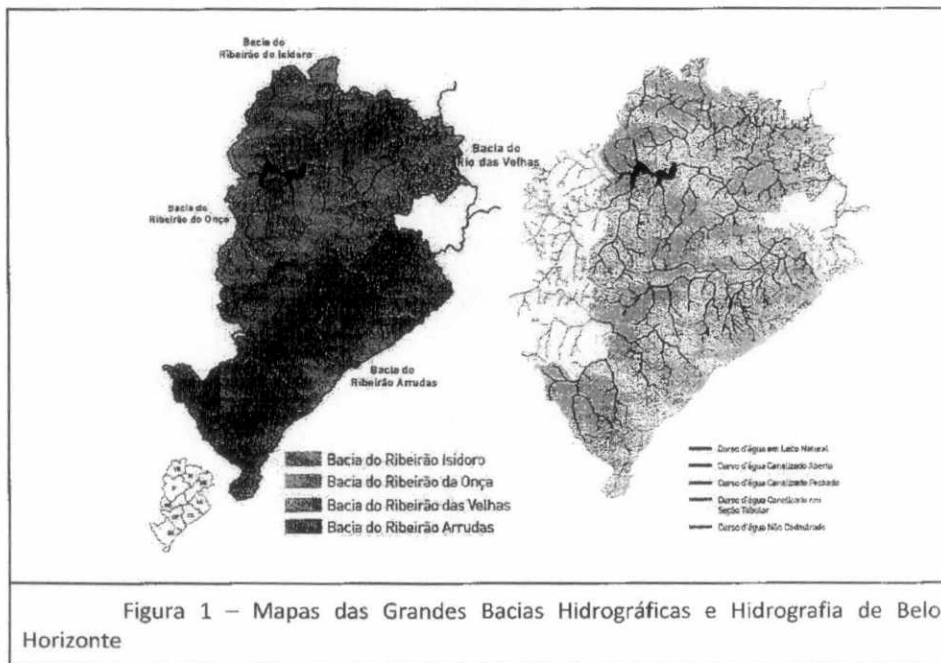


Figura 1 – Mapas das Grandes Bacias Hidrográficas e Hidrografia de Belo Horizonte

2.2.1. Nome do empreendimento:

"Obras de prevenção de enchentes nas Bacias Túnel/Camarões".

2.2.2. Valor:

Valor Total do Investimento: R\$ 183 milhões (PAC-2 e Fundo Municipal de Saneamento - FMS).

2.2.3. Entidade Responsável pela Execução:

- Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap)

2.2.4. Breve descritivo do Empreendimento:



Imagem 2 - Identificação do local da obra "Túnel/Camarões"

Regional Barreiro

A – Bacia de Detenção – "Túnel/Camarões" – em funcionamento

1 – Trecho do "córrego Túnel/Camarões" com intervenções neste empreendimento.

As obras de prevenção de enchentes nas Bacias Túnel/Camarões, no bairro Tirol, regional Barreiro, foram retomadas em abril de 2017.

São objetivos do empreendimento:

Aumentar a capacidade de drenagem e escoamento de águas na região do Barreiro;

Implantar duas bacias de contenção/detenção;

Canalizar o córrego Camarões;

Construir uma nova Avenida Sanitária toda pavimentada;

Remanejar os interceptores de esgotos;

Prevenir enchentes na região, aumentando a proteção da população contra os riscos de desastres durante períodos de chuva e beneficiar, também, outras áreas adjacentes ao Ribeirão Arrudas;

Implantar melhorias no espaço urbano com novo paisagismo e instalação de uma nova área de lazer, esporte e convivência para os moradores, com:

3 quadras poliesportivas

1 pista de caminhada no entorno da barragem

1 pista de skate

1 academia a céu aberto.

O empreendimento possui 2,5km de extensão, sendo executado numa área de aproximadamente 8km².

As duas bacias de detenção têm a função de evitar que a água das chuvas escoe diretamente para as redes de microdrenagem locais (esgotos), passando a serem direcionadas para esses reservatórios e evitando,

ba



assim, alagamentos e transbordos devido à insuficiência e vazão nos sistemas de drenagem. Uma das barragens será para conter resíduos sólidos (lixo), e a outra para regular a vazão das águas pluviais.

A 1ª Bacia fica entre as ruas José Nilton Monteiro e José Pedro Silva e comportará cerca de 300 milhões de litros. A 2ª Bacia, localizada entre as ruas Francisco Jonas Santana e José Nilton Monteiro, comportará aproximadamente 100 milhões de litros.

O trecho de urbanização da avenida Sanitária é importante para reduzir problemas de inundações ao longo da bacia do Arrudas e também para melhorar as condições sanitárias da região, evitando que os moradores do entorno sofram com a lama durante chuvas e proporcionando mais qualidade de vida à população da região do Barreiro.

O empreendimento está situado no início da bacia do ribeirão Arrudas (que tem como principais afluentes o córrego do Túnel, o córrego do Jatobá, o córrego do Barreiro e o córrego do Bonsucesso; todos no Barreiro) e possui também uma função estratégica para reduzir riscos de enchentes em diversas outras áreas da cidade situadas no curso do Ribeirão Arrudas, como as regiões Oeste, Noroeste, Centro-Sul e Leste.

2.2.5. Status das intervenções do empreendimento:

Etapas	Status
Bacias de contenção de cheias	Em implantação (1ª etapa de obras)
Avenida Sanitária toda pavimentada	Em implantação (1ª etapa de obras)
Interceptores de esgotos	Em implantação (1ª etapa de obras)
Quadras poliesportivas	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Pista de caminhada no entorno da barragem	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Pista de skate	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Academia a céu aberto	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Canalização do córrego Camarões	A ser executada (previsto para a 3ª Etapa de obras, a licitar)

2.3. Ribeirões Pampulha e Onça:

2.3.1. Nome do empreendimento:

"Obras de otimização do sistema de Macrodrenagem das Bacias dos Ribeirões da Pampulha e do Onça".

2.3.2 Valor:

Total de Investimento no empreendimento: R\$ 356 milhões (PAC-2/Fundo Municipal de Saneamento), incluindo também os recursos necessários para as remoções, as desapropriações, o trabalho social, bolsa moradia e as demolições.

- Obras de Canalização do Ribeirão do Onça: R\$36.928.020,79 (obra contratada, em andamento).

2.3.3. Entidade Responsável pela Execução:

- Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap)

2.3.4. Breve descritivo do Empreendimento:

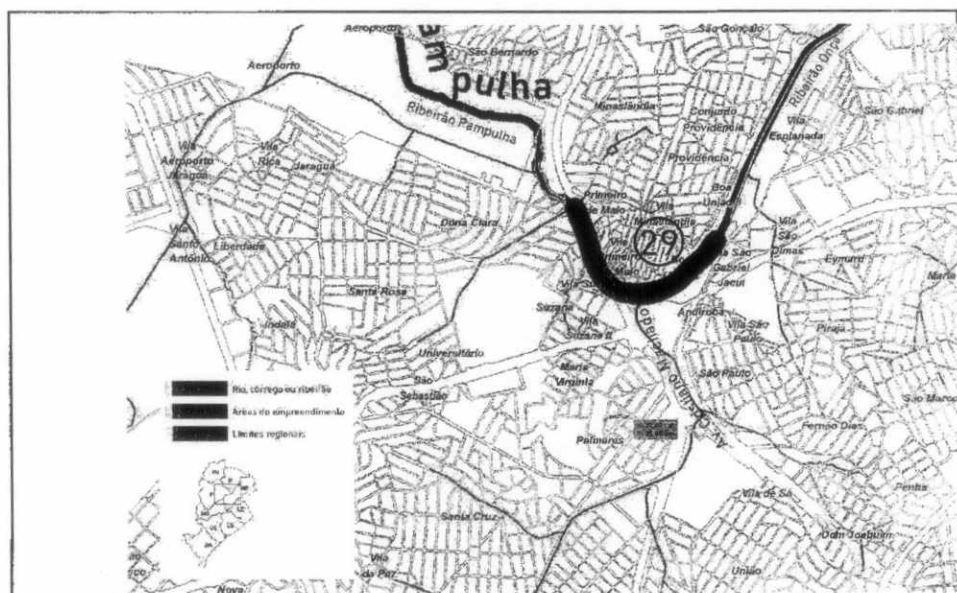


Imagem 2 - Identificação do local da obra "Pampulha/Onça"
29 - Trecho dos córregos "Pampulha/Onça" com intervenções neste empreendimento.

As obras de otimização do sistema de Macrodrenagem das Bacias dos Ribeirões da Pampulha e do Onça foram reiniciadas pela Prefeitura em maio de 2019 e visam prevenir riscos de enchente em diversos pontos nas Regionais Nordeste, Norte e Pampulha, principalmente nas avenidas Cristiano Machado e Bernardo Vasconcelos e adjacências.

Trata-se de obra de grande porte e complexa, que beneficiará cerca de 145.000 habitantes diretamente. O empreendimento visa reduzir os prejuízos e os transtornos causados com alagamentos e interdições na Avenida Cristiano Machado, principal via para acesso à região norte da cidade e, também, à rodovia que conecta Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional de Confins, por onde circulam mais de 135.000 veículos por dia, e uma das principais linhas do sistema de integração do transporte público da cidade.

São objetivos do empreendimento:

- Otimizar as dimensões dos canais existentes em ambos os ribeirões, Pampulha e Onça, aumentando a capacidade de vazão deles para conduzir excedentes de águas das chuvas;
- Implantar novo canal paralelo à canalização já existente do Ribeirão do Onça;
- Implantar novo canal paralelo à canalização já existente do Ribeirão do Pampulha;
- Implantar estrutura de distribuição de águas e regularização de vazões de cheias, na confluência do Ribeirão Pampulha com o córrego Cachoeirinha;
- Retirar famílias das áreas de risco de inundação ao longo do Ribeirão do Onça, em seu trecho em leito natural;
- Implantar Parque Linear na área de inundação ao longo do Ribeirão do Onça (trecho em leito natural).

2.3.5. Status das intervenções do empreendimento:

Etapas	Status
Ribeirão do Onça em Parede Diafragma	em implantação, obras em andamento.
Canalização do Ribeirão Pampulha em Canal Convencional	projetos em fase final de execução.
Parque Linear Ribeirão do Onça	projetos em fase final de execução.

APÊNDICE II



Lista das principais recomendações da Defesa Civil como proceder responsabilmente em casos de chuvas e enchentes.

RECOMENDAÇÕES DURANTE A CHUVA:

- Evite tráfego em áreas de inundação ou em ruas sujeitas a alagamentos;
- Dirija com segurança na chuva. Verifique os limpadores de para-brisas, faróis, lanternas, luzes de freio e pneus. Evite frear bruscamente e dar "golpes na direção" para reduzir o risco de aquaplanagem. Deixe um espaço de segurança entre você e o veículo da frente;
- Se você for surpreendido dentro do carro por uma inundação, abra os vidros, suba para o teto pela janela, peça socorro e, se possível, ligue imediatamente para o Corpo de Bombeiros (193);
- Não fique na enxurrada, pois você pode ser arrastado e se afogar;
- Não deixe crianças na enxurrada, pois podem ser arrastadas e se afogarem;
- Se você mora ou trabalha em áreas sujeitas a inundação, coloque seus móveis e estoques em lugares altos;
- Não utilize alimentos e água atingidos pela inundação ou pelo alagamento;
- Mantenha equipamentos elétricos distantes da água. Não os toque e nem os use caso tenham sido molhados ou estejam em locais inundados, pois há risco de choque elétrico;
- Durante as tempestades com raios, retire os aparelhos elétricos das tomadas e não se exponha a superfícies condutoras.
- Se estiver na rua, não permaneça em áreas descobertas. Nunca se abrigue debaixo de árvores isoladas e evite topos de morros e prédios.
- Não se abrigue ou estacione o seu carro debaixo de árvores, pois elas podem cair e ocasionar graves acidentes;
- Jamais se aproxime de cabos elétricos arrebitados. Ligue imediatamente para a CEMIG (116);
- Coloque objetos em lugares que não caiam com a ocorrência de ventos fortes;
- Se você observar aparecimento de fendas, depressões no terreno, rachaduras nas paredes das casas e o surgimento de minas d'água ligue imediatamente para a Defesa Civil (199).



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E
COMUNICAÇÃO SOCIAL - SMAICS
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS - DPGF

ANEXO II - MODELO DE PROCURAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º SUCOM – 001/2019

Pelo presente instrumento particular, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF/MF, R.G. e endereço de um representante legal da empresa), nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão CPF/MF, R.G. e endereço do procurador), com amplos poderes para o fim de representá-lo em todos os atos da Concorrência – SUCOM – 001/2019, no Município de Belo Horizonte, podendo inclusive receber intimações e desistir de recursos.

_____, de de.....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

Esta procuração deverá vir acompanhada de cópia autenticada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA MUNICIPAL
DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR E A
EMPRESA DEZOITO COMUNICAÇÃO LTDA.**

Processo Administrativo Belotur nº 01.006.938/20-31 – 54933

A **Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – BELOTUR**, com sede na Rua Espírito Santo, 527, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.160-031, CNPJ 21.835.111/0001-98, ora denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Gilberto César Carvalho de Castro, CPF 069.262.456-22, com o Diretor de Administração e Finanças, Alexis Oliveira Jacinto, CPF 011.869.966-09, e a empresa **DEZOITO COMUNICAÇÃO LTDA**, estabelecida na Rua Fernandes Tourinho, 735, 11º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.112-000, CNPJ 01.187.307/0001-06, representada conforme Contrato Social, na condição de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo a contrato decorrente da Concorrência SUCOM nº 001/2019, processo administrativo nº 01.075.354/19-36, que se regerá pelas cláusulas abaixo, reciprocamente estipuladas e aceitas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA PRORROGAÇÃO

- 1.1 Constitui objeto deste termo aditivo a prorrogação do contrato de *prestação de serviços de publicidade à Belotur*, firmado inicialmente em 03/02/20, *compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente, que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral*, conforme descrito na Cláusula Primeira do instrumento original.
- 1.2 Fica prorrogado, por mais **12 (doze) meses contados do dia 03/02/21**, o contrato em questão, nos termos do § 2º do art. 94 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Belotur e autorizado nos autos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

- 2.1 O contrato ora prorrogado tem o **valor total de R\$ 8.500.000,00** (oito milhões e quinhentos mil reais).

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

- 3.1 O presente aditivo terá vigência de **03/02/21 a 02/02/22**.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1 As despesas desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº **2805.1100.23.695.086.2900.0001.339039.23.0300**.

5. CLÁUSULA QUINTA: DA GARANTIA

- 5.1 A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento da garantia contratual no valor de **R\$17.000,00** (dezessete mil reais), equivalendo ao percentual de 0,2% (dois décimos percentuais) do valor contratado, nos termos da Cláusula Décima Oitava do instrumento inicial.

6. CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO

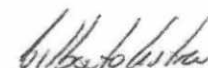
- 6.1 Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas pelo presente termo aditivo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORO

- 7.1 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões atinentes ao presente instrumento.


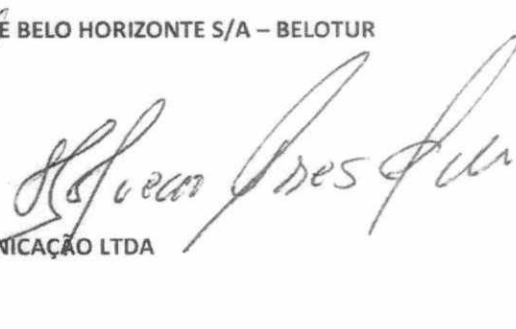
E, por seguirem justas e contratadas, as partes assinam este aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 02 de fevereiro de 2021.


Gilberto César C. de Castro - Mat. 80025-0
Diretor Presidente da BELOTUR
PRE-BL

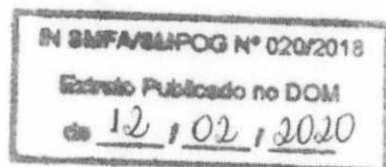

Maria Claudia Leonardo Costa - Mat. 80000-0
Diretora de Eventos
DREV-BL

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A – BELOTUR



DEZOITO COMUNICAÇÃO LTDA



3263
374



Contrato de prestação de serviço, que entre si
celebram o município de Belo Horizonte e a
empresa Perfil 252 Comunicação Completa Ltda.
Processo nº 01.075354.19.36

O **Município de Belo Horizonte**, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, estabelecido na Avenida Afonso Pena 1212, Centro, Belo Horizonte - MG neste ato representado pelo **Prefeito, Alexandre Kalil**, e pela **Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Adriana Branco Cerqueira**, inscrita no CPF sob o Nº 604.988.116-20, doravante denominado **Contratante** e a empresa **Perfil 252 Comunicação Completa Ltda.**, estabelecida na Rua Michel Jeha, 252, São Bento, CEP: 30350-330, Belo Horizonte - MG, CNPJ 19.140.342/0001-35, representada por **Carlos Eduardo Porto Moreno**, brasileiro, portador da carteira de identidade M-665.215, inscrito no CPF sob o Nº 251830606-49, residente na Alameda do Morro, 85, torre 6, ap. 2500, bairro Vila da Serra - Nova Lima/MG, CEP 34.006-083 e **Vanuza Sousa Porto**, brasileira, portadora da carteira de identidade M-4.355.494, inscrita no CPF sob o Nº 632.204.236-04, residente na Rua Abadessa Gertrudes Prado, 155, apto. 1503, bairro Vila Paris, CEP 30.380-590, BH/MG, neste ato denominada **Contratada**, celebram o presente contrato decorrente da Concorrência nº 001/2019, processo administrativo nº 01.075.354/19-36, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965 e de seu Decreto Federal 57.690, de 1º de fevereiro de 1966 e alterações, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão - CENP e incorporadas ao Sistema Legal por força do Decreto Federal nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002, do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, incorporado ao Sistema Legal por força da Lei nº 4.680/65, bem como a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, os Decretos Municipais nº 10.710, de 28 de junho de 2001, nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013, demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de publicidade pela **CONTRATADA** à Administração Direta do Município de Belo Horizonte, às autarquias e fundações, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da

Handwritten signature



3203
Jp

publicidade e ao direito à informação do público em geral.

1.1.1. Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento relativos à execução deste contrato;
- b) à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- c) à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

1.1.1.1. As pesquisas e outros instrumentos de avaliação previstos na alínea "a" do subitem 1.1.1 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado ou o ambiente de atuação do (a) CONTRATANTE, o público-alvo e os veículos de divulgação nos quais serão difundidas as campanhas ou peças;
- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a divulgação de mensagens;
- c) possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas ou peças, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática com a ação publicitária.

1.1.2. Os serviços previstos no subitem 1.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio e de assessoria de comunicação, imprensa e relações públicas e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

1.2. A CONTRATADA atuará por ordem e conta do (a) CONTRATANTE, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 1.1.1, e de veículos e demais meios de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

1.3. A CONTRATADA não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

1.4. As atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral não poderão ser objeto de subcontratação.

1.5. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital e demais documentos vinculados à Concorrência SUCOM Nº 001/2019, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA e a legislação de regência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA(S) DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

2.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ções) orçamentária(s):

LOTE	ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Lote 01	Administração Direta + Autarquias	3200.5300.04.131.015.2007.339039.23/64.0300

Wm



3269
m
U

	e Fundações	
--	-------------	--

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1. O presente contrato será regido pelo regime de “empreitada por preço global”, previsto na Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações.

3.2. O presente contrato tem o valor total de R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais).

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do contrato inicial e observada a legislação em vigor. Nos casos de majoração do valor contratual será exigido reforço da garantia prevista na Cláusula Décima Terceira deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

5.1. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa da Contratada, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

5.2. Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DO ADITAMENTO DOS SERVIÇOS E PREÇOS

6.1. Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

6.1.1. Excetua-se da regra prevista no item acima o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente, pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

6.2. Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

6.3. Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATANTE

7.1. A Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM) será responsável pela coordenação e o acompanhamento dos serviços objeto deste contrato, competindo-lhe, dentre outros atos que envolvam o regular exercício desta função, aprovar previamente e por escrito os trabalhos a serem executados e respectivos custos, sendo a CONTRATANTE responsável por:

47/11/17



3270
C19

- 7.1.1. Fiscalizar os serviços a serem prestados pela CONTRATADA;
- 7.1.2. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;
- 7.1.3. Supervisionar e fiscalizar o processo de seleção de fornecedores realizado pela CONTRATADA ou realizar cotação de preços junto a fornecedores;
- 7.1.4. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- 7.1.5. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 7.1.6. Fornecer às contratadas a relação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens demandados na execução do contrato.
- 7.1.7. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- 7.1.8. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- 7.1.9. Analisar as tabelas de preços dos veículos de comunicação apresentadas pela CONTRATADA para fins de verificar o cumprimento do estabelecido no subitem 0 deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das demais obrigações que lhe são atribuídas neste instrumento, competem à CONTRATADA:

- 8.1. Executar de forma adequada os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, registradas em seu nome e sob a sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade do (a) CONTRATANTE, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos em dia, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica;
- 8.2. Orientar-se pela disciplina do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de promover uma publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes, com a moral e os bons costumes.
- 8.3. Manter estrutura de atendimento na Cidade de Belo Horizonte compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados para os contratantes.
- 8.4. Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.
- 8.5. Indicar, por escrito, dois representantes da área de atendimento e um representante da área de planejamento para, em seu nome, coordenarem a execução dos serviços, com poderes para deliberarem, simultaneamente, sobre todas as questões relacionadas a este contrato.
- 8.6. Utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, na elaboração dos serviços a serem prestados, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo(a) CONTRATANTE.

WAL



3231
Café

8.7. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a terceiros subcontratados e transferir aos contratantes as vantagens obtidas, incluindo aquelas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio das contratadas, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

8.8. Submeter à aprovação prévia da Subsecretaria de Comunicação do Município – SUCOM – os trabalhos a serem executados, com os respectivos custos.

8.9. Após a finalização de cada campanha, conforme solicitação da CONTRATANTE, encaminhar arquivo digital para o (a) CONTRATANTE com a relação de peças produzidas, tais como: anúncios, spots, VTs e demais peças publicitárias em arquivos na extensão “pdf”, para materiais gráficos, e na extensão “mov”, para arquivos audiovisuais.

8.10. Sempre que solicitado pelo(a) CONTRATANTE, disponibilizar a matriz desbloqueada que permita a reprodução de materiais de caráter documental e institucional produzidos, sem ônus para o(a) CONTRATANTE.

8.11. Fazer cotação prévia de preços para todos os serviços e bens fornecidos, junto a pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições a seguir:

8.11.1. Apresentar no mínimo 03 (três) propostas, das quais constarão todos os produtos ou serviços que as compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários;

8.11.2. No caso em que o valor do fornecimento de bens ou serviços for superior a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor global do contrato, a CONTRATADA deverá proceder à coleta de orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização do(a) CONTRATANTE.

8.11.3. Apresentar propostas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;

8.11.4. Apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, se não houver possibilidade de haver 03 (três) propostas;

8.11.5. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

8.11.6. Os documentos citados no subitem 8.1.11 ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e à disposição do(a) CONTRATANTE por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

8.12. Submeter à subcontratação de outras empresas, observada a restrição prevista no subitem 1.3 deste contrato, para execução total ou parcial de alguns dos serviços de que trata este contrato, à prévia e expressa anuência do(a) CONTRATANTE, ressaltando-se que a CONTRATADA permanecerá com todas as suas responsabilidades contratuais perante o(a) CONTRATANTE.

8.12.1. Os serviços afetos à concepção e criação das ações de publicidade não poderão ser objeto de subcontratação.

8.12.2. A CONTRATADA somente poderá contratar pessoas físicas ou jurídicas que estejam cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF – e apresentem regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, FGTS e INSS.

Ynd



3272
30/06/2016

- 8.13. Orientar e acompanhar a produção, a impressão e a distribuição de peças gráficas (folhetos, cartazes, adesivos, cartilhas, mala direta e etc.) aprovadas pela SUCOM.
- 8.14. Orientar e acompanhar a produção e distribuição de peças audiovisuais (filmes, spots, novelinhas e etc) aprovadas pela SUCOM.
- 8.15. Definir o material a ser utilizado na distribuição só após sua aprovação pela SUCOM.
- 8.16. Entregar ao (à) CONTRATANTE, conforme solicitação dele(a), para fins de controle do saldo contratual, relatório de controle dos gastos efetivamente realizados.
- 8.17. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação do(a) CONTRATANTE, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por terceiros por ela contratadas.
- 8.18. Prestar esclarecimentos ao(à) CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.
- 8.19. Não caucionar ou utilizar este contrato como garantia para qualquer operação financeira.
- 8.20. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 8.21. Cumprir a legislação trabalhista, securitária e previdenciária com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.
- 8.22. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 8.23. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 8.24. Apresentar, quando solicitado pelo(a) CONTRATANTE, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 8.25. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e o(a) próprio(a) CONTRATANTE.
- 8.26. Manter, por si, por seus prepostos e subcontratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação do(a) CONTRATANTE.
- 8.27. Responder perante o(a) CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços do objeto deste contrato.

11/06/2016



3273
Cp

8.28. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o(a) CONTRATANTE.

8.29. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste contrato.

8.30. Adotar as providências necessárias no sentido de preservar o(a) CONTRATANTE e de mantê-lo(a) a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, e providenciar o devido ressarcimento do pagamento de eventuais importâncias realizadas pelo (a) CONTRATANTE, dentro do prazo improrrogável de (10) dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento, sem prejuízo de ação judicial competente por parte do (a) CONTRATANTE.

8.31. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

8.32. Transferir para o Município de Belo Horizonte os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto deste contrato, inclusive as peças publicitárias.

8.33. Atender aos fornecedores e prestar informações sobre o faturamento e previsão de pagamento.

8.34. Efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros subcontratados até o prazo de 15 (quinze) dias, após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.

8.35. Apresentar periodicamente as tabelas de preços em vigor dos veículos de comunicação.

8.36. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

8.37. A CONTRATADA deverá, durante o período de no mínimo 5 (cinco) anos, após a extinção deste contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

8.38. Apresentar ao(à) CONTRATANTE os custos e as despesas de veiculação, acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes.

8.39. A CONTRATADA somente poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem do(a) CONTRATANTE, se previamente o identificar e tiver sido por ele(a) expressamente autorizado(a).

CLÁUSULA NONA – DA REMUNERAÇÃO

9.1. A remuneração da CONTRATADA dar-se-á na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei Federal nº 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66), obedecidos o desconto concedido na sua proposta de preços e, ainda, o seguinte:

W



9.1.1. percentual de desconto concedido ao (à) CONTRATANTE sob os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais;

9.1.2. percentual de honorários incidente sob o custo efetivo de serviços realizados por terceiros subcontratados referentes à produção de programas, campanhas, peças e materiais publicitários, ressaltando que não poderá exceder a 15% (quinze por cento);

9.1.3. serão ajustados entre as partes, o percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços de apoio à gestão de comunicação executados por terceiros, ressaltando-se que não poderá exceder a 10% (dez por cento).

9.2. A CONTRATADA não fará jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelo (a) CONTRATANTE, de créditos que a este tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCONTO DE AGÊNCIA

10.1. Além da remuneração prevista na Cláusula nona, a CONTRATADA fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº. 4.680/65, não podendo exceder a 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS AUTORAIS

11.1. A CONTRATADA cede ao(à) CONTRATANTE, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência dos contratos a serem firmados.

11.2. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nos contratos.

11.3. O(A) CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante as contratadas, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

11.4. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, a CONTRATADA, mediante prévia definição do (a) CONTRATANTE, poderá solicitar de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um com cessão de direitos por tempo limitado e outro com cessão total e definitiva de tais direitos, para os contratantes.

11.4.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, a CONTRATADA utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionarão a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o subcontratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pelos contratantes.

11.4.2. Quando o(a) CONTRATANTE optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, a CONTRATADA se compromete a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços – cláusulas escritas que:

a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou



3275
m
J

conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os arquivos magnéticos e os demais trabalhos assemelhados;

b) estabeleçam que o(a) CONTRATANTE poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

11.5. A CONTRATADA se compromete a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

11.6. A CONTRATADA se compromete a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros subcontratados, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

a) que o (a) CONTRATANTE poderá solicitar até 02 (duas) cópias em DVD de todo o material bruto produzido;

b) a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material a(a) CONTRATANTE, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência deste contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;

c) que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

11.7. O(a) CONTRATANTE será o único e exclusivo proprietário dos resultados oriundos do cumprimento deste contrato, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

11.8. É garantido ao(à) CONTRATANTE o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos à CONTRATADA, ou a terceiros, antes da assinatura deste contrato.

11.9. É garantida ao(à) CONTRATANTE a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1. A entrega do serviço, que se dará sob demanda, será realizada no prazo fixado no documento que detalha a estimativa de custo (EC) e autorizações de publicação (AP), obrigando-se a CONTRATADA a manter a qualidade do serviço e as mesmas condições que a classificaram no processo licitatório.

12.2. O recebimento do serviço estará condicionado às especificações, condições e qualidade previstas nas estimativas de custo (EC) e autorizações de publicação (AP).

12.3. Todos os produtos deverão primar pela qualidade, podendo ser recusados, a qualquer tempo, caso não atendam às especificações exigidas.

h



3276
gk
6

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FATURAMENTO

13.1. A CONTRATADA deverá entregar o faturamento a(à) CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor.

13.2. A Nota Fiscal/Fatura de quaisquer fornecedores será emitida em nome do(a) CONTRATANTE e entregue aos cuidados da CONTRATADA para faturamento, o que não significa ruptura da relação entre a CONTRATADA e seus fornecedores.

13.3. A CONTRATADA deverá discriminar em sua Nota Fiscal/Fatura o nome e o número da NF/Fatura do fornecedor, bem como a discriminação dos serviços prestados e o período correspondente.

13.4. O faturamento deverá vir acompanhado:

13.4.1. Quando se tratar de veiculação:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do veículo, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes de veiculação;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes;
- e) de demonstração do valor devido ao veículo;
- f) da tabela de preços do veículo;
- g) da descrição dos descontos negociados;
- h) dos pedidos de inserção correspondentes.

13.4.2. Quando se tratar de produção:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do prestador, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

13.4.3. Outros serviços realizados por terceiros (subcontratados):

- a) da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços/fornecimento;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

13.5. Nenhuma despesa será paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo da CONTRATADA ou de seus fornecedores e subcontratados e sem a manifestação de aceitação da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

13.6. No tocante à veiculação, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, os seguintes comprovantes:

13.6.1. Para TV, Cinema e Rádio, alternativamente:

- a) comprovante de veiculação emitido pela empresa que realizou a veiculação;
- b) declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela

Handwritten signature



3277
352

empresa que realizou a veiculação, na qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local e data, nome da peça veiculada, dia e horário da veiculação;

13.6.2. Mídia Exterior: fotos das peças com identificação do local de exibição.

13.6.3. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças.

13.6.4. Mídia impressa: exemplares originais dos títulos.

13.7. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, o(a) CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

13.8. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

13.9. O(a) CONTRATANTE não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da CONTRATADA, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.

13.10. O(a) CONTRATANTE não pagará, sem que tenham autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

13.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.12. A CONTRATADA apresentará ao(à) CONTRATANTE comprovante dos pagamentos realizados a terceiros subcontratados, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

13.13. O(a) CONTRATANTE contratantes efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros subcontratados, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais ao (à) CONTRATANTE.

13.14. Caberá ao (à) CONTRATANTE, considerando o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.

13.15. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado no item 8.13, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros subcontratados fornecedores ou prestadores de serviço às contratadas, deverão ser repassados ao(à) CONTRATANTE.

13.16. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

13.17. A CONTRATADA obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O(A) CONTRATANTE efetuará o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pela CONTRATADA, inclusive por terceiros, desde que previamente autorizados

3277
352



3234
J

e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais de cobrança.

14.2. Compete ao(à) CONTRATANTE, considerado o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.

14.3. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado nesta cláusula, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros fornecedores ou prestadores de serviços à CONTRATADA, serão repassados ao(à) CONTRATANTE.

14.4. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM).

14.5. A CONTRATADA se obriga a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelo(a) CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O(A) CONTRATANTE designará um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do §1º do artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pelo(a) CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

15.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.3. O(A) CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o presente contrato, o Edital e a legislação própria.

15.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para o (a) CONTRATANTE.

15.5. Além das atribuições previstas neste contrato e na legislação aplicável, caberá ao servidor responsável pela fiscalização verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da subcontratação e aos honorários devidos à CONTRATADA.

15.6. A fiscalização pelo(a) CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços.

15.7. A CONTRATADA somente poderá executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal da SUCOM.

15.8. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância do(a) CONTRATANTE.

15.8.1 A CONTRATADA adotará as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, às suas expensas e nos prazos estipulados pelo(a) CONTRATANTE.

15.9. A aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA ou por seus subcontratados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

15.10. A ausência de comunicação por parte do(a) CONTRATANTE, referente à

20



3281
m

irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.

15.11. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pelo (a) CONTRATANTE.

15.12. A CONTRATADA se obriga a permitir que a auditoria interna do (a) CONTRATANTE e/ou auditoria externa por ele indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados ao (à) CONTRATANTE.

15.13. Ao(À) CONTRATANTE é facultado(a) o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

16.1.1. advertência.

16.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas.

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

f) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, conforme disposto no inciso III do art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

g) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

16.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

16.3. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

16.4. A penalidade de suspensão temporária será aplicada pelo Secretário Municipal de

W



Assuntos Institucionais e Comunicação Social.

16.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social.

16.6. Na notificação de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.7. Na notificação de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

16.8. No caso de aplicação das penalidades previstas será concedido prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de recurso.

16.9. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

16.9.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

16.10. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA

17.1. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento da garantia contratual no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), equivalendo ao percentual de 0,2% (dois décimos percentuais) do valor contratado, a ser recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do início da vigência do presente contrato.

17.2. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro garantia;

c) fiança bancária.

17.2.1. A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pelo(a) CONTRATANTE.

17.2.2. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, o recolhimento deverá ser obrigatoriamente no Banco do Brasil por meio da Conta nº 40.181-1 – Agência 1615-2.

17.3. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

17.4. A cobertura do seguro garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, que deverá efetuar o pagamento do respectivo prêmio por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice, conforme disposto no art. 3º, inciso I, da Circular SUSEP nº 232/03.

17.5. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das



328
CP

obrigações contratuais.

17.6. O(A) CONTRATANTE poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para ressarcir-se de multas estabelecidas no contrato.

17.7. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

17.7.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja, no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

17.8. As modalidades de seguro-garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO / RESCISÃO

18.1. O presente contrato extinguir-se-á ao seu término, sem necessidade de qualquer notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, podendo, no entanto, ser rescindido a qualquer tempo.

18.2. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na legislação, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, bem como nas hipóteses de a Contratada:

18.2.1. infringir quaisquer das cláusulas ou condições do contrato;

18.2.2. transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte;

18.2.3. entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;

18.2.4. recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;

18.2.5. deixar de executar o serviço, abandonando-o ou suspendendo-o por mais de 2 (dois) dias seguidos, salvo por motivo de força maior, desde que haja comunicação prévia e imediata ao Contratante;

18.2.6. agir com dolo, imperícia ou imprudência relativamente às obrigações contratuais;

18.2.7. deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais;

18.2.8. ser declarada inidônea e/ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;

18.2.9. subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

18.2.10. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.

18.3. A rescisão do contrato poderá ser:

18.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no subitem anterior;

18.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação.

Udo



desde que haja conveniência para a Administração;

18.3.3. judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO

19.1. Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos §§1º e 2º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

20.2. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.3. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

20.4. Constituem ônus de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos tributários, obrigações trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato.

20.5. A CONTRATADA obriga-se, durante a vigência do contrato, à manutenção da habilitação requerida para participação no processo licitatório.

20.6. Ressalvados os trabalhos que pela sua natureza reclamem a execução por terceiros, a CONTRATADA obriga-se a não subcontratar os serviços objeto do presente contrato.

20.7. Pertencem ao(a) CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra e mídia diretamente ou por intermédio da CONTRATADA, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação;

20.8. A CONTRATADA não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivos, eventualmente concedidos por veículo de divulgação, aos interesses do(a) CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com as pesquisas e dados técnicos comprovado sob pena de aplicação da penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com o Município de Belo Horizonte, assegurada a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município – DOM – correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DOS ANEXOS

22.1. Vincula-se ao presente contrato a proposta da Contratada, nos termos do art. 55, XI, da Lei 8.666/93, e são anexos ao presente instrumento e dele fazem parte integrante:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II – Modelo de Procuração.



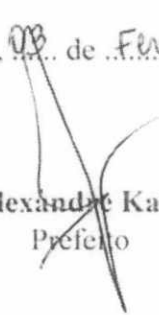
3213
JF


CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO

23.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

23.2. E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Belo Horizonte, 08 de Fevereiro de 2020.


Alexandre Kalil
Prefeito


Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos
Institucionais e Comunicação Social


Vanuza Sousa Porto

Perfil 252 Comunicação Completa Ltda



324
m

ANEXO I – PROJETO BÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº.: 001/2019

1. Objeto da contratação

1.1. O objeto da concorrência é seleção de empresa especializada na prestação de serviços de publicidade.

1.2. Considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação do público em geral.

§ 1º – Poderão ser incluídos como atividades complementares aos serviços de publicidade contratados, os serviços especializados pertinentes:

I – ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º da Lei Federal nº 12.232/2010;

II – à produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III – à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

§ 2º – É vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização ou patrocínio de eventos festivos de qualquer natureza.

1.3. Os serviços abrangem as ações de publicidade de utilidade pública, sobre todos os assuntos e temas de competência ou de interesse do Município de Belo Horizonte.

1.4. As atividades previstas no subitem 1.2 não poderão ser objeto de subcontratação.

1.5. Os serviços de comunicação social terão caráter educativo, informativo, de orientação social ou de utilidade pública, deles não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (§1º art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 28 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte).

1.6. O público prioritário das campanhas e ações publicitárias a serem empreendidas é a população de Belo Horizonte.

1.6.1. São também públicos a serem atingidos por campanhas e ações publicitárias, os que se constituírem de interesse da Administração Municipal pelo potencial que



representam para o desenvolvimento do Município, sejam por aspectos econômicos, culturais, turísticos ou sociais.

1.7. Todos os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto da Licitação, inclusive as peças publicitárias, pertencerão aos Contratantes.

1.8. Os serviços, objeto desta licitação, serão adjudicados às 3 (três) primeiras classificadas, na ordem decrescente de pontuação, correspondente a 3 (três) lotes, conforme definido a seguir:

1.8.1. Lote 1 – 1ª Classificada.

Órgãos e entidades integrantes: Administração Direta, Autarquias e Fundações.

Valor: R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais).

1.8.2. Lote 2 – Adjudicado à 2ª classificada:

Entidade integrante: BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A.

Valor: R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais).

Lote 3 – Adjudicado à 3ª classificada:

Entidade integrante: BHTRANS/FTU - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A./ Fundo de Transporte Urbano.

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

2. Justificativas

2.1. O direito à informação é assegurado a todo cidadão pela Constituição da República Federativa do Brasil/88. Para garantir o efetivo exercício desse direito, o Município de Belo Horizonte instituiu a Subsecretaria de Comunicação Social – SUCOM–, que tem como tarefa informar a população sobre as ações, os programas e os serviços prestados pela Administração Municipal.

É dever do Poder Público Municipal prestar contas de todos os atos de Governo, consagrando seu caráter de transparência e publicidade. Ademais, é dever do Poder Público Municipal prestar ao cidadão todas as informações que considere de interesse público e que facilitem ou melhorem a convivência na cidade e na vida das pessoas.

Assim, a política de comunicação social da Administração Municipal de Belo Horizonte deve constituir-se de planejamento, definição e utilização dos instrumentos e canais de comunicação que garantam o direito à informação qualificada e orientada do cidadão. Sua eficácia pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de estratégias e de ações táticas que visem a dar visibilidade e reforçar a imagem dos projetos, programas e atividades do Governo, sob a ótica da transparência e do interesse público.

Para fins de garantir a eficácia da política de comunicação social empreendida no âmbito do Município de Belo Horizonte, vislumbra-se, ainda, implementar novos esforços de comunicação, baseados no Plano Plurianual de Ação Governamental –PPAG – vigente.



Em conclusão, a contratação dos serviços especializados de publicidade justifica-se, sobretudo, pela necessidade da Administração Municipal prover à população acesso amplo e confiável a informações que a possibilite acompanhar, acessar e usufruir, de forma mais eficiente e tempestiva, as políticas públicas desenvolvidas em Belo Horizonte.

3. Caracterização

3.1. A história de Belo Horizonte começa em 1701 com a fundação do Arraial Curral del Rei, pelo bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz. Em 1893 foi escolhida para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, substituindo Ouro Preto, cabendo o planejamento urbano a cargo do Engenheiro Aarão Reis, chefe da Comissão de Construção da Nova Capital. Primeira cidade planejada do Brasil, inspirada em Paris e Washington, em 1897, ganhou o nome de Cidade de Minas e somente em 1901 passou a ser chamada de Belo Horizonte, cuja população prevista seria de 300 mil pessoas e dentro dos limites da Avenida do Contorno.

De acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2018, a população atual é de 2.501.576 habitantes, sexta maior do Brasil. A Região Metropolitana, com seus 5.916.189 habitantes, é a terceira maior do país. Nestes 121 anos como capital do estado, a cidade passou por transformações que a tornou referência econômica, cultural e tecnológica. As principais atividades econômicas do município são comércio, prestação de serviços e indústria. É importante dizer que o seu PIB, em 2016, foi de 88,3 bilhões de reais. O município de Belo Horizonte é totalmente urbano.

Com um território de apenas 331 quilômetros quadrados, na década de 1920, a cidade recebia grande fluxo migratório por ter se consolidado como centro administrativo, de serviços e de cultura. A ocupação de seu território passou a ocorrer de forma desordenada, sem a necessária contrapartida em infraestrutura.

O processo de formação de favelas se intensificou. A estruturação urbana da cidade foi sendo marcada pela concentração de bens e serviços e a exclusão das classes menos favorecidas.

Nos anos 1950, o processo de urbanização, que ocorria em nível nacional, acentuou o movimento migratório, também impulsionado pela industrialização presente nos seus municípios vizinhos. Nos anos 1970, a ocupação de Belo Horizonte já ocorria em quase todo seu território, desacompanhada de políticas públicas capazes de lhe oferecer serviços e infraestrutura necessários e condizentes.

Como resultado, nos anos 1990, Belo Horizonte exibia o mesmo quadro caótico das demais metrópoles brasileiras, formado por desigualdades crescentes nas condições de moradia e no tratamento das áreas centrais e periféricas; espaços públicos insuficientes e uso inadequado dos existentes; congestionamento do sistema viário e de transporte; e crescente degradação ambiental.

Com o retorno da democracia ao Brasil, em 1985, a cidade passa a eleger seus prefeitos e, nesse processo, deu-se início a um ciclo de gestões participativas que começaram a enfrentar uma



herança histórica de problemas que se acumularam em todas as áreas e regiões. Sem descuidar de qualquer segmento da população, o Executivo Municipal busca gerir a cidade com base em uma lógica mais inclusiva, de forma a assegurar a todos o acesso aos serviços públicos e viabilizar melhor qualidade de vida para os moradores.

3.2. Estrutura da Administração Municipal

3.2.1. A estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte é formada por órgãos da Administração Direta e Indireta.

3.2.2. Nos termos da Lei Municipal nº 11.065, de 1º de Agosto de 2017, a Administração Direta compreende:

- I – o Gabinete do Prefeito;
- II – o Gabinete do Vice-Prefeito;
- III – as secretarias municipais;
- IV – os órgãos autônomos;
- V – os órgãos colegiados.

3.2.3. Compõem a estrutura organizacional da administração direta as seguintes secretarias:

- I – a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC;
- II – a Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS;
- III – a Secretaria Municipal de Cultura – SMC;
- IV – a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE;
- V – a Secretaria Municipal de Educação – SMED;
- VI – a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL;
- VII – a Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA;
- VIII – a Secretaria Municipal de Governo – SMGO;
- IX – a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;
- X – a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI;
- XI – a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG;
- XII – a Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU;
- XIII – a Secretaria Municipal de Saúde – SMSA;
- XIV – a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP.

3.2.4. São órgãos autônomos do Poder Executivo, subordinados diretamente ao Prefeito:

- I – a Procuradoria-Geral do Município – PGM;
- II – a Controladoria-Geral do Município – CTGM.

3.2.5. A administração indireta constitui-se de entidades com personalidade jurídica, dotadas de autonomia administrativa, financeira e funcional, criadas ou autorizadas para fins definidos em leis específicas, nos termos da Lei Orgânica do Município. A administração indireta compreende:

- I – as fundações;



- II – as autarquias;
- III – as empresas públicas;
- IV – as sociedades de economia mista;
- V – demais entidades de direito privado, sob o controle direto ou indireto do Município.

3.2.6. As competências dos órgãos municipais estão previstas na referida lei.

3.3. Atuação da administração atual

3.3.1. A gestão municipal de Belo Horizonte estabeleceu importantes compromissos voltados a atender a população mais vulnerável, enquanto público prioritário das políticas públicas municipais, e a otimizar a prestação dos serviços que são responsabilidade da Prefeitura.

A partir desses compromissos, a dimensão estratégica das políticas públicas municipais foi construída de modo a expressar a visão de futuro do Município, os planos de desenvolvimento do governo e os macrodesafios a serem superados, além de induzir a cooperação e a sinergia das secretarias na formulação e implementação de suas iniciativas. O compromisso de otimizar os serviços oferecidos pela Prefeitura exprime a visão do que é prioritário dentro da administração municipal: facilitar a vida dos cidadãos, prestando serviços com mais qualidade, menos burocracia e mais eficiência da gestão pública municipal.

O compromisso de atender com prioridade a população mais vulnerável de Belo Horizonte, sem descuidar de qualquer segmento da cidade, visa acelerar o alcance por equidade e acesso a direitos fundamentais por toda a população de Belo Horizonte, respeitando as características e urgências particulares de cada território e, progressivamente, mitigando desequilíbrios históricos do desenvolvimento da cidade.

3.3.2. Os principais programas e ações desenvolvidos pelo Município de Belo Horizonte, que são também temas recorrentes de suas campanhas publicitárias, são aqueles identificados como projetos estratégicos e projetos transformadores.

Projetos estratégicos sintetizam as prioridades de cada política pública em andamento no município; já os projetos transformadores são um subconjunto de ações vinculados aos projetos estratégicos.

A seguir, estão especificados o nome e o respectivo objetivo de cada um dos projetos estratégicos e transformadores, distribuídos por área de resultado:

3.3.2.1. Área de Resultado: Segurança

Policimento em áreas prioritárias e em unidades de atendimento à população

Promover a segurança no ambiente escolar, nas unidades de saúde, nas unidades de assistência social e nos espaços públicos de convivência comunitária e grande circulação de pessoas, além de reduzir os índices de criminalidade em relação aos anos anteriores, possibilitando significativa melhora na sensação de segurança.

Prevenção da violência em áreas de vulnerabilidade social



Promover intervenção qualificada em fatores de risco à violência e de proteção, desenvolvendo ações locais de prevenção aos homicídios, articulando redes de proteção e ofertas de serviços para jovens em territórios de maior vulnerabilidade e atendimento às pessoas expostas a fatores de risco de violência doméstica, de gênero, sexual, contra crianças e à população em situação de rua.

Promoção da gestão integrada na resposta a emergências

Promover, por meio do Centro de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), ação integrada e coordenada das instituições responsáveis pelos eventos e incidentes relevantes, situação de emergência e crise, visando prevenir, mitigar riscos e aperfeiçoar a pronta resposta. Contribuir para a segurança da população do município de Belo Horizonte, utilizando tecnologias de cidade inteligente.

3.3.2.2. Área de Resultado: Saúde

Ampliar e qualificar o atendimento hospitalar e de urgência e emergência

Propiciar serviço qualificado de assistência médica-hospitalar aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

Fortalecimento da atenção primária em saúde

Promover o cuidado integral na Atenção Primária à Saúde de forma humanizada, oportuna, resolutiva, segura e de qualidade, fortalecendo a Estratégia de Saúde da Família e assegurando a cobertura adequada.

Implantação da gestão de custos em hospitais e unidades próprias de saúde

Implantar a gestão de custos com a finalidade de gerar relatórios com informações sobre os custos de cada unidade de saúde, permitindo aos gestores agir para melhorar a eficiência dos hospitais, unidades de pronto atendimento e centros de saúde, bem como oferecer informações estratégicas para tomada de decisão pela Secretaria Municipal de Saúde.

Qualificação das ações de prevenção e controle de doenças e redução do risco sanitário

Realizar o monitoramento sistemático do estado de saúde no território, tendo como estratégia prioritária a efetivação das ações de Vigilância em Saúde no Município.

Cenas de uso de crack e outras drogas

Revitalizar o espaço urbano caracterizado por cenas de uso do crack e outras drogas. Construir uma intervenção em rede e intersetorial para os usuários de crack e outras drogas. Buscar ações articuladas e uma gestão coordenada, baseada nos direitos humanos, na articulação entre as autoridades representantes das três esferas de Governo, de Justiça e de proteção social.

3.3.2.3. Área de Resultado: Sustentabilidade ambiental

Ampliação e qualificação do serviço de limpeza urbana

Ampliar e aumentar a qualidade dos serviços de limpeza urbana, proporcionando a universalização do acesso a esses serviços a todas as vilas do município, e aumentar



também a população atendida pelo serviço de coleta seletiva municipal, utilizando-se inclusive de mecanismos de logística reversa.

Modernização do processo de licenciamento ambiental

Estruturar novo modelo processual de licenciamento ambiental que garanta eficiência e celeridade na análise, atraindo empreendedores e contribuindo para o Desenvolvimento Sustentável do município de Belo Horizonte.

BH Verde: bem-estar e sustentabilidade

Implementar ações com foco no desenvolvimento sustentável ambientalmente correto do município. Para isto, serão estruturadas ações focadas na sustentabilidade ambiental, no monitoramento e gestão da flora e fauna silvestres e domésticas, e na formação de cidadãos preocupados com a conservação e preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade.

Recuperação ambiental em áreas degradadas, encostas, drenagem, tratamento de córregos e de fundo de vale

Atuar em áreas de risco do município com o objetivo de garantir a correta gestão ambiental e prevenir a ocorrência de desastres naturais que propiciem risco à segurança da população.

Revitalização ambiental e desenvolvimento do potencial turístico dos parques, zoológico e Jardim Botânico

Potencializar o fluxo de frequentadores dos parques municipais e zoológico, por meio da melhoria da qualidade de serviços, informações, segurança e revitalização ambiental nesses equipamentos públicos.

3.3.2.4. Área de Resultado: Mobilidade Urbana

Qualidade do transporte coletivo: um direito de todos

Oferecer um serviço de transporte coletivo público de qualidade, que garanta menor tempo de viagem, conforto, segurança e confiabilidade nos deslocamentos de usuários.

BH inclusiva, segura e cidadã

Promover a segurança no trânsito com foco na melhoria da saúde, garantia da vida e melhoria da qualidade de vida urbana por meio de intervenções no sistema de mobilidade, com estímulo aos meios não motorizados. Estimular e aumentar a participação popular na definição e no acompanhamento de ações relacionadas à mobilidade urbana, visando a criação de um ambiente social propício para a construção de um Compromisso pela Mobilidade Sustentável.

Mobilidade – atendimento, operação, fiscalização e modernização tecnológica

Incorporar novas metodologias e tecnologias às atividades da BHTRANS/FTU para aprimorar o atendimento, a operação, a fiscalização e as informações de mobilidade, com participação social, com a finalidade de torná-las mais efetivas e transparentes.

3.3.2.5. Área de Resultado: Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano



Regularização fundiária e urbanização em áreas de interesse social

Regularizar assentamentos de interesse social, com foco na população de baixa renda moradora do município, para inseri-la na malha oficial da cidade e garantir, ao munícipe, desde a valorização do imóvel até sua regularização documental em vários setores. Promover a urbanização dos assentamentos em áreas de interesse social regularizadas cuja infraestrutura básica é insuficiente, com objetivo de garantir condições mínimas de habitabilidade e do direito à moradia.

Gestão e redução do risco geológico em assentamentos de interesse social

Prevenir, mitigar, reduzir e controlar situações de risco geológico em assentamentos de interesse social.

Provisão habitacional no município

Desenvolver alternativas diversificadas destinadas a combater o déficit e a inadequação habitacional.

Simplificar, democratizar e modernizar a legislação urbanística e os serviços de licenciamento urbano

Tornar as diretrizes de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial transparentes e acessíveis a todo cidadão. Qualificar a prestação de serviços ao munícipe e a manutenção da cidade.

Regularização urbanística de assentamentos informais de interesse social

Promover a regularização de assentamentos informais ocupados predominantemente por famílias de baixa renda.

Melhoria do ambiente urbano

Proporcionar que logradouros públicos sejam espaços mais propensos à sociabilidade e que os terrenos estejam mantidos em condições de salubridade e segurança.

3.3.2.6. Área de Resultado: Educação

Ampliação da Educação Infantil

Criar vagas na Educação Infantil para ampliação do atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

Reorganização, Melhoria e Ampliação do Ensino Fundamental e da Escola Integrada

Reorganizar o ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino (RME/BH) revendo tempos escolares, currículo, processos de avaliação e articulação do currículo regular com as propostas do programa escola integrada e ampliar vagas nos programas Escola Integrada e Escola Aberta.

Reorganização, Expansão e Redução da Evasão do Ensino de Jovens e Adultos (EJA)

Identificar os fatores que contribuem para a permanência e aprendizagem dos estudantes do EJA, criando estratégias e meios com vistas a diminuir a evasão escolar e assegurar a ampliação ao direito à educação a todos os cidadãos, em conformidade com as estratégias indicadas no Plano Nacional de Educação.

Promoção de Políticas de Educação Inclusiva



Assegurar que a Rede Municipal de Educação promova a inclusão de todos os estudantes em igualdade de condições, desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas. Criação de equipamento intersectorial de atendimento educacional aos jovens e adultos com deficiência.

Melhoria da Convivência e da Segurança no Ambiente Escolar

Implementar o Plano de Convivência Escolar nas escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte – RME/BH, pautando a convivência com os diversos segmentos da comunidade escolar de modo que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas que resultem na melhoria do clima escolar e assegurando que tenham condições de implementar a cultura da mediação de conflitos.

Desenvolvimento Profissional e Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Ampliar o acesso dos profissionais da educação a cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), bem como a participação deles em diversos processos formativos (presenciais e/ou a distância). Construir novo modelo de avaliação de desempenho e estágio probatório dos profissionais da educação, implantar uma política de incentivo de desenvolvimento profissional e reduzir o absenteísmo.

3.3.2.7. Área de Resultado: Cultura

Fortalecimento da cultura e do turismo na Pampulha

Executar exposições e ações em cada equipamento cultural da Pampulha, bem como ações de fortalecimento da estrutura turística e medidas que atendam as condicionantes para manter e fortalecer o título de Patrimônio Mundial.

Formação em política cultural

Fortalecer a estrutura da Escola Livre de Artes, por meio de parceria com a Educação, com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN – e executar políticas sociais para melhor estruturação da política de formação na cidade.

Execução de festivais de política pública de cultura

Priorizar parcerias para a realização dos 11 festivais previstos na política cultural do município.

3.3.2.8. Área de Resultado: Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes

Qualificação e expansão do atendimento à População em Situação de Rua (SUAS/POP Rua)

Promover a (re)construção de vínculos sociais, comunitários e familiares, possibilitando a superação de extrema vulnerabilidade e risco social e pessoal, presentes na vivência da situação de rua.

Promoção de direitos e cidadania a população com maior vulnerabilidade social

Promover ações para a promoção, garantia e defesa de direitos de cidadania.



possibilitando o protagonismo e o empoderamento da população, visando a desenvolvimento de uma cultura de respeito e dignidade a todos os segmentos da população.

Fortalecimento da proteção social básica (BH-protege)

Prevenir as situações de vulnerabilidade, risco social e pessoal, violação de direitos e ampliar a capacidade protetiva familiar e comunitária nos territórios de referência das unidades de proteção social (CRAS).

Expansão da oferta de serviços no BH cidadania e em outros espaços públicos

Promover a convergência de áreas essenciais das políticas públicas do município de Belo Horizonte, em territórios vulneráveis, visando à proteção social, a defesa de direitos, o acesso a bens e serviços públicos e promoção da cidadania.

BH cidade sustentável: mobilizar, educar e cultivar alimentação saudável

Promover a segurança alimentar e nutricional por meio das práticas de mobilização, formação e educação alimentar, produção e comercialização de alimentos no município de Belo Horizonte, prioritariamente em territórios com alto grau de vulnerabilidade social.

Democratização do Esporte e do Lazer

Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer por meio do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e promovam a qualidade de vida urbana, contribuindo para a consolidação de ambientes sociais saudáveis, educativos e seguros.

3.3.2.9. Área de Resultado: Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública

Modernização dos processos de arrecadação tributária

Modernizar os processos de arrecadação tributária, incrementando a arrecadação com economia de recursos.

Reformulação da política de compras e contratos do município

Fazer com que a Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA) exerça a função de órgão central de licitações do Município para aquisição de materiais de consumo de uso comum e específico, materiais permanentes e contratação de serviços, além de gerenciamento dos estoques. Promover o controle dos custos de todos os contratos de locação de imóveis, obter receita com a venda de áreas remanescentes e consolidar a propriedade e a posse dos imóveis.

Modernização da transparência, automação dos processos de auditoria e fomento ao controle social

Fortalecer o controle social, a transparência e a atividade de auditoria por meio da sistematização, cruzamento e publicização de dados.

Aprimoramento do relacionamento entre cidadão e Prefeitura

Desburocratizar, otimizar e ampliar os serviços de atendimento, proporcionando maior facilidade, conforto e agilidade para o cidadão.



Modernização e automação de processos internos da PBH

Simplificar os processos internos e integrar as informações, proporcionando redução dos custos e dos prazos de execução, aumento do grau de confiabilidade e melhoria da gestão e dos serviços prestados ao cidadão.

Gestão estratégica de pessoas e valorização do servidor e do segurado

Integrar e automatizar os processos de gestão previdenciária e de recursos humanos, buscando agilidade, transparência e assertividade na gestão da vida funcional do servidor, bem como redução dos prazos de concessão de sua aposentadoria e pensão.

3.3.2.10. Área de Resultado: Desenvolvimento Econômico e Turismo

Atração de investimentos para a cidade e fomento à tecnologia da informação

Investir em ações e produtos para a atração de investimentos nacionais e internacionais. Apoiar e aquecer o setor de tecnologia da informação (TI) na cidade por meio da capacitação, da melhoria do ambiente de negócios e do intercâmbio com outros centros tecnológicos.

Fomento ao empreendedorismo, à economia criativa e à economia solidária

Oferecer melhores condições para que os empreendedores da cidade possam crescer. Prestar suporte técnico e orientação para a população que exerça algum tipo de atividade nas áreas de confecção, artesanato ou alimentação, dando opção de comercialização de produtos em feiras esporádicas e/ou permanentes.

BH destino turístico inteligente

Tornar a cidade de Belo Horizonte reconhecida nos mercados nacional e internacional como destino turístico inteligente, atrativo e competitivo.

Belo Horizonte Cidade Inteligente

Utilizar intensivamente tecnologias de comunicação e informação sensíveis ao contexto (IoT) e de gestão urbana e ação social dirigidos por dados, no espaço urbano de Belo Horizonte, para que sejam a base de uma gestão integrada entre as diversas áreas da administração e para que os serviços públicos disponham de mais informações qualificadas para melhorar sua qualidade e eficiência. Conectar o cidadão aos serviços e recursos municipais.

Melhoria do ambiente de negócios

Gerar aumento estrutural da produtividade e da competitividade para geração de emprego em Belo Horizonte e aumento da atração de investimentos na cidade, por meio da avaliação e revisão de processos de licenciamento e regularização, que facilite as atividades das empresas.

3.4. Pesquisas e outras informações

3.4.1. www.pbh.gov.br

3.4.2. <https://www.facebook.com/prefeiturabh>

3.4.3. <https://www.instagram.com/prefeiturabh/>

3.4.4. <https://www.youtube.com/user/videospbh>



3245
9/16

3.5. Princípios da gestão da política de comunicação do Município

3.5.1. A gestão da política municipal de comunicação social constitui-se do planejamento, definição e utilização dos instrumentos e canais de comunicação contemporâneos com vistas a assegurar a circulação e o acesso a informações qualificadas, de interesse público, sobre o Poder Executivo e o Município. A política de comunicação desenvolvida pela Subsecretaria de Comunicação Social do Município – SUCOM com a sociedade respeita os princípios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A atuação da SUCOM é pautada pelo respeito à diversidade social, cultural, etária, religiosa e étnica da população. A SUCOM valoriza a publicidade de todos os atos do governo como estratégia para informar o cidadão sobre cotidiano da cidade, a implementação e desenvolvimento de políticas públicas e a gestão do espaço urbano. Sua política de comunicação também estimula valores como a boa convivência urbana, o respeito ao patrimônio público e ao meio ambiente.

3.6. Escopo do trabalho de comunicação a ser empreendido

3.6.1. Acesso à informação e ao conhecimento são fundamentais para consolidação de uma sociedade pautada pela equidade e pela promoção de oportunidades para todos. Logo, objetiva-se, por intermédio de ações de comunicação social, oferecer à população informações e dados cada vez mais relevantes e tempestivos sobre o papel do Poder Executivo municipal e sua relação com o cotidiano da cidade.

Para consolidar esse objetivo, a Subsecretaria de Comunicação Social empenha esforços para que a publicidade e a transparência dos atos do poder público municipal não se restrinjam à publicação em meios formalmente burocráticos (que consolidam os ritos legislativos, mas que, pelo seu alto grau de complexidade, muitas vezes, se tornam inacessíveis ou de difícil compreensão à grande parte da população). Por meio de um trabalho estratégico de comunicação, a Prefeitura busca ampliar seu contato com a população, mantendo-a informada, de maneira clara e objetiva, sobre assuntos pertinentes à municipalidade, com observância, evidentemente, dos cuidados em face de limites que o direito apresenta.

Nesse sentido, a política de comunicação social da Prefeitura de Belo Horizonte está em constante processo de revisão e inovação de seus formatos e linguagens, levando em conta, em primeiro lugar, o interesse público e contribuindo para que, por meio de todas essas ferramentas e instrumentos, os cidadãos sejam bem informados sobre as ações e os serviços prestados pela Prefeitura.

Essa comunicação será direcionada ao estrito interesse da sociedade. Sua forma deverá adotar critérios que privilegiem a clareza e a objetividade das mensagens. Todas as campanhas e ações a serem empreendidas divulgarão ações de governo e informações de utilidade e interesse público, visando facilitar e melhorar a vivência coletiva na cidade de Belo Horizonte.

Todos os recursos disponíveis no campo da publicidade deverão ser utilizados, conforme



3246
P

demanda, de forma otimizada para garantir a divulgação institucional dos conteúdos definidos em todas as mídias e de todas as formas possíveis (rádio, televisão, jornais, mobiliário urbano, mídias disponíveis em transporte público, portais, sites, redes sociais, revistas, manuais, cartilhas, material educativo, folheterias diversas, novas mídias eletrônicas, dentre outros).

Os conteúdos a serem definidos pela SUCOM, objeto de cada campanha e cada peça publicitária, serão pautados em consonância com os Projetos Estratégicos e Projetos Transformadores apresentados no PPAG vigente, no qual foram definidas dez Áreas de Resultado que explicitam os objetivos estratégicos dos vários campos de atuação da Prefeitura e que agrupam os programas, projetos e ações municipais. As Áreas de Resultado, que estão sob a égide dos compromissos da gestão são:

- A. Saúde
- B. Educação
- C. Proteção Social, Segurança Alimentar e Esportes
- D. Cultura
- E. Segurança
- F. Desenvolvimento Econômico e Turismo
- G. Mobilidade Urbana
- H. Sustentabilidade Ambiental
- I. Habitação, Urbanização, Regulação e Ambiente Urbano
- J. Atendimento ao Cidadão e Melhoria da Gestão Pública

3.6.2. Esforços anteriores de comunicação – Principais temas das campanhas publicitárias executadas no período de 2017-2019

IPTU – Campanha para informar sobre a obrigatoriedade, descontos e prazos para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU. A campanha aborda também a correta gestão dos recursos públicos e sua destinação em ações, obras, programas e políticas públicas do município.

EDUCAÇÃO – Campanha que trata da política municipal para a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos, apresentado os serviços disponíveis para os munícipes, nos mais de 500 estabelecimentos que compõem a Rede Municipal de Educação.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – Campanha que faz um balanço da performance da Prefeitura e apresenta à população as principais ações realizadas em suas diversas áreas de atuação: saúde, educação, obras, segurança, manutenção urbana etc.

OBRAS – Campanha que tem por objetivo informar à população sobre o andamento das ações de manutenção e das obras da Prefeitura, em especial as de mobilidade, gestão hídrica, urbanização de vilas e favelas, iluminação e segurança pública.

CANAIS DE ATENDIMENTO – Campanha que informa os principais canais de atendimento da Prefeitura. Ela mostra que falar com a Prefeitura é fácil e rápido e que o



3297
JR

cidadão dispõe de canais digitais, telefônicos e presenciais para esclarecer dúvidas, fazer reclamações e solicitar serviços.

SAÚDE – As campanhas de saúde informam sobre as ampliações e as novas unidades abertas para a população, bem como os serviços disponíveis no sistema de saúde municipal e a sua melhor forma de utilização. Também são apresentadas as ações que visam garantir os recursos materiais e humanos adequados para a correta prestação dos serviços.

CEROL E LINHA CHILENA – Campanha educativa sobre a proibição do uso de cerol e de linha chilena para soltar papagaios. Mostra que usá-los é considerado crime, e convoca toda a população a colaborar com o poder público, disponibilizando canal de comunicação para denúncias.

LIMPEZA URBANA – Campanha cujo objetivo é mostrar os recursos humanos, materiais e técnicos que são disponibilizados pela Prefeitura para manter a cidade limpa e destinar adequadamente os resíduos urbanos. A Campanha também destaca a importância e a responsabilidade de todos os cidadãos no processo de manutenção da limpeza da cidade.

VACINAÇÃO SARAMPO E POLIOMIELITE – Campanha que esclarece a importância de vacinar crianças de uma faixa etária específica contra o sarampo e a poliomielite. Ela informa o período e em quais equipamentos públicos municipais de saúde a vacina pode ser tomada.

PREVENÇÃO DE INUNDAÇÕES E DE ACIDENTES EM CASO DE CHUVAS FORTES – A campanha mostra que, embora a Prefeitura invista continuamente em obras e na limpeza de córregos, galerias e bocas de lobo, a cidade enfrenta alagamentos nos períodos de chuvas fortes - muitas vezes causados pela disposição inadequada de lixo - que podem causar acidentes. Ela alerta sobre a importância de todos colaborarem, descartando corretamente seus resíduos e informa sobre os procedimentos em caso de chuvas fortes e alagamentos.

BELO HORIZONTE SURPREENDENTE – Campanha com o objetivo de divulgar Belo Horizonte como uma cidade pulsante, cosmopolita, urbana, moderna e inovadora que se consolida como um importante destino turístico para quem mora fora e também como uma cidade que possui muitos motivos pelos quais seus moradores podem se orgulhar. A campanha destaca os seguintes aspectos: moda, design, esportes, lazer, gastronomia, negócios, tecnologia inovação, arte e cultura.

ARRAIAL DE BELO HORIZONTE – A campanha divulga o tradicional Arraial de Belo Horizonte, um dos principais festejos juninos do país. Ela mostra as principais atrações artísticas, informa sobre os concursos de quadrilhas e convida toda a população a participar do evento e experimentar a gastronomia típica.

CARNAVAL – As campanhas de carnaval, além de apresentar as principais informações sobre a programação na cidade, divulgam mensagens educativas sobre aspectos variados que buscam desde garantir a segurança dos foliões e o respeito ao patrimônio público, até combater a exploração do trabalho infantil, o assédio, o preconceito e a violência.



GENTILEZA E RESPEITO NO TRÂNSITO – Campanha educativa cujo objetivo é incentivar a reflexão e a adoção de comportamentos mais responsáveis no trânsito em motoristas, pedestres, ciclistas e motociclistas.

NOVA FROTA – Campanha informativa sobre a operação dos novos ônibus convencionais equipados com ar-condicionado e suspensão a ar que garantem mais conforto para os usuários do transporte coletivo de Belo Horizonte.

OPERAÇÃO VIDA NO TRÂNSITO – Campanha educativa que mostra os riscos da imprudência no trânsito, principalmente para pedestres e motociclistas. Ela informa o número de acidentes por ano na cidade e alerta a população sobre a necessidade de mudança de comportamento.

ROTATIVO DIGITAL – Campanha sobre a mudança do sistema de estacionamento rotativo que era feito através de talão. Ela informa sobre o novo sistema digital e ensina como usá-lo, além de mostrar os avanços e benefícios do novo sistema para os motoristas.

SIU MOBILE – Campanha sobre as funcionalidades do aplicativo SIU Mobile que disponibiliza informações diversas sobre o transporte coletivo da cidade. Por meio do aplicativo, os usuários do transporte coletivo podem obter informações sobre a previsão dos horários de chegada do ônibus nos pontos de espera das diversas linhas municipais.

FESTIVAIS E ATIVIDADES DA ÁREA CULTURAL (FIQ - Festival Internacional de Quadrinhos, FIT - Festival Internacional de Teatro, FAN - Festival de Arte Negra, Virada Cultural, Descontorno Cultural, Noturno nos Museus etc) – As campanhas das ações e eventos realizados na área cultural tem por objetivos informar as respectivas programações e convidar a população para participar das atividades oferecidas.

3.7. Públicos

3.7.1. O público prioritário das campanhas e ações publicitárias a serem empreendidas é a população de Belo Horizonte.

3.7.2. São também públicos a serem alcançados por campanhas e ações publicitárias específicas, os que se constituírem de interesse da Administração Municipal pelo potencial que representam para o desenvolvimento do Município, seja por aspectos econômicos, culturais, turísticos ou sociais.

3.8. Período

3.8.1. Os períodos e datas de realização das campanhas e peças publicitárias serão definidos de acordo com a necessidade da Administração Municipal e em consonância com o andamento das ações governamentais, durante a vigência dos contratos a serem firmados entre CONTRATANTES e CONTRATADAS.

3.9. Briefing

Para efeito de avaliação os Licitantes deverão apresentar uma campanha simulada dentro do tema “PREVENÇÃO DE ENCHENTES”.

A ocorrência de enchentes e inundações é um dos problemas mais dramáticos nas grandes cidades brasileiras, pois provocam estragos, perdas materiais e, em alguns casos, irreparáveis.



perda de vidas. Com o acelerado desenvolvimento urbano e a sua crescente complexidade, entidades e estudos internacionais¹ alertam governos e sociedade civil sobre a importância de ambos trabalharem em sinergia para tornar as cidades cada vez mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para todos. Assegurando maior eficiência na gestão dos recursos, melhor capacidade de resposta e adaptação às mudanças climáticas e reduzindo significativamente o número de mortes e o número de pessoas atingidas por catástrofes relacionadas à gestão das águas.

Nesse sentido, o poder público municipal deve atuar na gestão e desenvolvimento da zona urbana com o objetivo de identificar os problemas e propor soluções e formas de gestão em consonância tanto com as metas acima delineadas quanto com particularidades de cada comunidade envolvida.

Durante todo o ano, a Prefeitura de Belo Horizonte desenvolve ações permanentes para redução de riscos de enchentes e para a proteção da população contra desastres. Esse esforço envolve um trabalho integrado que contempla as nove regionais da cidade e diversos órgãos da administração municipal. São realizadas: vistorias e ações de monitoramento constantes; obras de contenção de encostas; limpezas de galerias, bocas de lobo e fundos de vales de córregos; construção e manutenção de bacias de retenção e detenção de águas pluviais; ampliação de redes de microdrenagem; intensificação dos serviços básicos de zeladoria da cidade, tais como poda, capina e roçagem; indução à recuperação e revegetação de áreas degradadas; urbanização de vias públicas em vilas e favelas, cujas intervenções visam à correção de riscos geológicos e à instalação adequada de redes de água e esgoto; ampliação das áreas com serviço de coleta de lixo domiciliar; ampliação das soluções para coleta seletiva e gestão de resíduos especiais; ações de combate e fiscalização a depósitos clandestinos de lixo e entulhos; atendimento especializado e multidisciplinar a famílias em situação de vulnerabilidade e a capacitação dos moradores que residem em áreas de risco existentes na cidade.

Nota-se que o conjunto de ações é amplo, complexo e disseminado por toda a cidade. Por isso, dentre todas as atividades realizadas pelo governo municipal, alguns projetos e ações, dada a sua relevância para o desenvolvimento sustentável e seguro da cidade, demandam maior esforço de comunicação para seu acompanhamento e reconhecimento por parte da população.

Nesse sentido, o Município de Belo Horizonte almeja, por meio dessa campanha de comunicação:

- A) Apresentar à população alguns dos principais problemas históricos e sociais relacionados à ocorrência de enchentes e gestão das águas na cidade (detalhamentos no apêndice I);
- B) Prestar contas à população de Belo Horizonte apresentando e detalhando dois empreendimentos específicos desenvolvidos pela Prefeitura que objetivam melhorias na capacidade de drenagem e escoamento de águas na cidade (detalhamentos sobre os

¹ Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - setembro de 2012



empreendimentos no apêndice I);

C) Apresentar à população os principais benefícios desses investimentos (detalhamentos sobre os empreendimentos no apêndice I);

D) Incentivar a compreensão e a responsabilidade por parte do cidadão ao que se refere à destinação responsável de resíduos sólidos, esclarecendo que práticas irregulares e descompromissadas com a preservação do meio ambiente, promovem estragos e prejuízos diversos a toda a população.

E) Instruir a população sobre como proceder responsavelmente em casos de chuvas e enchentes (detalhamentos sobre os procedimentos recomendados no apêndice II).

Público-alvo: população de Belo Horizonte.

Verba referencial: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

Período: 30 dias corridos.

4. Metas físicas

4.1. Os serviços, objeto desta contratação, serão divididos em 03 (três) lotes, conforme definido a seguir:

a) Lote 01: Administração Direta, Autarquias e Fundações.

b) Lote 02: Órgão integrante: BELOTUR - Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A.

c) Lote 03: Órgãos integrantes: BHTRANS/FTU - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A./ Fundo de Transporte Urbano.

4.2. O objeto da presente Concorrência será adjudicado a 03 (três) agências, obedecida a ordem de classificação, as quais serão contratadas mediante instrumentos contratuais, da seguinte forma:

4.2.1. A agência adjudicada para o Lote 01 firmará contrato individual com o Município de Belo Horizonte.

4.2.2. As agências adjudicadas para o Lote 02 e 03 firmarão contratos individuais com cada entidade da Administração Indireta.

4.3. As contratadas atuarão de acordo com solicitação da Subsecretaria de Comunicação Social - SUCOM.

5. Vigência contratual

5.1. Os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas terão duração de doze meses, contados a partir da data da sua assinatura, prorrogáveis por períodos inferiores ou iguais, a critério do Município de Belo Horizonte, mediante termo aditivo devidamente formalizado, observada a legislação pertinente e o prazo máximo neles fixados.

6. Valor estimado da contratação

6.1. O valor global dos contratos a serem firmados com as futuras contratadas pelo período de



12 (doze) meses está estimado em R\$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil reais), sendo o instrumento celebrado individualmente pelo Município (Lote 1) estimado em R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais); o celebrado pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. – BELOTUR (Lote 2) estimado em R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), os celebrados pela Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S.A. – BHTRANS/FTU (Lote 3) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

6.2. Os recursos para a execução dos serviços correrão pelas seguintes dotações orçamentárias definidas para o exercício de 2019:

LOTES	ÓRGÃO	DOTAÇÃO	VALOR (R\$)
Lote 01	Administração Direta + Autarquias e Fundações	3200.5300.04.131.015.2007.339039.23/64.0300	46.000.000,00
Lote 02	BELOTUR	2805.0010.23.695.086.2.900.339039.23/64.0300/	8.500.000,00
Lote 03	BHTRANS/FTU	2710.1100.26.452.060.2.837.0001.339039.23/64.0300	3.000.000,00

6.3 O Município de Belo Horizonte não se compromete a realizar os gastos estimados em sua totalidade.

7. Caracterização dos serviços

7.1. Os serviços a serem realizados na vigência dos contratos são os seguintes:

a) Serviços executados pelas próprias agências.

b) Serviços executados por terceiros e supervisionados pelas agências:

- para veiculação de peças e materiais que proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;
- para a produção de peças e materiais que não proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação;
- de apoio direto à gestão de comunicação que não proporcionam às agências o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação.

8. Apresentação dos documentos e propostas

8.1. As regras de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas Técnica e de Preço encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Proposta Técnica

8.2.1. Os critérios para elaboração, julgamento e pontuação das Propostas Técnicas encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação



complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

8.3. Proposta de Preço

8.3.1. Os critérios para elaboração, julgamento e pontuação das Propostas de Preço encontram-se descritas no edital, nos termos da Lei Federal nº 12.232/10 e na aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

8.3.2. O julgamento final da concorrência será feito de acordo com o previsto na Lei Federal nº 12.232/10 e aplicação complementar da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações para o tipo Técnica e Preço.

8.3.3. As agências concorrentes serão classificadas em ordem decrescente de pontuação, aferida mediante aplicação de fórmula descrita no edital.

8.4. Comissão de julgamento

O procedimento licitatório será processado e julgado por Comissão Especial de Licitação, com exceção das Propostas Técnicas que serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica.

8.5. Remuneração das CONTRATADAS

8.5.1. A remuneração das contratadas ocorrerá na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei Federal nº 4.680/65 e Decreto Federal nº 57.690/66), obedecido ao desconto concedido na sua proposta de preços e, ainda, o seguinte:

- a) percentual de desconto concedido aos contratantes sob os custos internos, baseado na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais;
- b) percentual de honorários incidente sob o custo efetivo de serviços realizados por terceiros referentes à produção de programas, campanhas, peças e materiais publicitários, ressaltando que não poderá exceder a 15% (quinze por cento);
- c) serão ajustados entre as partes, o percentual de honorários incidente sobre os custos de outros serviços de apoio à gestão de comunicação executados por terceiros, ressaltando-se que não poderá exceder a 10% (dez por cento).

8.5.2. As contratadas não farão jus a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pelos contratantes, de crédito que a eles tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente aos contratos a serem firmados.

9. Forma de faturamento e pagamento

9.1. As contratadas deverão entregar o faturamento aos contratantes no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor.

9.2. A Nota Fiscal/Fatura de quaisquer fornecedores será emitida em nome dos contratantes e entregue aos cuidados da contratada para faturamento, o que não significa ruptura da relação entre a contratada e seus fornecedores.

9.3. As contratadas deverão discriminar em sua Nota Fiscal/Fatura o nome e o número da NF/Fatura do fornecedor, bem como a discriminação dos serviços prestados e o período correspondente.



9.4. O faturamento deverá vir acompanhado:

9.4.1. Quando se tratar de veiculação:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do veículo, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes de veiculação;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes;
- e) de demonstração do valor devido ao veículo;
- f) da tabela de preços do veículo;
- g) da descrição dos descontos negociados;
- h) dos pedidos de inserção correspondentes.

9.4.2. Quando se tratar de produção:

- a) da Nota Fiscal/Fatura do prestador, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

9.4.3. Outros serviços realizados por terceiros (subcontratados):

- a) da Nota Fiscal/Fatura do fornecedor, com a discriminação obrigatória do período da prestação do serviço;
- b) da autorização devidamente assinada pelo Chefe da Subsecretaria de Comunicação Social;
- c) dos comprovantes da prestação de serviços/fornecimento;
- d) de quaisquer documentos solicitados pelos contratantes.

9.5. Nenhuma despesa será paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo das contratadas ou de seus fornecedores e subcontratados e sem a manifestação de aceitação da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

9.6. No tocante à veiculação, as contratadas ficam obrigadas a apresentar, sem ônus para os contratantes, os seguintes comprovantes:

9.6.1. Para TV, Cinema e Rádio, alternativamente:

- a) comprovante de veiculação emitido pela empresa que realizou a veiculação;
- b) declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, na qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local e data, nome da peça veiculada, dia e horário da veiculação;

9.6.2. Mídia Exterior: fotos das peças com identificação do local de exibição.



9.6.3. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças.

9.6.4. Mídia impressa: exemplares originais dos títulos.

9.7. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, os contratantes, a seu critério, poderão devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

9.8. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.9. Os contratantes não pagarão nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte das contratadas, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes do contrato.

9.10. Os contratantes não pagarão, sem que tenham autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhes venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

9.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros decorrentes da inobservância, pelas contratadas, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.12. As contratadas apresentarão aos contratantes comprovantes dos pagamentos realizados a terceiros subcontratados, até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

9.13. Os contratantes efetuarão o pagamento da veiculação e dos demais serviços executados pelas contratadas, inclusive por terceiros subcontratados, desde que previamente autorizados e após comprovada a sua efetiva realização, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação dos respectivos documentos legais aos contratantes.

9.14. Caberá aos contratantes, considerando o tempo necessário ao regular processamento da documentação, adequar os prazos de pagamento àqueles ajustados com os veículos de comunicação e terceiros fornecedores.

9.15. Os prazos de pagamento superiores ao limite máximo fixado no item 9.13, concedidos pelos veículos de comunicação e terceiros subcontratados fornecedores ou prestadores de serviço às contratadas, deverão ser repassados aos contratantes.

9.16. Os pagamentos devidos aos veículos de comunicação poderão ser efetuados diretamente, a critério da Subsecretaria de Comunicação Social do Município.

9.17. As contratadas se obrigam a efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento pelos contratantes.

10. Entrega e Recebimento dos Serviços

10.1. A entrega do serviço, que se dará sob demanda, será realizada no prazo fixado no documento que detalha a estimativa de custo (EC) e autorizações de publicação (AP), obrigando-se a CONTRATADA a manter a qualidade do serviço e as mesmas condições que a classificaram no processo licitatório.



10.2. O recebimento do serviço estará condicionado às especificações, condições e qualidade previstas nas estimativas de custo (EC) e autorizações de publicação (AP).

10.3. Todos os produtos deverão primar pela qualidade, podendo ser recusados, a qualquer tempo, caso não atendam às especificações exigidas.

11. Obrigações dos CONTRATANTES

11.1.A Subsecretaria de Comunicação do Município (SUCOM) será responsável pela coordenação e acompanhamento dos serviços, competindo-lhe, dentre outros atos que envolvam o regular exercício dessa função, aprovar previamente e por escrito os trabalhos a serem executados e os respectivos custos, sendo os contratantes responsáveis por:

11.2. Fiscalizar os serviços a serem prestados pelas contratadas.

11.3. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros subcontratados em relação ao mercado.

11.4. Supervisionar e fiscalizar o processo de seleção de fornecedores realizado pelas contratadas ou realizar cotação de preços juntos a fornecedores.

11.5. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com as contratadas.

11.6. Fornecer e colocar à disposição das contratadas todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

11.7. Fornecer às contratadas relação de pessoas físicas ou jurídicas para a prestação de serviços ou fornecimento de bens demandados na execução do contrato.

11.8. Proporcionar condições para a boa execução dos serviços.

11.9. Notificar, formal e tempestivamente, as contratadas sobre as irregularidades observadas no cumprimento dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.

11.10. Analisar as tabelas de preços dos veículos de comunicação para fins de verificar o cumprimento do estabelecido no item 12.7.

12. Obrigações das CONTRATADAS

12.1. Executar de forma adequada os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, registradas em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade dos contratantes, cabendo-lhes efetuar todos os pagamentos em dia, inclusive os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda com relação ao contingente alocado, responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica.

12.2. Orientar-se pela disciplina do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de promover publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes, com a moral e os bons costumes.

12.3. Manter estrutura de atendimento na Cidade de Belo Horizonte compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados para os contratantes.

12.4. Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.



12.5. Indicar, por escrito, dois representantes da área de atendimento e um representante da área de planejamento para, em seu nome, coordenarem a execução dos serviços, com poderes para deliberarem, simultaneamente, sobre todas as questões relacionadas aos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.

12.6. Utilizar os profissionais indicados na Proposta Técnica para fins de comprovação da capacidade de atendimento na elaboração dos serviços a serem prestados, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelos contratantes.

12.7. Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a terceiros subcontratados e transferir aos contratantes as vantagens obtidas, incluindo aquelas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio das contratadas, abarcados os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

12.8. Submeter à aprovação prévia da Subsecretaria de Comunicação Social – SUCOM – os trabalhos a serem executados, com os respectivos custos.

12.9. Após a finalização de cada campanha, conforme solicitação da CONTRATANTE, encaminhar arquivo digital para o (a) CONTRATANTE com a relação de peças produzidas, tais como: anúncios, spots, VTs e demais peças publicitárias em arquivos na extensão “pdf”, para materiais gráficos, e na extensão “mov”, para arquivos audiovisuais.

12.9.1. Sempre que solicitado pelo(a) CONTRATANTE, disponibilizar a matriz desbloqueada que permita a reprodução de vídeos de caráter documental e institucional produzidos, sem ônus para o(a) CONTRATANTE.

12.10. Fazer cotação prévia de preços para todos os serviços e bens fornecidos, junto a pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições a seguir:

12.10.1. Apresentar no mínimo 03 (três) propostas, das quais constarão todos os produtos ou serviços que as compõem, com o detalhamento de suas especificações e custos unitários;

12.10.2. No caso em que o valor do fornecimento de bens ou serviços for superior a 0.5% (cinco décimos percentuais) do valor global do contrato, as contratadas deverão proceder à coleta de orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização dos contratantes.

12.10.3. Apresentar propostas no original, em papel timbrado, com a identificação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;

12.10.4. Apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, se não houver possibilidade de haver 03 (três) propostas;

12.10.5. Proceder à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

12.10.6. Os documentos citados nos subitens 12.10.1 a 12.10.3 ficarão sob a responsabilidade das contratadas e à disposição dos contratantes por um período mínimo



de 5 (cinco) anos.

12.11. Submeter à subcontratação de outras empresas, observada a restrição prevista no subitem 1.2, para execução total ou parcial de alguns dos serviços de que tratam os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, à prévia e expressa anuência dos contratantes, ressaltando-se que as contratadas permanecerão com todas as suas responsabilidades contratuais perante os contratantes.

12.11.1. Os serviços afetos à concepção e criação das ações de publicidade não poderão ser objeto de subcontratação.

12.11.2. As contratadas somente poderão contratar pessoas físicas ou jurídicas que estejam cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF – e apresentem regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal, ao FGTS e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

12.12. Orientar e acompanhar a produção, a impressão e a distribuição de peças gráficas (folhetos, cartazes, adesivos, cartilhas, mala direta e etc.) aprovadas pela SUCOM.

12.13. Orientar e acompanhar a produção e distribuição de peças audiovisuais (filmes, spots, novelinhas e etc) aprovadas pela SUCOM.

12.14. Definir o material a ser utilizado na distribuição só após sua aprovação pela SUCOM.

12.15. Entregar ao(à) CONTRATANTE, conforme solicitação dele(a), para fins de controle do saldo contratual, relatório de controle dos gastos efetivamente realizados

12.16. Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação dos contratantes, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os honorários das contratadas pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pelas próprias contratadas ou por terceiros por elas contratadas.

12.17. Prestar esclarecimentos aos contratantes sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam as contratadas, independentemente de solicitação.

12.18. Não caucionar ou utilizar os contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas como garantia para qualquer operação financeira.

12.19. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

12.20. Cumprir a legislação trabalhista, securitária e previdenciária com relação a seus funcionários e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados.

12.21. Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

12.22. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.



- 12.23. Apresentar, quando solicitado pelos contratantes, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 12.24. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e os próprios contratantes.
- 12.25. Manter, por si, por seus prepostos e subcontratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação dos contratantes.
- 12.26. Responder perante os contratantes e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços de objeto dos contratos a serem firmados entre os contratantes e contratadas.
- 12.27. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para os contratantes.
- 12.28. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.
- 12.29. Adotar as providências necessárias no sentido de preservar os contratantes e de mantê-los a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza, e providenciar o devido ressarcimento do pagamento de eventuais importâncias realizadas pelos contratantes, dentro do prazo improrrogável de (10) dez dias úteis a contar da data do efetivo pagamento, sem prejuízo de ação judicial competente por parte dos contratantes.
- 12.30. Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, em especial com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas.
- 12.31. Transferir para o Município de Belo Horizonte os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, inclusive as peças publicitárias.
- 12.32. Atender aos fornecedores e prestar informações sobre o faturamento e a previsão de pagamento.
- 12.33. Efetuar o pagamento das veiculações e demais serviços efetuados por terceiros até o prazo de 15 (quinze) dias, após o efetivo pagamento pelos contratantes.
- 12.34. Apresentar periodicamente as tabelas de preços em vigor dos veículos de comunicação.
- 12.35. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do



artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

12.36. As contratadas deverão, durante o período de no mínimo 5 (cinco) anos, após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

12.37. Apresentar aos contratantes os custos e as despesas de veiculação, acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes.

12.38. As contratadas somente poderão reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por conta e por ordem dos contratantes, se previamente os identificar e tiver sido por eles expressamente autorizado.

13. Forma e regime de execução

Os serviços serão realizados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

14. Garantia

Para assegurar a execução contratual, os licitantes vencedores deverão apresentar garantia correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor estimado da contratação, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, à escolha dos licitantes vencedores.

15. Fiscalização

15.1. Os contratantes designarão um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos a serem firmados entre contratantes e contratadas, nos termos do §1º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2. Da mesma forma, as contratadas deverão indicar um preposto para, se aceito pelos contratantes, representá-las na execução dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

15.2.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.3. Os contratantes se reservam o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o contrato, o edital e a legislação própria.

15.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerente ao objeto dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, deverão ser prontamente atendidas pelas contratadas, sem ônus para os contratantes.

15.5. Além das atribuições previstas nos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas e na legislação aplicável, caberá ao servidor responsável pela fiscalização verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas às condições da subcontratação e aos honorários devidos às contratadas.

15.6. A fiscalização pelos contratantes em nada restringe a responsabilidade, única, integral e



3310
3310

exclusiva, das contratadas pela perfeita execução dos serviços.

15.7. As contratadas somente poderão executar qualquer tipo de serviço após a aprovação formal dos contratantes.

15.8. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância dos contratantes.

15.8.1. As contratadas adotarão as providências necessárias para que qualquer serviço, incluído o de veiculação, considerado não aceitável, no todo ou em parte, seja refeito ou reparado, às suas expensas e nos prazos estipulados pelos contratantes.

15.9. A aprovação dos serviços executados pelas contratadas ou por seus subcontratados não as desobrigará de suas responsabilidades quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

15.10. A ausência de comunicação por parte dos contratantes, referente à irregularidade ou falhas, não eximem as contratadas das responsabilidades determinadas nos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

15.11. As contratadas permitirão e oferecerão condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência dos contratos, fornecendo informação, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pelos contratantes.

15.12. As contratadas se obrigam a permitir que a auditoria interna dos contratantes e/ou auditoria externa por eles indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados aos contratantes.

15.13. Aos contratantes é facultado o acompanhamento de todos os serviços dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas, juntamente com representantes indicados pelas contratadas.

16. Direitos autorais

16.1. As contratadas cedem aos contratantes, de forma total e definitiva, os direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos, criados e produzidos em decorrência dos contratos a serem firmados.

16.2. O valor dessa cessão é considerado incluído nas modalidades de remuneração definidas nos contratos.

16.3. Os contratantes poderão, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante as contratadas, seus empregados, prepostos ou subcontratados.

16.4. Em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros, as contratadas, mediante prévia definição dos contratantes, poderão solicitar de cada terceiro 02 (dois) orçamentos para execução do serviço, um com cessão de direitos por tempo limitado e outro com cessão total e definitiva de tais direitos, para os contratantes.

16.4.1. Nos casos de cessão por tempo limitado, as contratadas utilizarão os trabalhos de



arte e outros protegidos pelos direitos autorais e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionarão a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão/orçamento/contrato, de cláusulas em que o subcontratado garanta a cessão pelo prazo mínimo a ser definido pelos contratantes.

16.4.2. Quando os contratantes optarem pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva, as contratadas se comprometem a fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros – para produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços – cláusulas escritas que:

- a) explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros, protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, a produção e a direção, a composição, o arranjo e a execução de trilha sonora, as matrizes, os arquivos magnéticos e os demais trabalhos assemelhados;
- b) estabeleçam que os contratantes poderão, a seu juízo, utilizarem referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;
- c) qualquer remuneração devida em decorrência da cessão – definitiva ou por tempo limitado – será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.5. As contratadas se comprometem a fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

16.6. As contratadas se comprometem a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros subcontratados, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

- a) que os contratantes poderão solicitar até 02 (duas) cópias em DVD de todo o material bruto produzido;
- b) a cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material aos contratantes, que poderão, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência dos contratos a serem firmados e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhes caibam qualquer ônus perante os cedentes desses direitos;
- c) que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

16.7. Os contratantes serão os únicos e exclusivos proprietários dos resultados oriundos do cumprimento dos contratos a serem firmados, sejam tais resultados passíveis ou não de proteção do Direito de Propriedade Intelectual.

16.8. É garantido aos contratantes o direito de titularidade sobre o resultado privilegiável da



propriedade intelectual, oriundo da execução do objeto contratual, respeitados os direitos garantidos às contratadas, ou a terceiros, antes da assinatura dos contratos a serem firmados entre os contratantes e as contratadas.

16.9. É garantida aos contratantes a apropriação dos direitos patrimoniais e conexos, inclusive do uso e da exploração econômica sobre os resultados decorrentes da execução do objeto contratual, que importem em direitos autorais, respeitada a nomeação do autor.

Subsecretaria de Comunicação do Município



APÊNDICE I

Informações sobre os empreendimentos em andamento na cidade a serem abordados na proposta.

1. Contexto histórico

Belo Horizonte, bem como a maioria das grandes cidades brasileiras, vem experimentando ao longo dos últimos anos os efeitos negativos da expansão urbana acelerada, que resulta, entre outras coisas, na ocorrência de inundações frequentes, com prejuízos econômicos, financeiros e, principalmente, sociais. O avanço da urbanização e o consequente uso do solo provocaram a redução do armazenamento natural do escoamento fluvial, os quais se transferiram para outros locais no interior da cidade e geraram novas ocorrências de inundações; repetidas a cada estação chuvosa e sempre de forma evolutiva.

Diante desse contexto, a Administração Municipal, preocupada em mitigar as inundações na cidade e aprimorar a eficiência dos sistemas de drenagem de águas, vem investindo em diversas ações, com resultados programados para curto, médio e longo prazo. Do ponto de vista do planejamento das políticas públicas municipais podemos destacar: (i) o *Plano Diretor de Drenagem*; (ii) o *Plano de Obras* da cidade; o (iii) *Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (Drenurbs)*; (iv) a elaboração de *Estudos de Modelagem Matemática Hidrológica e Hidráulica do Sistema de Macrodrenagem de BH*; (v) a elaboração da *Carta de Inundações* de BH; (vi) o Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte; (vii) a criação dos *Núcleos de Alerta de Chuvas*; (viii) a instalação de *Placas Educativas* em áreas de risco; (ix) a implementação de *Sistema de Alertas* à população; e (x) a implantação do *Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra Inundações de BH*. Todos esses instrumentos, trabalhados de maneiras integrada, orientam os projetos desenvolvidos e os financiamentos captados pela Prefeitura para realização de obras estruturantes e/ou corretivas na cidade. De uma forma geral, as intervenções estruturantes são classificadas em três eixos principais de atuação:

1. Urbanização de Vilas e Favelas;

Que incluem a construção de vias, espaços públicos e novas moradias, intervenções que visam à correção de riscos geológicos e a instalação adequadas de redes de água, esgoto, energia e iluminação pública.

2. Tratamentos de Fundo de Vale e Saneamento Integrado;

Que incluem intervenções subterrâneas, ampliação de redes de microdrenagem e limpeza de cursos de água a céu aberto.

3. Implantação de dispositivos de Controle de Cheias e Redução do Risco de Inundações.

Que incluem a construção e manutenção de bacias de retenção e detenção de águas pluviais;



obras de contenção de encostas; implantação de parques ciliares; dentre outros.

i. Paralelamente aos projetos de longo prazo, outras diversas ações são realizadas no cotidiano da cidade, tais como:

- (i) vistorias e ações de monitoramento constantes;
- (ii) limpezas de galerias, bocas de lobo e fundos de vales de córregos;
- (iii) intensificação dos serviços básicos de zeladoria da cidade, tais como poda, capina e roçagem;
- (iv) indução à recuperação e revegetação de áreas degradadas;
- (v) ampliação das áreas com serviço de coleta de lixo domiciliar;
- (vi) ampliação das soluções para coleta seletiva e gestão de resíduos especiais;
- (vii) ações de combate e fiscalização a depósitos clandestinos de lixo e entulhos;
- (viii) atendimento especializado e multidisciplinar a famílias em situação de vulnerabilidade;
- (ix) capacitação dos moradores que residem em áreas de risco existentes na cidade.

Nos últimos anos, estima-se que Belo Horizonte já tenha investido, aproximadamente, 1.14 bilhão de reais em empreendimentos que atuam na prevenção e resposta emergencial a inundações. Hoje, por meio do PAC 2, do Governo Federal, a Prefeitura possui cerca de R\$ 290 milhões assegurados para elaboração de projetos executivos e novas obras. Contudo, estima-se que ainda serão necessários cerca de R\$ 5 bilhões para solucionar os problemas sanitários históricos da cidade, incluindo aqueles relativos à drenagem urbana.

É importante entender que em qualquer ambiente natural, no período de chuvas intensas, as vazões de água podem atingir tal magnitude que chegam, eventualmente, a superar a capacidade de escoamento da calha do curso d'água e, por isso, extravasam para áreas marginais habitualmente não ocupadas pelas águas. Nesse sentido, é fundamental que se entenda que, apesar dos prejuízos diversos, as inundações são eventos naturais. Assim, não é possível realizar obras que eliminem por completo os riscos dessas ocorrências.

Cada obra terá sempre seu limite de capacidade de resposta, que deverá ser aquele que venha a mitigar adequadamente os efeitos das inundações, tornando-as menos frequentes e garantindo resiliência às áreas de risco. Nesse sentido, além do trabalho de planejamento sustentável e eficiente da cidade, é muito importante que a população se conscientize sobre o manejo adequado de resíduos sólidos no espaço urbano. Práticas irregulares e irresponsáveis - tais como: descarte de lixo e entulho em ruas, lotes vagos, leitos de rio, barragens ou canais - impactam muito no funcionamento da cidade, pois comprometem a capacidade de escoamento e drenagem de águas, potencializam a proliferação de doenças e pragas urbanas, dentre outros problemas sanitários.

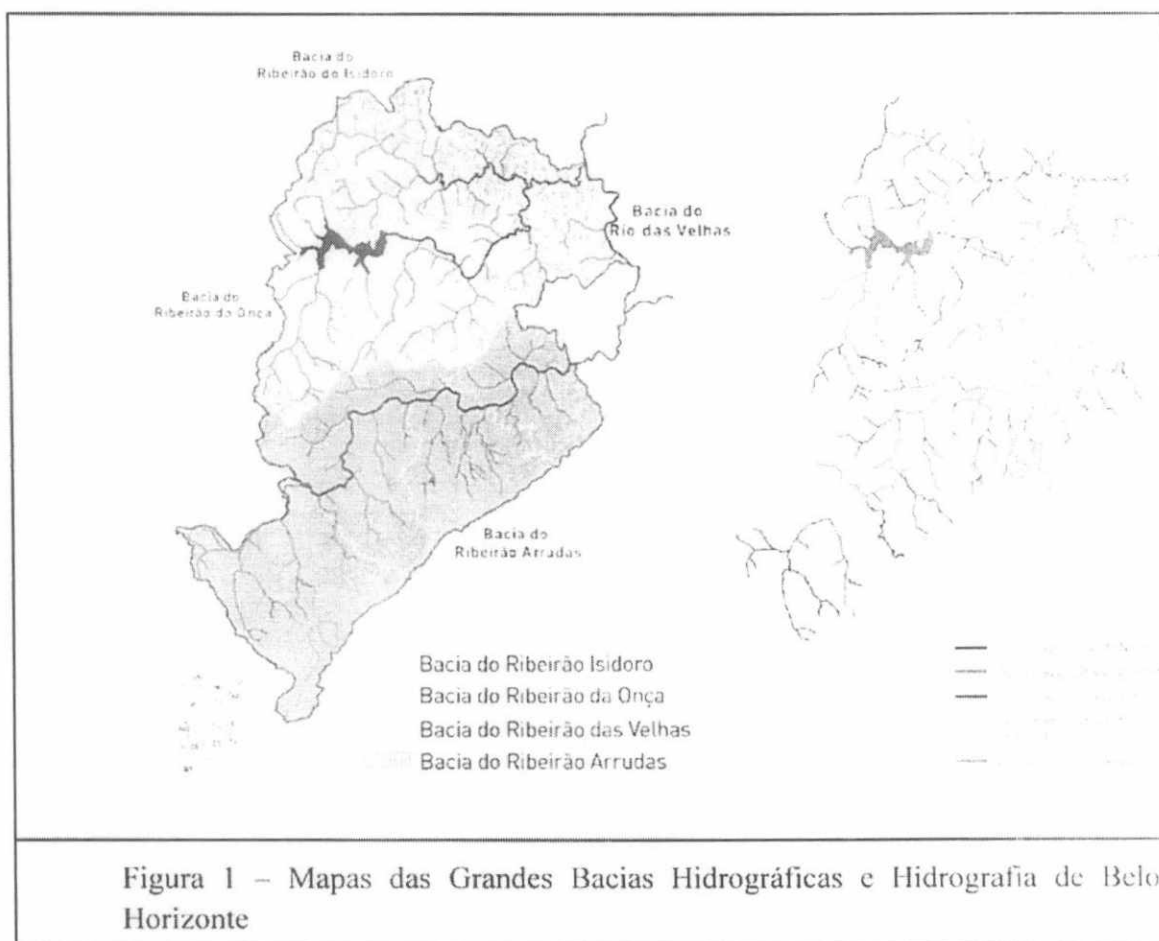
2. Detalhamento sobre empreendimentos da Prefeitura a serem destacados na campanha



simulada:

Obs.: Os dados apresentados neste apêndice visam exclusivamente fundamentar os objetivos técnicos específicos desta licitação: avaliação da capacidade técnica dos seus concorrentes no desenvolvimento de uma campanha publicitária dentro da temática “prevenção de enchentes”. Assim, para efeito de análise, os números, as representações imagéticas ou os dados sobre os empreendimentos podem ser trabalhados de forma figurativa ou meramente ilustrativa. Deve-se observar, evidentemente, coerência ao tema proposto e adequação aos critérios de análise apresentados no Edital.

2.1. Identificação e Localização das Grandes Bacias Hidrográficas e Hidrografia de Belo Horizonte:



2.2. Túnel/Camarões:

2.2.1. Nome do empreendimento:

“Obras de prevenção de enchentes nas Bacias Túnel/Camarões”.



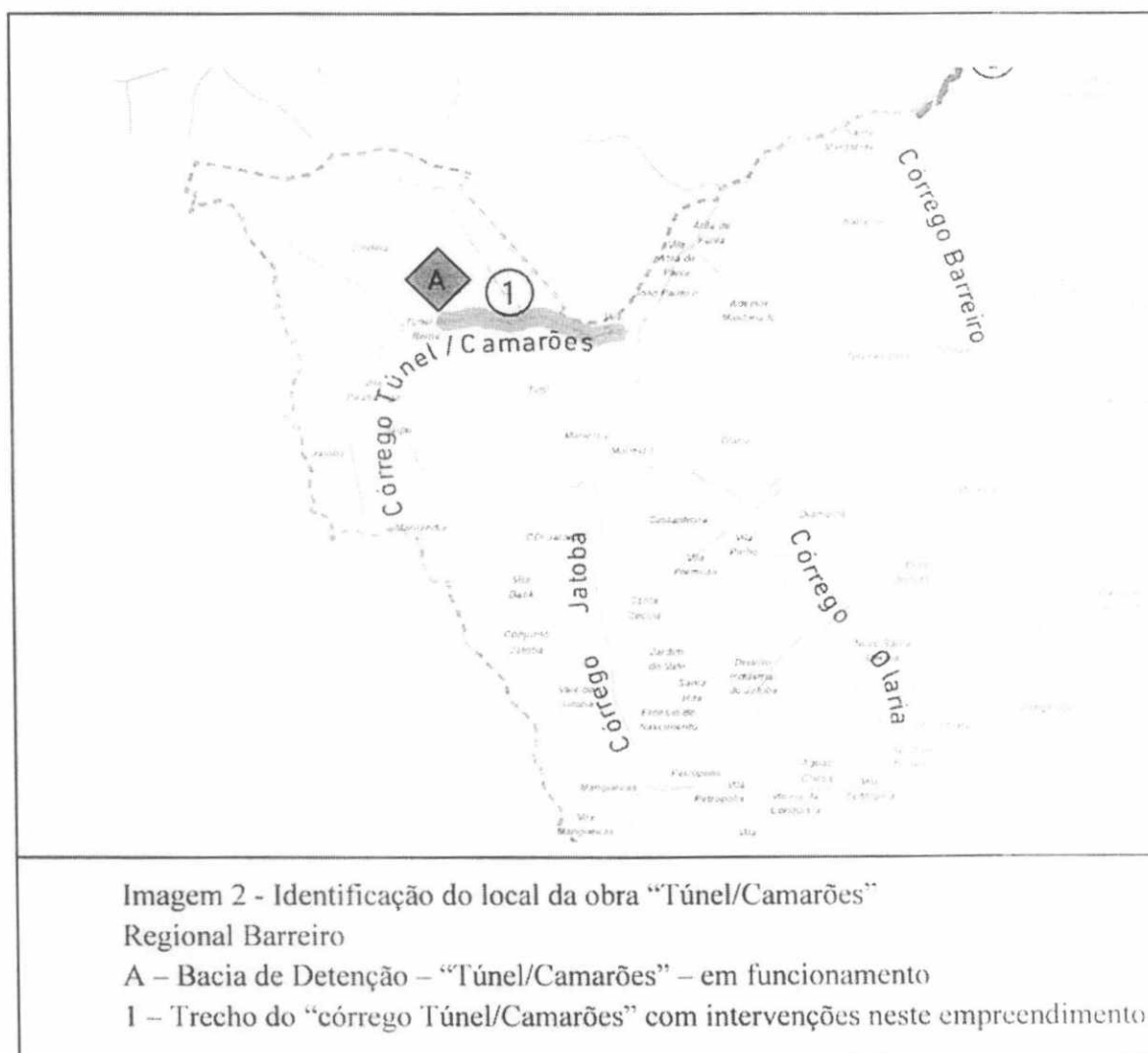
2.2.2. Valor:

Valor Total do Investimento: R\$ 183 milhões (PAC-2 e Fundo Municipal de Saneamento - FMS).

2.2.3. Entidade Responsável pela Execução:

- Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap)

2.2.4. Breve descritivo do Empreendimento:



As obras de prevenção de enchentes nas Bacias Túnel/Camarões, no bairro Tirol, regional Barreiro, foram retomadas em abril de 2017.

São objetivos do empreendimento:

Aumentar a capacidade de drenagem e escoamento de águas na região do Barreiro;



Implantar duas bacias de contenção/detenção;
Canalizar o córrego Camarões;
Construir uma nova Avenida Sanitária toda pavimentada;
Remanejar os interceptores de esgotos;
Prevenir enchentes na região, aumentando a proteção da população contra os riscos de desastres durante períodos de chuva e beneficiar, também, outras áreas adjacentes ao Ribeirão Arrudas;
Implantar melhorias no espaço urbano com novo paisagismo e instalação de uma nova área de lazer, esporte e convivência para os moradores, com:
3 quadras poliesportivas
1 pista de caminhada no entorno da barragem
1 pista de skate
1 academia a céu aberto.
O empreendimento possui 2,5km de extensão, sendo executado numa área de aproximadamente 8km².

As duas bacias de detenção têm a função de evitar que a água das chuvas escoe diretamente para as redes de microdrenagem locais (esgotos), passando a serem direcionadas para esses reservatórios e evitando, assim, alagamentos e transbordos devido à insuficiência e vazão nos sistemas de drenagem. Uma das barragens será para conter resíduos sólidos (lixo), e a outra para regular a vazão das águas pluviais.

A 1ª Bacia fica entre as ruas José Nilton Monteiro e José Pedro Silva e comportará cerca de 300 milhões de litros. A 2ª Bacia, localizada entre as ruas Francisco Jonas Santana e José Nilton Monteiro, comportará aproximadamente 100 milhões de litros.

O trecho de urbanização da avenida Sanitária é importante para reduzir problemas de inundações ao longo da bacia do Arrudas e também para melhorar as condições sanitárias da região, evitando que os moradores do entorno sofram com a lama durante chuvas e proporcionando mais qualidade de vida à população da região do Barreiro.

O empreendimento está situado no início da bacia do ribeirão Arrudas (que tem como principais afluentes o córrego do Túnel, o córrego do Jatobá, o córrego do Barreiro e o córrego do Bonsucesso; todos no Barreiro) e possui também uma função estratégica para reduzir riscos de enchentes em diversas outras áreas da cidade situadas no curso do Ribeirão Arrudas, como as regiões Oeste, Noroeste, Centro-Sul e Leste.

2.2.5. Status das intervenções do empreendimento:

Etapas	Status
--------	--------



Bacias de contenção de cheias	Em implantação (1ª etapa de obras)
Avenida Sanitária toda pavimentada	Em implantação (1ª etapa de obras)
Interceptores de esgotos	Em implantação (1ª etapa de obras)
Quadras poliesportivas	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Pista de caminhada no entorno da barragem	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Pista de skate	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Academia a céu aberto	A ser executada (previsto para a 2ª Etapa de obras, a licitar)
Canalização do córrego Camarões	A ser executada (previsto para a 3ª Etapa de obras, a licitar)

2.3. Ribeirões Pampulha e Onça:

2.3.1. Nome do empreendimento:

“Obras de otimização do sistema de Macrodrenagem das Bacias dos Ribeirões da Pampulha e do Onça”.

2.3.2 Valor:

Total de Investimento no empreendimento: R\$ 356 milhões (PAC-2/Fundo Municipal de Saneamento), incluindo também os recursos necessários para as remoções, as desapropriações, o trabalho social, bolsa moradia e as demolições.

Obras de Canalização do Ribeirão do Onça: R\$36.928.020,79 (obra contratada, em andamento).

2.3.3. Entidade Responsável pela Execução:

Prefeitura de Belo Horizonte / Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap)

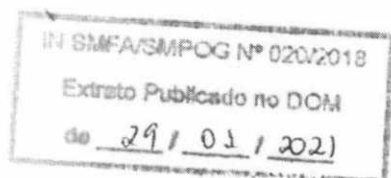
2.3.4. Breve descritivo do Empreendimento:



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.075354.19.36

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E A EMPRESA PERFIL 252
COMUNICAÇÃO COMPLETA LTDA.

IJ: 01.2020.3200.0002.02.00



O Município de Belo Horizonte, CNPJ nº. 18.715.383/0001-40, estabelecido na Avenida Afonso Pena nº 1.212, Centro, Belo Horizonte - MG neste ato representado pelo Prefeito, Alexandre Kalil, e pela Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Adriana Branco Cerqueira, inscrita no CPF sob o Nº: 604.988.116-20, doravante denominado **Contratante** e a empresa **Perfil 252 Comunicação Completa Ltda**, estabelecida na Rua Michel Jeha, 252, São Bento, CEP: 30350-330, Belo Horizonte - MG, CNPJ 19.140.342/0001-35, representada por Carlos Eduardo Porto Moreno, brasileiro, inscrito no CPF sob o Nº: 251830606-49 e Vanuza Sousa Porto, brasileira, inscrito no CPF sob o Nº: 632.204.236-04, neste ato denominada **Contratada**, celebram o presente termo aditivo ao contrato decorrente da Concorrência nº 001/2019, processo administrativo nº 01.075.354/19-36, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 4.680, de 18 de junho de 1965 e de seu Decreto Federal 57.690, de 1º de fevereiro de 1966 e alterações, das Normas-Padrão da Atividade Publicitária, editadas pelo Conselho Executivo de Normas-Padrão – CENP e incorporadas ao Sistema Legal por força do Decreto Federal nº 4.563, de 31 de dezembro de 2002, do Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, incorporado ao Sistema Legal por força da Lei nº 4.680/65, bem como a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, a Lei Municipal nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, os Decretos Municipais nº 10.710, de 28 de junho de 2001, nº 11.245, de 23 de janeiro de 2003, nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013, demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado por 12 (doze) meses o prazo da vigência do contrato ora aditado, compreendendo o período de **03/02/2021 a 02/02/2022**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O presente termo aditivo ao contrato tem o valor total de R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais).



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e
Comunicação Social

3354
V11

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.075354.19.36

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE E A EMPRESA PERFIL 252
COMUNICAÇÃO COMPLETA LTDA.

IJ: 01.2020.3200.0002.02.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
3200.5300.04.131.015.2.007.339039-23.0300.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), que corresponde a 0,2% (dois décimos) a ser recolhida no prazo de até 30(trinta) dias, contado do início da vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não alcançadas pelas modificações contidas neste instrumento.

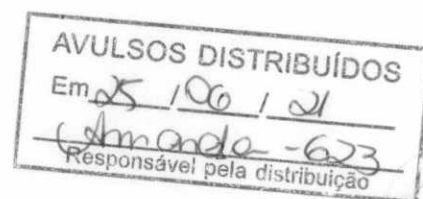
E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 29 de Janeiro de 2021

Alexandre Kalil
Prefeito

Adriana Branco Cerqueira
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais
e Comunicação Social

Perfil Comunicação Completa Ltda.





OF. SMGO/DALE Nº 187/2021

Belo Horizonte, 25/06/2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento nº 459/2021** – Vereadora Professora Marli – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.396/21, de 19/05/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento nº 459/2021, de autoria da Vereadora Professora Marli, que solicita informações sobre a prestação de contas feita no dia 10.05.2021 na câmara municipal de Belo Horizonte.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, e a Secretaria Municipal de Saúde, emitiram respostas por meio do Ofício SMED/EXTER/0609-2021, do Ofício SMEL/DALE Nº 039/2021, e do Ofício SMSA/DALE nº 0454/2021, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

SMED/EXTER/0609-2021.

Belo Horizonte, 10 de junho de 2021.



Assunto: Demanda 321854.

Requerimento de Comissão nº 459/2021.

Senhor Diretor,

Com os nossos cordiais cumprimentos, considerando o expediente supramencionado, esta Secretaria apresenta seus esclarecimentos, a fim de subsidiar resposta ao Legislativo, quanto às indagações apresentadas.

1 – Quais Equipamentos serão incluídos ou foram incluídos nos campos da cidade e que tipo de equipamentos foram adquiridos pensando nas pessoas com deficiência?

Essa questão não é da competência da Secretaria Municipal de Educação.

2 – Quais foram as ações de inclusão feitas e como foram feitas, estando as escolas fechadas?

Mesmo com o fechamento das escolas, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) mantiveram contatos e vínculos com os estudantes e suas famílias, o que foi essencial para as orientações, o acolhimento e as articulações intersetoriais. Com o retorno dos(as) professores(as) em regime de teletrabalho, foram possíveis outras organizações:

- o(a) professor(a) do AEE, em articulação com o(a) professor(a) da sala de aula está auxiliando nos roteiros de aprendizagem enviados aos(às) estudantes;
- estudos de caso estão sendo realizados, a partir das informações dos(as) estudantes e familiares, para levantamento dos recursos acessíveis necessários à realização das atividades propostas;
- articulações com as equipes de Saúde que atendem aos(às) estudantes são realizadas, quando necessárias, sendo essa uma ação importante que corrobora para que os(as) estudantes sejam considerados(as) em todas as suas dimensões;
- busca ativa dos(as) estudantes do 9º e do 5º anos, EJA e Geração Ativa. Essa ação permitiu a escuta de relatos das famílias em relação à elaboração e/ou dificuldades encontradas pelos(as) filhos(as) na realização das atividades, a partir dos quais estratégias foram desenvolvidas para ajudar os(as) estudantes na execução das tarefas. A busca ativa das famílias foi também uma ação em destaque para as novas adesões ao atendimento especializado, perfazendo 423 novas adesões efetivadas em 2021;
 - entrega de recursos pedagógicos e acessíveis às famílias;
 - criação de grupos de WhatsApp com as famílias e o Projeto “VEM CÁ!”;

Ao Senhor
Guilherme de Souza Barcelos
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Gabinete do Prefeito - GP
NESTA

SMED/EXTER/0609-2021 – Continuação 2.

- atendimentos *on-line* (síncrono e assíncrono), quando certificados o acesso e a disponibilidade de mediação da família;
- rodas de conversa regionalizadas com as famílias;
- oficinas de Libras, divididas por segmento: Educação Infantil, 1º, 2º, 3º ciclos e EJA, sendo que cada segmento conta com um(a) professor(a) referência do AEE e com um(a) instrutor(a) de Libras.



3 - Houve interrupção das ações relacionadas à formação de professores em libras e a formação de professores para atendimento ao Transtorno do Espectro do Autismo(TEA)?

Tão logo os professores e professoras foram colocados em regime de teletrabalho, por meio da Portaria nº 110/2020, demos início aos encontros formativos, nas temáticas pertinentes à inclusão escolar e à área da surdez com aprendizado em Libras. A formação continuada é necessária para a capacitação e o aprimoramento e ocorre semanalmente, envolvendo todos(as) os(as) professores(as) do AEE. Os encontros *on-line* permitiram trazer, de várias partes do país, estudiosos(as) e pesquisadores(as) referências para a Educação Especial na perspectiva inclusiva.

No campo da surdez, estão sendo desenvolvidas oficinas de Libras para professores(as) do Atendimento Educacional Especializado e professores(as) da sala de aula, estudantes e famílias. Vale ressaltar que essas oficinas estão previstas no Contrato de Metas 2021-2024, dentro do Projeto Estratégico Acesso e Disseminação de Libras nas Escolas da RME. Ainda dentro do citado Projeto, no segundo semestre de 2021, daremos início ao curso *on-line* para professores(as) com 90 vagas iniciais nos três turnos.

Atualmente, as oficinas de Libras, oferecidas na Rede Municipal de Educação, envolvem 373 professores, estudantes, familiares e comunidade escolar.

4 – Houve gastos para implementação de recursos para a inclusão dos alunos com deficiência no ensino remoto?

Ao longo de 2020, foram aplicados recursos da ordem de R\$4.840.068,24 com ações de formação de LIBRAS, prestação de serviços às escolas, além de compras de materiais pedagógicos e uniformes escolares. Em 2021, foram aplicados recursos da ordem de R\$2.127.606,71 com ações da mesma natureza.

No que se refere aos investimentos em intervenções físicas nos prédios escolares e aquisição de mobiliários e equipamentos destinados às unidades escolares da Rede Própria e Rede Parceira, foram investidos cerca de R\$5.750.000,00.

Ressaltamos que foram mantidos integralmente os valores com pagamento de despesas com a folha de pessoal efetivo e com a contratação de serviços de profissionais terceirizados, para atendimento das escolas e creches parceiras

5 – Houve gastos para implementação de recursos para a inclusão no esporte e lazer para pessoas com deficiência.

Essa questão não é da competência da Secretaria Municipal de Educação.

6 – Dentro da dotação orçamentária geral voltada para pessoas com deficiência e doenças raras, quanto foi efetivamente gasto e qual o cronograma para os gastos futuros? Havendo respostas afirmativas para qualquer um dos pontos, qual a proporção e o valor desses gastos?

Documento assinado digitalmente em consonância com a MP 2.200-2/2001, em 11/06/2021, pelo assinante: NATÁLIA RAQUEL RIBEIRO ARAÚJO CPF: 040.126.286-31. Hash da assinatura: 89FFE74C4061A59B0636AD5DC42731FFBC4D0922. Utilize o QR Code ao lado para conferir sobre a assinatura.

SMED/EXTER/0609-2021 – Continuação 3.

Inicialmente, é importante salientar que a execução orçamentária, de forma geral, está tendo reflexos diferenciados, tendo em vista que a perspectiva do retorno presencial das atividades escolares – e com ele, a normalização dos serviços e insumos associados a tais atividades – se condiciona aos indicadores sanitários do Município.

Outra consideração importante se refere à matriz de gastos com os atendimentos aos estudantes com deficiência matriculados na Rede Municipal de Educação: os recursos aplicados em tais atendimentos estão computados no bojo das despesas com as escolas em que estão matriculados - Educação Infantil e Ensino Fundamental -, abarcando as principais despesas, quais sejam folha de pessoal, custeio e investimentos.

Nessa perspectiva, os gastos são contemplados nas ações do Ensino Fundamental e Educação Infantil de forma geral, dentro dos respectivos níveis de ensino, em suas respectivas dotações orçamentárias.

Há, entretanto, aplicação de recursos em dotações orçamentárias especificamente vinculadas à inclusão da pessoa com deficiência. Nessas dotações, considerando-se o ano de 2020 e 2021 (até o mês de maio), temos:

Quadro 1

Exercício Financeiro	Valor Executado
2020	R\$10.590.068,24
2021*	R\$2.127.606,00

* (Até o mês de Maio/2021)

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários ao melhor encaminhamento da matéria.

Atenciosamente,

Natália Araújo
Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado digitalmente em consonância com a MP 2.200-2/2001, em 11/06/2021, pelo assinante: NATÁLIA RAQUEL RIBEIRO ARAÚJO CPF: 040.126.286-31.
Hash da assinatura: 89FFE74C4061A59B0636AD5DC42731FFBC4D0922. Utilize o QR Code ao lado para conferir sobre a assinatura.



Ofício SMEL/DALE Nº 039/2021

Belo Horizonte, 21 de junho de 2021.

Assunto: Resposta à Demanda Nº 321854 – informações – equipamentos e ações voltados às pessoas com deficiência.

Senhor Diretor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me no presente para apresentar resposta à Demanda nº 321854:

1. Quais Equipamentos serão incluídos ou foram incluídos nos campos da cidade e que tipo de equipamentos foram adquiridos pensando nas pessoas com deficiência?

Nos campos da cidade não houve, bem como não há previsão de inclusão de equipamentos, por parte desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Lado outro, no que se refere a equipamentos destinados especificamente a pessoas com deficiência, o Centro de Referência Esportiva para Pessoas com Deficiência (CREPPD), equipamento gerido por esta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, passou por uma grande reforma estrutural entre os anos de 2020 e 2021, contemplando a cobertura da piscina e a duplicação de sua área de uso, com vistas a possibilitar o aumento da quantidade de alunos nas atividades de natação, melhoria da infraestrutura dos banheiros e dos acessos às áreas comuns, conforme as normas da ABNT, ampliando, assim, sua capacidade de atendimento em aproximadamente 20%.

Nesse Centro de Referência, são desenvolvidas e ofertadas às pessoas com deficiência as seguintes modalidades esportivas: atletismo, basquete, bocha paralímpica e regular, dança futsal, voleibol, goalball, judô e judô paraolímpico, natação, patinação, rugby em cadeira de rodas, tênis de mesa, voleibol sentado, parataekwondo, ginástica funcional e percussão.



Também, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer implantou, com recurso proveniente de Emenda Parlamentar, 24 playgrounds na cidade de Belo Horizonte, e, em cada equipamento constam dois balanços adaptados para cadeirantes.

Nesse sentido, destacamos, também, que nas 426 (quatrocentos e vinte e seis) Academias a Céu Aberto, instaladas nesta Capital, consta um equipamento para pessoa com deficiência.

2. Quais foram as ações de inclusão feitas e como foram feitas, estando as escolas fechadas?

No âmbito desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, durante o período pandêmico (COVID -19) as ações do "Programa Superar", foram e estão sendo desenvolvidas por meio de videoaulas, disponibilizadas no canal institucional da PBH, plataforma do YouTube (16 vídeo aulas - aproximadamente 4600 visualizações), e, também, de atendimento online, através de videoconferências. Os alunos foram contatados via telefone e convidados a aderirem a essa nova proposta (atendimento 255 alunos).

3. Houve interrupção das ações relacionadas à formação de professores em libras e a formação de professores para atendimento ao Transtorno do Espectro do Autismo(TEA)?

No âmbito desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, não houve processo formativo específico em Libras e ao atendimento ao TEA, embora alguns profissionais atuantes no "Programa Superar" possuam conhecimentos específicos na área. Entretanto, acreditamos na importância da formação continuada para a qualificação de nossas ações, para tanto, semanalmente, através da plataforma do Google Meet, são realizadas reuniões e grupos de estudos focados nas diversas temáticas relacionadas às Pessoas com Deficiência.

4. Houve gastos para implementação de recursos para a inclusão dos alunos com deficiência no ensino remoto?

No âmbito desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, não houve gastos específicos. O ensino remoto vem sendo ofertado de forma contínua, com a utilização da mão de obra já constante do quadro de servidores atuantes no "Programa Superar". Também, os



equipamentos para a virtualização das ações, são os que já fazem parte dos bens móveis da pasta.

5. Houve gastos para implementação de recursos para a inclusão no esporte e lazer para pessoas com deficiência?

No âmbito desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, não houve gasto específico, entretanto, considerando a situação da pandemia (COVID-19) e do isolamento social, o "Programa Superar" vem desenvolvendo ações para a inclusão no esporte e lazer, como a oferta de videoaulas, disponibilizadas no canal institucional da PBH na plataforma do YouTube (16 vídeo aulas - aproximadamente 4600 visualizações), e, também, com o atendimento online, através de videoconferências. Os alunos foram contatados via telefone e convidados a aderirem a essa nova proposta (atendimento 255 alunos).

Destacamos, que, além das videoaulas, esta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer implantou, com recurso proveniente de Emenda Parlamentar, 24 playgrounds na cidade de Belo Horizonte, e, em cada equipamento constam dois balanços adaptados para cadeirantes.

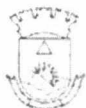
Nesse sentido, destacamos, também, que nas 426 (quatrocentos e vinte e seis) Academias a Céu Aberto, instaladas nesta Capital, consta um equipamento para pessoa com deficiência.

6. Dentro da dotação orçamentária geral voltada para pessoas com deficiência e doenças raras, quanto foi efetivamente gasto e qual o cronograma para os gastos futuros? Havendo resposta afirmativa para qualquer um dos pontos, qual a proporção e o valor desses gastos?

No que se refere a essa Dotação, não houve gasto, tendo em vista a situação pandêmica da COVID-19, que teve por consequência o isolamento social como forma de prevenção ao não contágio dessa doença.

As ações desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer foram adaptadas e vem sendo ofertadas, com a mão de obra e materiais já existentes.

Com relação ao cronograma para gastos futuro, esta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer iniciou, neste mês de junho/2021, a elaboração do Plano Plurianual de Ação



Governamental – PPAG, que ainda se encontra em fase de construção, restando o cronograma consolidado somente no segundo semestre de 2021, após o rito formal junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG e a consequente aprovação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Renovo votos de estima e consideração
Cordialmente,

Elberto Furtado Júnior
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Ilustríssimo Senhor
Guilherme de Souza Barcelos
Diretor de Acompanhamento Legislativo
Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE
Subsecretaria de Governo – SUGOV
Secretaria Municipal de Governo - SMGO



Ofício SMSA/DALE n.º 0454/2021

Belo Horizonte, 17 de junho de 2021.

Assunto: Requerimento nº 459/2021 – TAG 321854

Senhor Diretor,

Em atenção ao Requerimento nº 459/2021 do Exma. Sra. Vereadora Professora Marli em que solicita que solicite informações sobre a prestação de contas feita no dia 10/05/2021 na câmara municipal de Belo Horizonte, encaminhamos informações acerca dos pontos relatados no referido requerimento e pertinentes a esta Secretaria Municipal de Saúde.

“1. Quais Equipamentos serão incluídos ou foram incluídos nos campos da cidade e que tipo de equipamentos foram adquiridos pensando nas pessoas com deficiência?”

A Gerência de Atenção Primária à Saúde (GEAPS) tem adquirido materiais para atendimentos dos profissionais dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) que atendem pessoas com deficiência, tais como meios auxiliares de locomoção para avaliação da necessidade de uso e solicitação adequada, materiais de reabilitação para atendimento nos Centros de Saúde e brinquedos para avaliação e intervenção com crianças e adolescentes com deficiência.

“5. Houve gastos para implementação de recursos para a inclusão no esporte e lazer para pessoas com deficiência?”

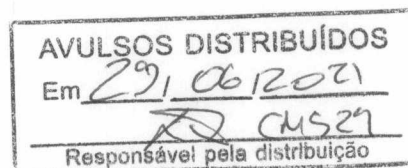
As Academias da Cidade, embora estejam temporariamente com oferta presencial interrompida devido à pandemia por COVID-19, estão recebendo incremento de materiais esportivos para as atividades, que beneficiarão os usuários cadastrados, incluindo as pessoas com deficiência.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

Taciana Malheiros Lima Carvalho
Secretária Adjunta
Subsecretaria de Atenção à Saúde
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ao Senhor
Guilherme de Souza Barcelos
Diretor de Acompanhamento Legislativo (DALE)
Secretaria Municipal de Governo (SMGO)





OF. SMGO/DALE Nº 181 /2021

Belo Horizonte, 23/06 /2021

Assunto: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 463/2021 – Vereador Wesley – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.397/21, de 19/05/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 463/2021, de autoria do Vereador Wesley, que solicitam informações sobre o Decreto Municipal nº 17.605, de 07 de maio de 2021, que possui como objetivo a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ R\$3.414.866,17 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezessete centavos).

Consultada, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu resposta por meio do Ofício GAB-SMPOG – Nº 121/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Ofício GAB-SMPOG – Nº 121/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.

Senhor Diretor,

Com os nossos cumprimentos, em atenção ao Requerimento de Comissão nº 463/21, de autoria do Vereador Wesley, que “solicita informações sobre o Decreto Municipal 17.605, de 07 de maio de 2021”, encaminhamos a V.Sa. resposta nos termos da Nota Técnica Nº 023/2021, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

ANDRÉ REIS

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao Senhor

GUILHERME DE SOUZA BARCELOS

Diretor de Acompanhamento Legislativo - DALE

Gabinete do Prefeito

BELO HORIZONTE – MG



NOTA TÉCNICA Nº 023/2021

Belo Horizonte, 11 de junho de 2021.

Em resposta à diligência proposta pelo Requerimento 463/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhada por meio do TAG 321861, solicitando informação sobre o Decreto Municipal 17.605, de 07 de maio de 2021, esclarecemos:

1 - Discriminação mais detalhada das anulações descritas no inciso II do anexo único

As anulações de que trata o Decreto 17.605 referem-se às seguintes despesas:

- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Atenção à Saúde e Segurança do Servidor”;
- Secretaria Municipal de Educação, nas ações de “Administração da Educação Infantil” e “Administração do Ensino Fundamental”;
- Encargos Gerais do Município da Secretaria Municipal de Fazenda, na ação de “Reserva de Contingência”;
- Fundo Municipal de Assistência Social, nas ações de “Ações de Apoio e Suporte à Política de Assistência Social” e “Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS”;
- Fundo Municipal de Alimentação Escolar, na ação de “Gestão da Alimentação Escolar”;
- Fundo Municipal de Saúde, na ação de “Programa Melhor Saúde – BID”;

2 - Discriminação mais detalhadas do Inciso I do anexo único do decreto que traz as dotações orçamentárias suplementadas.

As suplementações de que trata o Decreto 17.605 foram destinadas aos seguintes órgãos e ações orçamentárias:

- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, na ação de “Serviços Administrativos e Financeiros”;
- Secretaria Municipal de Educação, nas ações de “Administração da Educação Infantil” e “Gestão Descentralizada da Educação”;

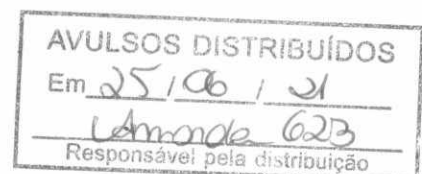


- Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na ação de “Gestão da Assistência Alimentar à Rede Socioassistencial”;
- Fundo Municipal de Assistência Social, nas ações de “Ações de Apoio e Suporte à Política de Assistência Social” e “Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade”;
- Fundo Municipal de Saúde, nas ações de “Rede Hospitalar” e “Programa Melhor Saúde – BID”

3- Pede-se a exemplificação das necessidades que levaram a realizar esta abertura de crédito suplementar;

As suplementações realizadas visaram ao atendimento das seguintes demandas: Aquisição de softwares, referentes ao segundo trimestre de 2021(SMPOG); distribuição de cestas básicas para famílias vulneráveis, no contexto da pandemia da Covid-19(FUMUSAM); atender despesas com serviços de portaria/vigilância em acolhimento institucional para crianças e adolescentes - Casa de Gestantes e Puérperas - e Diretoria Regional de Assistência Social Norte, referentes ao primeiro trimestre de 2021(FMAS); aquisição de conjuntos escolares para a educação infantil referentes a abril de 2021 e despesas com repasse às caixas escolares referentes ao segundo trimestre de 2021 (SMED); devolução de recursos do Fundo do Idoso referentes a 2020 e despesas com aquisição de materiais médicos e hospitalares, referentes ao segundo trimestre de 2021 (FMS).

Mariana Gomes Mendes
Diretora Central de Coordenação do Orçamento – DCCO





OK

OF. SMGO/DALE Nº 183 /2021

Belo Horizonte, 23/06/2021

Assunto: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 472/2021 – Vereador Wesley – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.398/21, de 19/05/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 472/2021, de autoria do Vereador Wesley, que solicitam informações sobre a aplicação dos recursos provenientes da CIDE.

Consultada, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu resposta por meio do Ofício GAB-SMPOG – Nº 109/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Ofício GAB-SMPOG – Nº 109/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Belo Horizonte, 1º de junho de 2021.

Senhor Diretor,

Com os nossos cumprimentos, em atenção aos Requerimentos de Comissão nº 472/21, de autoria do Vereador Wesley, que “solicita informações sobre a aplicação dos recursos provenientes da CIDE”, encaminhamos a V.Sa. resposta nos termos da Nota Técnica Nº 020/2021, elaborada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

ANDRÉ REIS

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao Senhor

GUILHERME DE SOUZA BARCELOS

Diretor de Acompanhamento Legislativo - DALE

Gabinete do Prefeito

BELO HORIZONTE – MG

Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Av. Augusto de Lima, 30 – 13º andar – Centro – CEP 30.190-001
Telefone: (31) 3277-9253 – E-mail: gab.smpog@pbh.gov.br



NOTA TÉCNICA Nº 020/2021

Belo Horizonte, 01 de junho de 2021.

Em resposta à diligência proposta pelo Requerimento 472/2021 da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhada por meio do TAG 321866, solicitando informações sobre a aplicação dos recursos provenientes da CIDE, esclarecemos:

1 - Qual o montante, em moeda corrente, dos recursos financeiros arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico/CIDE nos últimos cinco anos e repassado para a PBH?

Foram arrecadados, no período de 2016 a 2020, R\$ 17,5 milhões a título de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Arrecadação CIDE (2016/2020)

ANO	VALOR ARRECADADO
2016	3.776.263
2017	5.139.371
2018	4.075.228
2019	2.461.568
2020	2.055.188
TOTAL	17.507.618

2 - Qual o destino dado para esses recursos, onde os mesmos foram aplicados e em quais ações?

O recurso em questão foi aplicado na manutenção da infraestrutura urbana, nas ações de “Conservação de Vias Urbanas”, financiando a manutenção preventiva e corretiva de pavimento; e de “Apoio Operacional de Investimentos Municipais”, conforme apresentado na Tabela 2. Destaca-se que os valores apresentados para 2021 foram financiados a partir do saldo financeiro de exercício anteriores.



Tabela 2 – Aplicação dos recursos da CIDE arrecadados no período de 2016 a 2020

ANO	AÇÃO	VALOR EMPENHADO
2016	Apoio Operacional de Investimentos Municipais	831.814
	Conservação de Vias Urbanas	1.819.159
2017	Conservação de Vias Urbanas	3.080.590
2019	Conservação de Vias Urbanas	3.407.458
2020	Conservação de Vias Urbanas	967.771
2021	Conservação de Vias Urbanas	6.749.233
TOTAL		16.856.025

Nota: execução 2021 baseia-se nos valores empenhados até o mês de abril do corrente exercício;

3- Esses recursos ou parte desses recursos foram aplicados na infraestrutura de transporte? Em caso positivo, em quais ações e/ou intervenções?

Todo o recurso aplicado nas ações de Conservação de Vias Urbanas destinou-se à infraestrutura de transporte, financiando contratos de manutenção corretiva de pavimento – Operação Tapa-buraco, em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), nas Regionais Municipais, dentro do programa Manutenção da Cidade.

Mariana Gomes Mendes
Diretora Central de Coordenação do Orçamento – DCCO

